

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CULTURA E PODER NA ALEXANDRIA ROMANA

Joana Campos Clímaco

São Paulo

2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

CULTURA E PODER NA ALEXANDRIA ROMANA

Joana Campos Clímaco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Orientador Prof. Dr. Norberto Luiz Guarinello

São Paulo
2007

A meus pais

Agradecimentos

Devolver os livros para a estante, reorganizar as papeladas e os textos acumulados no decorrer dos últimos anos, ficar mais disponível para os amigos nos fins de semana e sair da reclusão do ambiente de estudos com mais frequência, fazer um balanço do trabalho realizado e pensar nas suas virtudes e falhas...essas são algumas das sensações que tenho experimentado no término dessa dissertação. A mais difícil, sem dúvida, é encontrar as palavras adequadas para agradecer às muitas, mas muitas pessoas, que me ajudaram na realização dessa pesquisa. O mestrado foi para mim não apenas uma fase de grande amadurecimento acadêmico e intelectual; significou também uma nova etapa de vida, pois representou a minha saída de Brasília e da casa dos meus pais, e o início de uma vida completamente desconhecida, com todas as realizações, anseios e surpresas que isso implica. Por tudo isso, minhas palavras talvez carreguem uma emotividade excessiva, já que o momento é também de avaliação dos anos passados, e de ansiedade quanto ao que será realizado nos que próximos, muitas pessoas participaram de tudo isso, espero, portanto, fazer justiça a todas.

Inicialmente, agradeço à FAPESP pelo suporte financeiro, sem o qual a realização da pesquisa e a vinda para São Paulo realmente não seriam possíveis.

Agradeço também aos funcionários da pós-graduação da História e da FFLCH.

É impossível expressar o quanto sou grata ao meu grande mestre e orientador da graduação, Prof. Vicente Dobroruka. O Vicente foi sem dúvida o grande responsável pela minha decisão pela história antiga. A preferência pela área já se esboçava, mas o encanto que suas aulas me despertaram já no primeiro ano de curso e a excelente e minuciosa orientação que conduziu, foram decisivas para minha escolha. Ele é um grande exemplo de dedicação e paixão pela vida acadêmica e mesmo no seu período de doutorado fora, nunca deixou de se fazer presente e encorajar cada etapa de trabalho dos seus antigos orientandos, como faz até hoje com enorme gosto. Ter sido sua aluna é um grande motivo de orgulho para mim.

Sou grata a muitos professores da graduação, que realmente me ensinaram a problematizar um texto, fichar e analisar fontes, enfim, a ser a pesquisadora que estou me tornando. As fantásticas e inquietantes aulas de Tereza Negrão, Tânia Navarro, Vanessa Brasil, Eleonora Zicari, Estevão Rezende e Henyo Barretto da antropologia, eram estímulos diários para a reflexão, o estudo e aprendizado.

Ao meu querido orientador Prof. Norberto Guarinello, não saberia agradecer. Suas reflexões nas fascinantes aulas do primeiro semestre da pós e nossas enriquecedoras reuniões me encheram de ânimo para o início da pesquisa, num momento em que ainda estava fragilizada com a saída de Brasília. Ele foi um verdadeiro mestre, sempre apontando meus deslizes quando necessário e disposto a ouvir meus dilemas, mas ao mesmo tempo apontando novos caminhos da forma mais sábia e encorajadora. Ele é para mim o verdadeiro exemplo de que brilhantismo acadêmico e dedicação familiar podem sim andar juntos. Agradeço também à Solange, sua esposa, pela simpatia e carinho.

Agradeço aos professores das matérias da pós-graduação, Francisco Murari e Pedro Paulo Funari, que também compuseram a minha banca de qualificação. As leituras e discussões em sala de aula enriqueceram o meu trabalho e a minha formação. E as sugestões e críticas da qualificação, que tentei incorporar ao máximo na dissertação, foram essenciais para o rumo final do trabalho.

Foi enorme o aprendizado com os colegas da iniciação científica da UnB, Amanda Pressoti, Maria Caroline Veloso, Alexandre Bagniewski, Júlio César Chaves e Vitor Passuelo, nas intermináveis discussões semanais nos anos iniciais de pesquisa, nos primeiros exercícios de escrita e nas apresentações em congressos e ainda hoje em novos projetos. O Alex e o Júlio acompanharam de perto o desenvolvimento da pesquisa. Mesmo mais distante de alguns, a amizade, o respeito e a torcida que temos um pelo outro, são sem dúvida, eternos.

Agradeço aos colegas e grandes amigades que fiz na História. A Paloma Sanches foi minha companheira desde o primeiríssimo dia de aula e assim permaneceu em todas as disciplinas, trabalhos e seminários; dividimos durante todo o curso nossas apreensões e expectativas e aprendemos muito uma com a outra. A nossa amizade só se fortaleceu nos últimos anos. Agradeço ao Martiniano Neto, com quem tanto aprendi, convivi e compartilhei realizações e bons momentos. Além deles, são tantos os amigos da graduação que tornavam ainda mais prazerosa as aulas e a vivência na universidade: Paulo Thiago Gonçalves, Luis Henrique, Thiago Perpétuo, Thiago Araújo, Frederik Leslie, Humberto Matoso, Geraldo Dunice e Ada Vitenti.

Sou grata aos amigos de longa data, de infância e dos tempos de escola: Ruth Martins, minha irmãzinha, sempre ao meu lado, Vanessa Alves, Patrícia Yurie, Cynthia Morais, Vanessa Mafra, Priscila Rabello, Daiane Palhano, Thaís Martins, Cristiane Pereira, Carolina Gasparoto, Thiago Coutinho, Pierre Marcum, Tiago Costa, João

Marcelo Santana. Mesmo distantes, nunca deixaram de se fazer presentes, torcer por mim e me amparar nos momentos de incertezas e muita saudade, além de me divertirem muito quando os encontro em Brasília.

Aos meus housemates Bruna Capannacci e Adriano Damas os agradecimentos são infinitos. A Bruna é meu porto seguro em Sampa desde que cheguei e acompanhou todos os altos e baixos desse trabalho, além de ter se revelado uma amiga-irmã para todas as horas. Ela e o Dri são uma verdadeira família pra mim. Além de fazerem do ambiente em que vivo um verdadeiro lar, foram sempre amigos e agüentaram muitos momentos do meu mau humor quando a pesquisa parecia não andar. Às antigas housemates Graciane Martellini e Fabiana Peixoto também sou muito grata, ambas me ajudaram muito quando aqui cheguei e são muito especiais.

Sou grata às preciosas amigadas que fiz no caminho e que alegam ainda mais a minha rotina aqui. A Priscila Borges, brasiliense como eu, esteve por perto desde os meus primeiros dias na cidade. Agradeço à Mônica Delfino, Adriana Silva, Igor Penna, Gustavo Duarte, Sinara Cotrim, Wellington Mello, Camila Paes, Roswitha Pusch, Viviany Barbosa, Cíntia Pérgola e Lígia Feichas.

Agradeço aos amigos da USP, Alex Degan e Paula Argôlo que convivi pouco, mas me ajudaram muito quando cheguei a Sampa nos conselhos sobre a vida uspiana e na cidade. As colegas Juliana Bastos, Tatiana Bina e Patrícia Valim, apesar dos poucos encontros na USP, são muito queridas. Agradeço à Regina Rezende, minha querida amiga e colega de mestrado, além de persistente companheira no estudo do grego. Sou grata à Camila Côndilo, colega de orientação e que se tornou uma grande amiga nesse último ano.

Aos grandes amigos da USP, Rafael Benthien, Miguel Palmeira, Luiz Vailati e Fábio Joly, Vânia Feichas, Rafaela Deiab e Kleber Valadares é especialmente difícil encontrar palavras de agradecimento, sempre presentes nos momentos de trabalho e também nas horas de descanso e divertimento. O Rafa acompanhou todas as etapas do trabalho desde o projeto inicial, revisou minha qualificação e a dissertação e sempre me sugeriu brilhantes caminhos. Ele, o Miguel, Luiz e Fábio foram meus “consultores acadêmicos” e são amigos de todas as horas, além de grandes historiadores em quem muito me espelho. A Rafaela Deiab e Vânia Feichas são as antropólogas mais queridas do mundo inteiro, com quem tanto compartilho sobre tudo, elas sabiam me tirar de casa para descansar nas horas certas e me fazer rir como ninguém. A Rafa foi fantástica na

fase de finalização e revisão do trabalho e me ajudou muito. Todos vocês são um verdadeiro presente que Sampa me deu!

Agradeço a minha enorme e linda família de Goiânia, que mesmo longe, sempre teve um enorme interesse pelo andamento da pesquisa. A Vovó Nini, nos seus 86 anos conta orgulhosamente a todos sobre a neta que estuda “a história daquela misteriosa Biblioteca de Alexandria”. Agradeço à minha querida família de São Carlos, minhas tias e primos, que acompanharam o meu trabalho mais de perto e que me acolheram nos momentos em que precisava de um “colinho da família” menos distante.

Aos meus pais, João Carlos e Rosana e meus irmãos Júlia e Leonardo, realmente não sei agradecer. Eles sempre me apoiaram nas minhas escolhas, mesmo quando isso significou ficar longe deles. Meus pais, ambos professores da universidade, são também exemplos de gosto pela vida intelectual desde pequena. Meu pai completou trinta anos de docência e é meu exemplo de dedicação pela academia. Minha mãe é minha heroína, consegue cuidar de toda a família, fazer absolutamente tudo pelos filhos e ainda se dedicar perfeitamente à profissão. Foi ela que mais agüentou meus choros de saudade, os momentos de angústia, mas que também comemorou comigo todos os sucessos e realizações do meu crescimento intelectual e pessoal. Agradeço aos meus lindos irmãos: Júlia, que agora está ainda mais longe em Buenos Aires e Léo, que nos seus 11 anos reina em casa sem as irmãs. Família mais linda e que tanto amo, vocês não imaginam como a distância é difícil!

Meus queridos, muito obrigada por tudo! Cada um de vocês sabe a importância que teve não apenas na realização desse trabalho e no início da minha trajetória de historiadora, mas também numa escolha de vida da qual sou muito satisfeita, apesar de algumas inquietações quanto ao que está por vir.

Resumo

O objetivo da presente dissertação é investigar um conjunto de pequenos fragmentos de papiros alexandrinos nomeado *Acta Alexandrinorum*. Os escritos narram episódios referentes à Alexandria nos dois primeiros séculos de Império Romano. Foram, no entanto, encontrados em diferentes locais do Egito, fato que sugere uma moderada circulação dos escritos na região. A hipótese é que um estruturado e coeso grupo de cidadãos alexandrinos do Ginásio, de ascendência grega e origem nobre, utilizaram-se dos escritos para manifestar suas insatisfações ao poder imperial. Pretendiam, com os relatos, criar um clima de resistência aos romanos e, ao mesmo tempo, exaltar a importância de Alexandria naquele universo, delimitando também uma identidade alexandrina restrita aos seus elementos de maior distinção. E mais: desejavam marcar a indignação quanto aos vizinhos judeus, que estariam ameaçando alguns direitos antes restritos ao grupo. Através dos textos, pode-se analisar como a romanização foi recebida e entendida pelos alexandrinos. Além disso, a documentação lança luz sobre elementos diversos da vida cívica e social da cidade e nos permite avaliar a sua importância no contexto imperial.

Palavras-chave: Alexandria romana, *Acta Alexandrinorum*, Egito greco-romano.

Abstract

The aim of this dissertation is to investigate a group of small Alexandrian fragments of papyrus named *Acta Alexandrinorum*. The texts narrate episodes concerning Alexandria in the two first centuries of Roman Empire. But they were found in different places of Egypt, fact that suggests a moderate circulation of the writings in the region. The hypothesis is that a structured and limited group of Alexandrian citizens from the gymnasium, of Greek ascendance and noble birth, would use the writings to express their feelings of dissatisfaction to the Imperial power. They intended, with the accounts, to create an atmosphere of resistance to the Romans, and at the same time, to exalt the importance of Alexandria in that universe and also, to delimit an Alexandrian identity that should be restricted to their elements of higher distinction. Besides that, they also longed to emphasize the indignation to their Jewish neighbors, which were

threatening some rights that were before limited to their group. Through the texts, we can analyze how Romanization was received and understood by the Alexandrians. Besides that, the documents illustrate several elements of the civic and social life of the city and help to evaluate its importance in the imperial context.

Keywords: Roman Alexandria, *Acta Alexandrinorum*, Greco-roman Egypt.

Índice

Agradecimentos.....	3
Resumo.....	7
Índice.....	9
Introdução.....	10
Capítulo 1: Alexandria - mosaico cultural do Egito.....	16
1. Alexandria ptolomaica - presente de Alexandre ao mundo antigo.....	16
2. Impactos da romanização em Alexandria.....	30
Capítulo 2: Apresentação dos <i>Acta Alexandrinorum</i>	57
1. Cenário de “resgate” dos documentos e suas polêmicas historiográficas.....	57
2. Seleção e descrição dos textos.....	71
Capítulo 3: Resistência textual dos alexandrinos ao poder romano.....	82
Conclusão.....	116
Referências Bibliográficas.....	125
1. Fontes primárias.....	125
2. Fontes secundárias.....	125

Introdução

“O historiador judicioso nunca cessará de meditar sobre o nariz de Cleópatra. Se aquele nariz tivesse agradado aos deuses como agradou a César e Antônio, um vago gnosticismo alexandrino poderia ter prevalecido em vez da disciplina cristã imposta pelas duas Romas, a antiga no Tibre e a nova no Bósforo. Ter-se-ia permitido aos celtas continuar recolhendo o visco em suas florestas. Teríamos menos livros a respeito da rainha Cleópatra e do rei Artur, porém ainda mais livros a respeito de Tutancâmon e de Alexandre Magno. Mas um etruscólogo que falava latim, e não um egiptólogo que falava grego, trouxe para a Grã-Bretanha os frutos da vitória do imperialismo romano sobre o sistema helenístico. Temos de encarar os fatos.”

Arnaldo Momigliano. *Os Limites da Helenização*.

A reflexão de Arnaldo Momigliano propõe questões centrais sobre o que Alexandria teria representado no universo greco-romano e o impacto que a vitória de Augusto sobre Cleópatra e Marco Antônio trouxe para a cidade. Tal episódio mudou definitivamente o rumo de seu desenvolvimento e seu papel de destaque naquele cenário. Por tal “desvio de percurso” e em comparação a outros grandes centros do mundo antigo e ao anterior reinado ptolomaico na cidade, o novo momento da história alexandrina recebeu pouca atenção da produção historiográfica sobre a Antiguidade.

O que muda efetivamente em Alexandria com a conquista de Augusto? Com a ascensão da potência romana, a cidade era a segunda mais populosa e o mais importante centro comercial do Mediterrâneo. A sua vivência cultural era valiosa pelo ambiente de estudos que se criou no Museu e na Biblioteca e que fez da cidade um ponto de união entre homens letrados de diversas regiões. Apesar de ter perdido um pouco da efervescência da produção literária dos primeiros dois séculos no final do período ptolomaico, Alexandria era ainda uma referência pelo eixo intelectual que foi lá estruturado.

Como os Ptolomeus não tinham grandes pretensões de conquista, os romanos permitiram que Alexandria continuasse a crescer e prosperar. Mas quando a cidade começou a representar uma ameaça política aos interesses imperiais, através dos projetos de Cleópatra e sua união com Marco Antônio, os líderes romanos pouco a pouco lhe destinam olhares mais cuidadosos. Pela sua importância e por representar naquele contexto uma concorrência a Roma, a cidade foi considerada como um possível foco de problemas, e, portanto, grandes atenções se voltaram para as pretensões de seus cidadãos. Paralelamente ao lugar de realce de Alexandria e ao encantamento que

despertava naquele universo, seus cidadãos eram tidos como elementos polêmicos e tinham a fama de se rebelar, protestar e causarem tumultos com grande facilidade.

Apesar dos problemas no final do reino ptolomaico, que colaboraram para a diminuição do prestígio da Dinastia, a cidade foi fundada nesse mesmo contexto, e por isso, era representativa dos ideais helenísticos e, ao mesmo tempo, os legitimava. Com a conquista romana, Alexandria tornou-se sujeita a um poder externo e deixou de ser a sede de um reinado. A princípio, através da aproximação imperial das elites de origem grega e mais privilegiadas da cidade, além de várias estratégias para manter o Egito próspero e pacífico, o poder romano foi bem aceito na Província. No entanto, aos poucos, os alexandrinos começaram a perceber algumas “novidades” que os novos líderes trouxeram à cidade, as quais se tornaram ainda mais nítidas quando o poder romano estava mais estabelecido.

Além das inovações no complexo burocrático, uma das mais significativas mudanças introduzidas pelo Império se refere às novas definições de *status* destinadas à população. Foram estabelecidas novas categorias, que repercutiram diretamente na cobrança de impostos, das quais os cidadãos alexandrinos eram os únicos isentos. Mas, para obter a cidadania, teria que se provar a ascendência helenizada de ambos os lados, materno e paterno. Assim, se antes as diferenças étnicas criavam barreiras na vivência diária dos grupos, nesse momento, começaram a repercutir na taxaço, o que demarcou ainda mais as diferenças entre as comunidades diversas. Os egípcios foram sujeitos às maiores taxaçoes e, conseqüentemente, considerados os elementos de menor nível social. Em virtude dessas inovaçoes, intensificaram-se os conflitos por *status* entre os grupos sociais de Alexandria, principalmente entre alexandrinos e judeus, pois estes começaram a conquistar privilégios antes restritos àqueles. Nas pequenas cidades do Egito, e no meio rural, as inovaçoes foram menores, mas nas cidades helenizadas, além de Alexandria, Náucratis (antiga colônia de comerciantes gregos) e Ptolemais (também fundada por Alexandre), as novidades foram mais sentidas. Em Alexandria, principalmente, já que todo o aparato administrativo romano foi lá introduzido.

Diante da nova conjuntura, inúmeras foram as formas dos habitantes de Alexandria responder ao poder imperial e é nesse cenário de questionamento ao domínio romano que a presente investigação se insere. Assim, o objetivo dessa dissertação é analisar um conjunto de textos da cidade em que se pode visualizar a tentativa de reação de um coeso grupo alexandrino à romanização. Trata-se de um grupo de pequenos fragmentos de papiro, denominado *Acta Alexandrinorum*, que relatam

episódios vivenciados pelos alexandrinos nos dois primeiros séculos de Principado. A descoberta, edição e publicação dos documentos ocorreu entre o final do séc. XIX e início do XX. Nesse momento também os escritos foram agrupados e interpretados pelos seus editores, recebendo essa nomenclatura. A autoria dos *Acta* é desconhecida e acredita-se que sua produção seja responsabilidade de um mesmo grupo, foi, entretanto, realizada por diferentes pessoas e em ocasiões diversas, o que se percebe pelas discrepâncias de estilo e modo de escrita, além da datação de cada fragmento.

Todos os textos que compõem os *Acta Alexandrinorum* descrevem e discutem episódios referentes a questões cívicas, políticas e sociais de Alexandria. Mas os escritos foram encontrados em diferentes locais do Egito, o que sugere sua circulação na região. Alguns elementos comuns aos escritos permitem uma aproximação entre alguns dos fragmentos. No entanto, a disparidade entre eles, em relação a pontos centrais, é visível em alguns momentos, portanto é arriscado qualquer tipo de generalização que tente definir a natureza e o propósito dos documentos como uma unidade de textos.

Apesar das especificidades de cada relato, a produção dos escritos por um determinado grupo, com o ideal de afirmar idéias para um mesmo público nos permite conceber os *Acta* como um conjunto coerente de documentos. Outro eixo de união dos textos é a sua intenção de estabelecer diálogos com o Império. Com relação à forma de ordenação, os escritos também se aproximam, a maioria está estruturada em discurso direto e, geralmente, intercalada de notas narrativas. Além do formato, é notável também nos relatos, principalmente nas falas atribuídas aos alexandrinos, uma elaboração com o intuito de afirmar determinadas idéias.

O espaço cronológico da dissertação foi delimitado pelo período imperial coberto pelos *Acta*, pois narram eventos entre os reinados de Tibério e Cômodo, conseqüentemente, um período de quase 200 anos. Mas nem todos os Principados são enunciados na documentação e muitos imperadores do período não são citados. Nesse sentido, serão analisados com mais ênfase os momentos do Império mencionados com mais freqüência pelas fontes, ou seja, o conteúdo dos escritos guiará a análise cronologicamente.

A importância dos *Acta* se justifica por nos fornecerem elementos para compreender como a romanização foi recebida, entendida e retratada pelos alexandrinos. A partir dessas fontes, podemos visualizar questionamentos e reflexões sobre o momento de troca, instalação e afirmação do poder romano na cidade, algo raro em outras fontes do período. Outra questão que faz desses relatos algo ímpar é que se

trata de escritos produzidos pelos alexandrinos a respeito da sua cidade. Nesse sentido, servem de contraponto às narrativas sobre a cidade elaboradas por elementos de fora. Ou seja, dialogam com os escritos que criaram e cristalizaram um “estereótipo” de Alexandria: uma cidade especial e polêmica, que exercia fascínio e encantamento nas redondezas, mas que, ao mesmo tempo, sofria com a impulsividade de seus cidadãos, que facilmente se rebelavam contra autoridades. Em suma: nas fontes aqui tratadas a voz é dada aos próprios alexandrinos, que procuram relatar nos escritos as preocupações de seu circunscrito grupo ao poder romano (e num mesmo limite cronológico e espacial).

O objetivo da dissertação é investigar a tentativa de manifestação de um grupo de alexandrinos contra o poder romano. A hipótese é que tal reação foi feita através da elaboração de relatos que pudessem realçar a proeminência de Alexandria no mundo mediterrâneo, para criar uma espécie de conscientização, dentre os próprios alexandrinos, e assim fazer circular um clima de resistência. Pretendia-se, dessa forma, denunciar e revelar os motivos de insatisfação dos alexandrinos contra o Império. Além disso, procurou-se delinear uma identidade alexandrina “legítima”, restrita a um seletivo grupo de sua elite intelectual de ascendência grega, os únicos que poderiam fazer frente aos romanos, já que tinham representatividade política e voz diante deles. Assim, pontuaremos também os elementos que delimitaram tal identidade.

A dissertação está ordenada em três capítulos. Na primeira parte, elaborou-se um “quadro contextual” a respeito de Alexandria a partir de uma discussão bibliográfica. Foram eleitos alguns temas mais discutidos e polêmicos na historiografia sobre Alexandria e o Egito greco-romano. A escolha das temáticas foi feita com base em aspectos que interessariam mais diretamente à pesquisa e que serviriam, portanto, de auxílio nos capítulos subsequentes. Não se trata de uma contextualização linear e descritiva, mas de uma seleção de pontos centrais para a dissertação e de uma análise sobre como tais temas foram abordados pela bibliografia.

Este capítulo foi dividido em duas partes, que se referem, respectivamente, ao período ptolomaico e ao romano. Na primeira, ressaltamos como as diferentes visões historiográficas caracterizam a cidade e entendem seu desenvolvimento e sua complexa composição populacional. Destaca-se também, nessa parte, como a própria definição de Alexandria, como uma cidade-estado grega, é polêmica entre os acadêmicos.

A segunda parte desse capítulo foi dedicada a pontuar as discordâncias historiográficas sobre a recepção do poder romano na cidade. A nova liderança

representou efetivamente uma transformação em Alexandria ou predominou a continuidade? Diante disso, o objetivo é analisar como as mudanças trouxeram repercussões no modo de se relacionar dos diversos grupos sociais da cidade. Questionaremos também os motivos dos alexandrinos para se ressentirem do comando romano e as diversas formas que encontraram para reagir a isso. Em suma: o intuito do primeiro capítulo é ilustrar como Alexandria foi abordada pela historiografia e como se configurou na cidade um cenário de insatisfação ao poder romano que permitiu a alguns alexandrinos encontrar brechas para resistir aos novos líderes.

O segundo capítulo foi dedicado à apresentação e caracterização das fontes trabalhadas. Inicialmente, delineou-se a complexidade do cenário em que a papirologia se desenvolveu com o fim de se compreender o processo em que as fontes foram resgatas. Em seguida, percorremos rapidamente o ambiente acadêmico em que os textos foram editados, publicados e agrupados, resultando na atual nomenclatura, *Acta Alexandrinorum*. A partir daí, elaborou-se um mapeamento bibliográfico em que foram ilustrados alguns eixos de análise pelos quais os textos foram comumente definidos na historiografia. Feito isso, ressaltamos elementos mais gerais da caracterização dos textos, principalmente no que se refere ao seu contexto de produção, sua autoria e suas motivações comuns. Na segunda parte desse capítulo, o objetivo foi enumerar os critérios escolhidos para a seleção e análise dos fragmentos. A partir daí, foi feita uma descrição de cada documento, ressaltando seu cenário editorial, suas lacunas e um resumo de seu conteúdo e motivações mais aparentes. Isso foi realizado para que fossem destacadas a unidade e a especificidade de cada fragmento.

Com as fontes já apresentadas, no terceiro capítulo chega-se ao “cerne” da pesquisa, momento de propor uma interpretação da documentação a partir de cada fragmento, citando trechos mais ilustrativos e questionando os seus objetivos de composição. A análise foi feita inicialmente, seguindo o episódio descrito por cada documento. A partir dela e da interpretação de cada texto, que eventualmente cruzamos também com outros escritos da época, o intuito foi entender o fragmento por si mesmo, seus objetivos de composição e comunicação mais imediatos. A proposta do capítulo é perceber como o poder romano e os outros grupos sociais são retratados nos textos, e como, através disso, tentou-se delimitar uma identidade alexandrina restrita aos seus elementos de destaque. Ou seja, pretendemos entender como se circunscreveu essa identidade internamente, os elementos para tal definição e, externamente, frente ao poder romano e aos outros grupos sociais.

Em suma: o intuito principal do presente estudo é analisar o que os autores responsáveis pelos textos dos *Acta Alexandrinorum* pretendiam dizer com tais relatos e o que teria motivado sua escrita. Enfim, investigaremos o “recado” que os alexandrinos pretendiam transmitir com sua circulação e como tais fontes lançam luz sobre o impacto causado pela chegada dos romanos em Alexandria.

Capítulo 1: Alexandria – mosaico cultural do Egito

1. Alexandria ptolomaica - presente de Alexandre ao mundo antigo:

A chegada de Alexandre no Egito representou o fim do domínio persa no território e ele foi recebido na região como libertador, pois a insatisfação dos egípcios pelos persas era endêmica¹. Arnaldo Momigliano afirma que os macedônios eram mais “compreensivos” que seus predecessores, e por terem sido auxiliados pelas diversas correntes de pensamento gregas, foram mais facilmente aceitos nos territórios em que se instalaram². A entrada de Alexandre no Egito concretizou os já antigos contatos entre gregos e egípcios, os quais também facilitaram a sua recepção. Antes de sua conquista havia gregos na região e inclusive colônias de militares e comerciantes de origem helênica, mas esses se consideravam estrangeiros. O que muda nesse momento é que o Egito passou a ser visto como parte do mundo grego e uma terra de oportunidades para eles, originários de diferentes locais do universo helenístico³. Gamal Mokhtar considera que as antigas relações entre os dois povos teriam estimulado Alexandre na decisão de fundar Alexandria⁴. A cidade foi fundada em 331 a.C. e muito pouco se sabe de seu desenvolvimento inicial. O seu primeiro governante foi Cleomenes de Náucratis (entre 331 e 323), que juntamente com Deinocrates de Rodes (arquiteto) foram assistentes de Alexandre no seu projeto.

Sob Alexandre foi estabelecido o formato da cidade, a organização de seus muros e seu sistema de ruas, além de alguns de seus principais pontos. No entanto, seu fundador não tinha idéia do que Alexandria viria a se tornar posteriormente. Acredita-se que ele teria escolhido o local pelas vantagens geográficas, que permitiriam que a região fosse próspera economicamente⁵. No entanto, Stuart Davis argumenta que é pouco

¹ Peter Green. “Alexander’s Alexandria” in: Mark Greenberg, Kenneth Hamma, Benedicte Gilman e Nancy Moore (eds.). *Alexandrina and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California: The J. Paul Getty Museum, 1996. P. 7.

² Arnaldo Momigliano. *Os Limites da Helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. P. 78.

³ Naphtali Lewis. *Greeks in Ptolemaic Egypt: Case studies in the Social History of the Hellenistic World*. Oakville, Connecticut: American Society of Papyrologists, 2001. P. 9.

⁴ Gamal Mokhtar. “Pre-Alexandria: Keys to the Rise of an Immortal City” in: Gareth L. Steen (ed.). *Alexandria: The Site and the History*. New York / London: New York University Press, 1993. P. 31.

⁵ Inúmeras são as narrativas sobre a fundação de Alexandria. Diodoro da Sicília relata que Alexandre decidiu fundar uma grande cidade no Egito e deixou ordens aos homens deixados no território para situá-la entre o continente e o mar. Ele delimitou o terreno, traçou suas ruas e ordenou que ela fosse nomeada Alexandria em sua homenagem. A cidade foi convenientemente situada próxima ao porto de Faros o

provável que seu fundador tivesse pensado na cidade como a capital do reino, e quando Ptolomeu assumiu o governo do Egito, a sua capital ainda era Mênfis e lá se concentrava a sua corte. Apenas alguns anos depois, em 320 (três anos antes da morte de Alexandre) foi realizada a transferência de todo o aparato administrativo para o local pelo primeiro Ptolomeu. Alexandria tornou-se, então, a capital do Egito (provavelmente também por algum destaque econômico já evidente no lugar) ⁶. Ptolomeu I Soter, um dos mais influentes generais de Alexandre, herdou o governo do Egito na divisão do território helenístico após a sua morte.

Com a chegada da Dinastia Lágida, foram iniciados os suntuosos investimentos para transformar Alexandria na autêntica representante da linhagem herdeira dos ideais de Alexandre. Nesse período, principalmente sob os primeiros três Ptolomeus, foram construídos os edifícios, templos e instituições mais importantes da cidade⁷. Pela já mencionada insatisfação dos egípcios com o governo anterior dos persas, a chegada e instalação do Rei foi pacífica, pois além de simpatizantes da nova liderança, seus habitantes estavam habituados com o domínio estrangeiro. E em relação aos governos anteriores, a Dinastia se instalou de maneira diferente no Egito, já que fez dele a sede de seu reino.

Uma cidade do porte de Alexandria e que alcançou desde cedo grande destaque econômico (posição estratégica) e cultural (investimentos na Biblioteca e no Museu) tornou-se, logicamente, um centro atrativo para populações das mais diversas proveniências e com as mais diferentes pretensões. A sua construção foi algo de grande

fundador delimitou também seus muros externos e definiu que por terra a cidade deveria ter apenas duas saídas possíveis. Ordenou a construção de um grande palácio, que deveria ser notável pelo seu tamanho e encanto. Diodoro relata que Alexandria estava crescendo tanto naquela época que muitos a reconheciam como a primeira cidade do mundo civilizado, e estava certamente à frente das outras em termos de elegância, extensão, luxo e riqueza. O número de seus habitantes ultrapassava o de todas as outras cidades e alcançava os trezentos mil habitantes. (Diodoro de Sicília. 17. 52). Estrabão dá o seguinte depoimento sobre sua fundação: “Mas quando Alexandre visitou o lugar e viu as vantagens do terreno, ele decidiu fortificar a cidade no porto. Escritores recordam que, como sinal da boa fortuna que tem acompanhado a cidade desde então, um incidente que ocorreu no tempo que suas linhas estavam sendo traçadas na fundação: Quando os arquitetos estavam marcando as linhas dos seus limites com giz, o abastecimento de giz esgotou-se; e quando o rei chegou, seus auxiliares forneceram uma parte da refeição de cevada que tinha sido preparada para os trabalhadores, e através disso as ruas também, num número maior que antes, foram delineadas. Esta ocorrência então, eles disseram ter interpretado como um bom presságio.” (Estrabão. *Geografia* 17.1. 6). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

⁶ Stuart Davis. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London: Methuen & Co. Ltd., 1951. Pp. 66 e 67.

⁷ A respeito dos reis, Estrabão relata: “E a cidade contém os mais lindos recintos públicos a também os palácios reais; pois cada rei, por amor ao esplendor, queria adicionar algum adorno aos monumentos públicos, e ele investiria com seus próprios custos com uma residência, em adição aquelas já construídas, para que então, nas palavras do poeta (se referindo a Homero), ‘fique pedra sobre pedra’.” (Estrabão. *Geografia* 17.1.8). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

impacto para o Egito e para o Mediterrâneo como um todo e o afluxo de diferentes povos para a cidade desde sua fundação foi intenso e algo que os Ptolomeus estimularam. Nesse sentido, Gunter Grimm considera que a fundação de Alexandria abre o Egito definitivamente para o mundo mediterrâneo⁸. Até então, como ressalta Momigliano, o Egito era para os gregos um país “(...) difícil de ser abordado e com costumes intrigantes. Jamais foi tratado como uma potência política. Era antes um repositório de conhecimento invulgar.”⁹. No séc. III a.C., entretanto, a cidade presenciou uma intensa imigração de gregos, provenientes da Grécia (principalmente de Samos, Rodes, Cirene e Atenas), Trácia, outras Ilhas do Egeu e cidades gregas da Ásia Menor. Walter Scheidel argumenta que os egípcios nativos formavam a maioria da população no contexto de construção da cidade e eram provenientes de todas as regiões do Egito. Representavam, portanto, a sua categoria social de mais poder¹⁰. Deve-se observar ainda a presença de estrangeiros provenientes de diversos territórios não-helenizados, sendo o grupo proveniente da Síria o mais significativo. Também eram considerados gregos os cidadãos das outras cidades helenizadas do Egito, Naucratis e Ptolemais, colônias anteriores aos Ptolomeus. A composição populacional de Alexandria a caracteriza como um verdadeiro “mosaico cultural”, já que diferentes povos trouxeram para a cidade também diferentes culturas, religiões, línguas e valores.

Peter Fraser dividiu a formação inicial da cidade em sete categorias: primeiramente, a população grega que consistia nos cidadãos, cidadãos parciais (cujo *status* exato é obscuro), gregos sem *status* civil definido, gregos com vínculos étnicos externos; e a população não-grega, que consistia da população egípcia nativa, imigrantes não-gregos (judeus, habitantes da Síria e outros) e escravos. Os macedônios (cuja importância foi superestimada pela historiografia, segundo o autor) permaneceram mais restritos ao círculo militar da guarda real e poucos entraram na administração civil ptolomaica¹¹. El-Abadi salienta que, antes do meio do séc. II a.C. os descendentes dos gregos ainda podiam ser identificados e os Ptolomeus tentariam mantê-los “o mais puros

⁸ Gunter Grimm. “City Planning?” in: Greenberg, op. cit., p. 55.

⁹ Momigliano, op. cit., p. 11.

¹⁰ Walter Scheidel. “Creating a Metropolis: A Comparative Demographic Perspective” in: William V. Harris e Giovanni Ruffini (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/ Boston: Brill, 2004. P. 22.

¹¹ Peter M. Fraser. *Ptolemaic Alexandria I-III*. Pp. 38 e 53. Oxford: Clarendon Press, 1972. Não é possível falar da Alexandria ptolomaica sem fazer referências à importante obra de Peter Fraser, o trabalho mais completo e detalhado a respeito do período na cidade. Observaremos também como os historiadores posteriores a Fraser moldaram sua visão a respeito da cidade nesse período com base em vários elementos de sua obra.

de sangue” possível. Porém, já no início do séc. II, os ditos gregos já não o eram por origem, mas helenizados¹².

Em relação à comunidade judaica, ela esteve presente desde o contexto de fundação de Alexandria, mas se expandiu consideravelmente nos séculos seguintes, tornando-se a maior da Diáspora. Após a revolta dos Macabeus (175-167 a.C.) na Judéia, a imigração de judeus para a cidade se intensificou substancialmente¹³. John Barclay realça que a chegada de tantos novos imigrantes no Egito de alguma forma reforçou a identidade dos judeus já residentes¹⁴. Momigliano ressalta a peculiaridade do grupo no Egito, em virtude do grau de helenização a que se submeteram, já que falavam o grego e tinham sua própria versão da Bíblia em grego. Alcançaram, contudo, um alto grau de independência de sua vida religiosa (em relação à Judéia). Além de serem completos devotos dos reis Ptolomeus (principalmente os de Alexandria)¹⁵. E a intolerância à fé judaica promovida pelos reis seleucidas não teve a mesma contrapartida entre os Ptolomeus, o que permitiu que os judeus praticassem sua fé de acordo com suas tradições antigas, mesmo que re-significadas e adaptadas ao novo ambiente. Tal “boa relação” com a Dinastia permitiu também que os judeus de Alexandria conquistassem notável autonomia (com suas sinagogas e *politeumata*) e grandes riquezas. Alguns se inseriram nos círculos gregos, conquistaram a cidadania alexandrina e destaque na vida pública da cidade, mas segundo as reflexões de Fraser, não há sinais de que a comunidade como um todo tivesse conquistado grandes privilégios¹⁶.

Percebe-se então, que o caráter internacional e cosmopolita de Alexandria foi muito realçado pelos historiadores ao caracterizá-la, mas observa-se também um intenso debate entre os mesmos a respeito do peso que cada cultura teria tido na sua formação. Uma primeira tendência destaca justamente a composição multicultural da cidade, que foi crucial para a sua ordenação e desenvolvimento. Nesse sentido, Alexandria era a representante “legítima” do cenário helenístico em que foi fundada por ter se estruturado como um ponto de união de culturas diversas. Dentre eles, Harold I. Bell a define como

¹² Mostafa El-Abbadi. “The Alexandrian citizenship” in: *Journal of Egyptian Archaeology* 48, 1962. P. 114.

¹³ Reação de um grupo de judeus da Judéia, liderado por Judas Macabeu, à política de helenização forçada instituída por Antíoco IV, rei dos selêucidas. A vitória do grupo hasmoneu só foi possível com o apoio, e nesse momento, em 161 a.C., a Judéia tornou-se um estado vassalo dos romanos. O desenrolar da revolta está no *Primeiro e Segundo Livro dos Macabeus*.

¹⁴ John Barclay. *Jews in the Mediterranean Diaspora - From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)* Berkeley / Los Angeles/ London: University of California Press, 1996. P. 35.

¹⁵ Momigliano, op. cit., pp. 104 e 105.

¹⁶ Fraser, op. cit., p. 55.

a “herdeira” de seu fundador, já que seu ideal era justamente a fusão de várias raças e culturas¹⁷. Stuart Davis salienta a composição cosmopolita da cidade, que não chegou a resultar numa fusão, pois era uma coleção de “politeumas” de diferentes nacionalidades, que dispunham de considerável autonomia¹⁸. Peter Green também enfatiza que Alexandria pode ser vista em todos seus setores como um produto derivado do espírito cosmopolita das conquistas de Alexandre, sendo a personificação da cultura helenística justamente por não ter nenhuma “base nacional” e toda a sua organização foi estruturada baseada nesse pressuposto (aspectos estrangeiros e impostos de fora)¹⁹. Roger Bagnall reforça que o próprio termo “helenismo/helenístico”, seja relacionado à cultura, à religião ou à linguagem já pressupõe a mistura de elementos de várias origens étnicas²⁰. Já Derek Adie Flower define a Alexandria do período como a mais bela, próspera e com certeza, a mais internacional cidade do mundo, que causava entre os que lá chegavam “(...) uma impressão de esplendor oriental emoldurado por uma elegância grega.”²¹.

Mas há uma segunda tendência historiográfica que igualmente define a cidade como a herdeira de Alexandre, sem com isso enfatizar o ideal de conciliação, diálogo e mistura entre as culturas (como autores como Bagnall percebem a helenização). Acredita-se que como a herdeira de seu fundador, Alexandria foi projetada justamente para reforçar a preponderância da cultura greco-macedônia sobre outros povos. Naphtali Lewis defende essa idéia e reforça não acreditar que os Ptolomeus teriam em algum momento estimulado a fusão entre as culturas grega e egípcia. Esse ideal de separação já se tornaria evidente pelo projeto político dos reis, que era instituído de cima para baixo, incentivando a coexistência separada entre as duas entidades e estabelecendo claramente os limites entre ambas. O próprio rei se projetava de formas distintas para as duas culturas: para os gregos era a “encarnação” de um filósofo ideal grego; para os egípcios o sucessor e continuador da linhagem faraônica²².

Andrew Erskine também acredita que os Ptolomeus reforçariam sempre seus vínculos com a tradição grega e com Alexandre, e considera como a maior prova de tal projeto o episódio da transferência de seu corpo de Mênfis para Alexandria. Portanto, a cidade deveria tornar visíveis os ideais helenísticos representados pelas conquistas de

¹⁷ Harold I. Bell. “Anti-semitism in Alexandria” in: *Journal of Roman Studies* 31, 1941. P. 1.

¹⁸ Davis, op. cit., p. 103.

¹⁹ Green, op. cit., p. 4.

²⁰ Roger Bagnall. *Egypt in Late Antiquity*. Jersey: Princeton University Press, 1993. P. 230.

²¹ Derek A. Flower. *Biblioteca de Alexandria: As historias da maior biblioteca da Antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. P. 115.

²² Lewis, op. cit., p. 4.

Alexandre. Erskine acredita que a política dos reis macedônios de construir cidades seguindo um “modelo” grego era uma espécie de compromisso com o passado, com os ideais de Alexandre²³.

Alguns autores vão ainda mais longe e, apesar de considerar a diversidade populacional de Alexandria, acreditam que suas feições gregas a caracterizariam como uma espécie de *pólis* dentro do Egito. Ou seja, em comparação ao peso de sua estruturação grega, a diversidade cultural da cidade não tivera tanto impacto no seu desenvolvimento. A cidade foi organizada no sistema grego de tribos e demos e possuía diversas instituições tipicamente gregas, como o Ginásio, a *efebéia*, banhos, teatros, uma assembléia e *Gerousia*. Provavelmente tinha também recebido dos Ptolomeus uma *Boulé*, que por algum motivo foi perdida (discutiremos tal questão na segunda parte deste capítulo). Tais instituições lhe concediam grande autonomia cívica e a cultura grega também se manifestava nas tradições e em diversos níveis do seu cotidiano²⁴. Diana Delia ressalta a semelhança das instituições alexandrinas e atenienses e acredita que não se trata apenas de uma comparação superficial, pois tais órgãos tinham realmente sido fundados tendo Atenas como modelo²⁵. Do mesmo modo, Mostafa El-Abadi define Alexandria como a *pólis* do Egito por excelência, pela posse de sua própria constituição e cidadania. O autor reconhece, entretanto, a limitação de sua autonomia por ser sede de um reino²⁶.

Fraser argumenta que as cidades gregas mais antigas mantiveram suas instituições cívicas e autônomas quando se tornaram monarquias helenísticas. E acrescenta que, mesmo às novas cidades, fundadas nesse período, foram oferecidas construções típicas de uma *pólis*, principalmente no séc. III. Ou seja, mesmo que restritas para o agrado dos reis, elementos típicos da constituição das antigas cidades-estado continuaram em funcionamento. Fraser reforça que, sobretudo a cidade fundada por Alexandre não poderia ter sido desprovida dessas instituições democráticas²⁷. O autor salienta que alguns elementos do “código civil alexandrino” realmente derivavam do ateniense, mas destaca que “o elemento Ático era apenas um dentre diversos no código, e também não era predominante”. Na visão de Fraser, a legislação de Alexandria era um complexo de

²³ Andrew Erskine. “Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria” in: *Greece and Rome* 42, 1995. Pp. 42 e 48.

²⁴ Stuart Jones. “Claudius and the Jewish question at Alexandria” in: *Journal of Roman Studies* 16, 1926. P. 28.

²⁵ Diana Delia. *Alexandria Citizenship during the Roman Principate*. Atlanta: Scholars Press, 1991. P. 5.

²⁶ Mostafa El-Abadi. “Alexandria: Thousand-Year Capital of Egypt” in: Steen (ed), op. cit., p. 42.

²⁷ Fraser, op.cit., pp. 93 e 94.

elementos derivados de diferentes constituições daquele universo, ou seja, não se trataria de uma herança prioritariamente ateniense, mas que já englobava a diversidade cultural do mundo grego²⁸.

Outra corrente historiográfica reforça o papel da cidade como sede de uma dinastia real e, nesse sentido, qualquer tentativa de definir Alexandria como *pólis* ou acentuar a sua estruturação grega e autônoma encontra grandes barreiras. Milne argumenta que os Ptolomeus não pretendiam se legitimar apenas como um reino estrangeiro no Egito, mas como um reino que seria mais do que a incorporação do faraó egípcio e do rei macedônio, que teria algo independente de ambos, apesar das influências²⁹. Stuart Davis enfatiza a presença da cultura grega sobretudo nas instituições educacionais, e menos nas políticas (predominantemente ptolomaica/oriental/real)³⁰. Ou seja, os Ptolomeus tiveram que criar no Egito um sistema dual, que valorizasse simultaneamente a tradição oriental do reino (real) e do helenismo (autonomia). A soberania de Alexandria se limitaria às suas decisões internas, mas questões referentes à sua relação com outras comunidades eram reguladas pelo rei. Consequentemente, as duas leis, a da *pólis* e a lei egípcia, estavam sujeitas à lei real³¹. Bowman acredita que a autonomia da cidade baseada na lei Ática (que fez com que ela se assemelhasse às antigas *pólis* gregas) foi substancialmente “esvaziada” de seu caráter democrático pela presença dos reis helenísticos no local³².

Com relação à política que os Ptolomeus destinaram à população egípcia nativa, inúmeras também são as discordâncias historiográficas. Antes de tudo, deve-se destacar que os Ptolomeus encontraram formas muito diferentes para se relacionar, internamente, com os cidadãos e habitantes alexandrinos e, externamente, com os egípcios e habitantes da *Chora* e das outras cidades não-gregas. Aqui nos centraremos no modo que as políticas destinadas à população egípcia repercutiram em Alexandria, já que os egípcios representavam um segmento significativo da cidade. Dessa forma, os Ptolomeus tiveram que aceitar e estimular algumas das antigas tradições nativas e destinar aos egípcios uma política conciliatória para que seu poder fosse aceito e

²⁸ Idem, pp. 111 e 112.

²⁹ Grafton Milne. “Egyptian Nationalism under Greek and Roman Rule” in: *Journal of Egyptian Archaeology* 14, 1928. P. 192.

³⁰ Davis, op.cit., p. 73.

³¹ Idem, p. 99.

³² Alan Bowman. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C. -A.D.642*. California: University of California Press, 1986. Pp. 211 e 212. Sartre também realça tal questão. Ver: Maurice Sartre. *El Oriente Romano. Provincias y sociedades provinciales del Mediterráneo Oriental. De Augusto a los Severos (31a.C. – 235 d.C.)*. Madrid: Akal Ediciones, 1994. P. 136.

legitimado. Assim, alguns elementos da cultura faraônica milenar foram respeitados e inclusive muitos de seus componentes “adotados” pelos reis para que fossem recebidos na região.

A discussão é: se tais elementos foram realmente valorizados e adotados pelos Ptolomeus, ou apenas “incorporados” por eles nos momentos convenientes. Bell argumenta que os últimos Ptolomeus, pela decadência da Dinastia e crescente dependência dos romanos, sentiram a necessidade de aliar-se aos sacerdotes egípcios. Com isso, tiveram que “egipcianizar a monarquia” e reforçar alguns elementos dessa cultura³³. E mais: se comparados aos predecessores persas, a Dinastia foi mais ativa em preservar a cultura faraônica. Nota-se isso pela intensa construção de templos no período, além de importantes concessões feitas aos seus sacerdotes, aos quais destinariam uma política conciliatória: ao mesmo tempo em que estimulavam sua autoridade no culto, seguiam vigilantes em relação aos seus direitos econômicos (controle das terras em seu poder)³⁴. Momigliano não entende essa concessão aos templos como sinal de valorização da cultura egípcia, pois a civilização helenística permaneceu grega na língua, nos costumes e na consciência de si mesma, o que demonstra a suposição da superioridade de seus hábitos. Em virtude disso, Momigliano argumenta que a cultura egípcia nativa declinou durante o período, pois, sob direto controle dos gregos, começou a representar um estrato inferior da população³⁵. Mesmo considerando a cultura egípcia, adotando e reforçando muitas de suas tradições, é visível o esforço dos Ptolomeus de tentar manter uma distância em relação aos nativos. A começar pelo fato de a língua oficial da Dinastia ser o grego (apenas Cleópatra, a última representante da linhagem, aprendeu o demótico).

Podemos perceber que os elementos realçados acima, de alguma forma diferenciam a cidade do ambiente egípcio que a cercava. Nesse sentido, alguns autores destacam a existência independente de Alexandria em relação ao resto do Egito. A começar pela transferência da capital de Mênfis para a cidade, o que em certa medida já representou o ideal de “emancipação” do Egito e de suas tradições antigas. Teria sido criada para rivalizar com a antiga capital e esvaziar um pouco sua importância política e seu papel

³³ Harold I. Bell. *Egypt from Alexander the Great to the Arab conquest*. Oxford: Clarendon Press, 1948. P. 60. John Marlowe desenvolve com ainda mais ênfase o que ele chama de tal “egipcianização” da Dinastia, ver: John Marlowe. *The Golden Age of Alexandria*. London: Victor Gollancz, 1971. P. 110.

³⁴ Sobre a política dos Ptolomeus destinada aos egípcios, ver as reflexões de Henri Riad. “Egyptian Influence on Daily Life in Ancient Alexandria” in: Greenberg, op. cit., p. 32. Ver também: John Baines. “Egyptian Elite Self-Presentation in the Context of Ptolemaic Rule” in: Harris e Ruffini (eds.), op. cit., p. 33.

³⁵ Momigliano, op. cit., pp. 11 e 13.

como centro “nacionalista” para os egípcios³⁶. Harold Bell acredita que, mesmo que geograficamente Alexandria fizesse parte do território egípcio, na maior parte das fontes da época observa-se grande distinção entre Alexandria e Egito, sugerindo que oficialmente a cidade era considerada independente³⁷. Naphtali Lewis argumenta que até a localização da cidade no litoral foi algo proposital, para que ela fosse considerada parte do mundo grego e não do Egito³⁸. Dessa forma, a cidade era um “corpo estranho” no Egito, e apesar de inserida no território, não era considerada parte integrante dele³⁹.

Percebe-se então que a liderança ptolomaica, mesmo com a sede instalada no território egípcio, seria um governo estrangeiro, e Alexandria, como capital, foi construída, formada e cuidadosamente estruturada para representar um reino no seu meio. A cidade era a completa elaboração de uma dinastia estrangeira e mesmo com o esforço para estabelecer um diálogo com a cultura nativa mais antiga, tal cultura não era originariamente sua. Ou seja, no que se refere à sua vivência (política, social e cultural), Alexandria era em certa medida independente do Egito, e apenas em raras ocasiões se fundiram os ideais, interesses e anseios de suas populações. Além disso, deve ser observado que os Ptolomeus, embora fossem estrangeiros, chegaram ao Egito para fazer dele a sede de seu poder e todos os investimentos para tal concentraram-se no território. Ou seja, o poder ptolomaico não se caracterizou como o tipo de dominação estrangeira comum na época, de transferir para os “dominantes” as riquezas dos “dominados”. Claro que a concentração de riquezas era para poucos, mas o fato de ser feita dentro do Egito, principalmente em Alexandria, já era algo diferenciado em relação aos governos estrangeiros anteriores, como o dos persas.

Vimos que as interpretações sobre como a imposição do poder ptolomaico foi feita são as mais diversas, como também o são sobre o grau de fusão entre egípcios e gregos e o diálogo que estabeleceram. Dito tudo isso, é importante enfatizar que devemos pensar Alexandria considerando seus diferentes elementos culturais, seu caráter cosmopolita, e sua herança grega. Contudo, também se deve salientar sua força como algo novo, que não foi apenas a síntese dos elementos culturais diversos, uma cidade que desde cedo exibiu uma identidade própria e não apenas derivativa da junção dos diversos elementos culturais. Deve-se ter em mente que uma cidade formada nesse contexto de encontro de

³⁶ Lewis, op. cit., p. 9.

³⁷ Harold I. Bell. “Alexandria ad Aegyptum” in: *The Journal of Roman Studies* 36, 1946. P. 132.

³⁸ Lewis, op. cit., p. 9.

³⁹ Bowman, op. cit., p. 204; Riad, op. cit., p. 29.

povos diversos, mesmo tendo como denominador comum alguns aspectos do passado grego, já é por si só algo que envolve grande mistura.

A divindade Serápis é por muitos comentadores considerada um elemento chave para analisar a política que os reis dedicaram às culturas grega e egípcia e o tipo de vínculo e limites que pretendiam estabelecer entre elas. O deus é importante para entender a política de “conciliação” que os Ptolomeus destinariam à cultura egípcia mais antiga. Em Alexandria eram cultuadas divindades gregas e egípcias; adoravam-se divindades diversas paralelamente ou associavam-se cultos diferentes ou, ainda, atribuíam-se aspectos egípcios a divindades gregas e vice-versa. Em suas reflexões, Fraser argumenta que nos sécs. II e I a.C., com a maior mistura na composição étnica da classe administrativa de Alexandria e em virtude da decadência da Dinastia, que precisou se dedicar um pouco mais à população egípcia, os elementos greco-egípcios já predominavam sobre os “puramente gregos”. Apesar de serem adoradas divindades diversas das do Olimpo, a mistura populacional criou uma atitude mais “ecclética” diante dos cultos, diferentemente do que teria ocorrido numa cidade grega de tradição já estabelecida⁴⁰.

Foi nesse contexto que Ptolomeu I Sóter instituiu o culto à Serápis, uma divindade resultante da fusão de elementos gregos e egípcios, que se tornou o deus tutelar de Alexandrina e atingiu grande popularidade, principalmente no período romano, sob Trajano e Adriano. Grafton Milne acredita que a criação e instituição de seu culto no Egito teriam a finalidade de sintetizar os elementos das religiosidades grega e egípcia, talvez para criar algum vínculo de entendimento entre as culturas, promovendo uma espécie de sincretismo entre as duas religiões⁴¹. No entanto, apesar da criação do culto ter tido aparentemente esse fim de “conciliação”, os egípcios resistiram a aceitá-la e, num primeiro momento, o culto parece ter sido realmente dirigido aos gregos⁴². Lewis salienta que embora o sincretismo tenha sido o objetivo maior na criação de Serápis, cada grupo o cultuava separadamente, segundo suas tradições⁴³.

Sabe-se da instituição do culto pelo primeiro Ptolomeu, Fraser porém, ressalta que há indícios de que a divindade teve uma origem bem anterior, e o papel crucial do rei foi o de popularizar e tornar a sua adoração oficial. Aparentemente o culto era

⁴⁰ Fraser, op. cit., pp. 191 e 196.

⁴¹ Grafton Milne. *A History of Egypt under Roman Rule*. London: Methuen & Co., 1924. P.202.

⁴² Idem, p. 213.

⁴³ Lewis, op. cit., p. 70.

originário de Mênfis e derivado do culto de Osiris-Ápis⁴⁴. O intuito principal de Sóter foi conceder à população grega do Egito e, principalmente, de Alexandria, um deus patrono, já que seus habitantes sentiriam um vácuo pela falta de divindades de suas cidades de origem. Como Fraser, El-Abbadi e Takacs acreditam que o culto à Serápis seria então uma tentativa de uniformizar a variedade de crenças que lá se encontravam, um “aglutinador” comum para a diversidade⁴⁵. E a adoção de elementos egípcios na sua adoração seria uma forma de conciliação pelos gregos estarem inseridos em solo egípcio⁴⁶. Bowman entende a divindade como projeto consciente dos primeiros Lágidas de se tentar difundir tradições religiosas egípcias num formato compreensível para gregos⁴⁷.

Acreditamos que mesmo que a criação do culto visasse à conciliação entre as crenças grega e egípcia, o estabelecimento e a popularização do culto à Serápis ficam mais evidentes como um símbolo de algo especificamente alexandrino, da nova identidade que ali se formara. E atualmente, alguns historiadores têm destacado tal idéia, a de que os Ptolomeus instituíram o culto com o fim maior de servir de ícone da Dinastia e da nova cidade. Assim, a criação da divindade ia muito além de uma mera tentativa de sincretismo. Dever-se-ia, desde cedo, realçar a fundação de algo alexandrino, mas para isso seria necessário considerar a religiosidade e cultura dos “elementos fundadores” da nova cidade. Lilly Kahil ressalta que Ptolomeu I Soter pensou no culto como uma forma de “unificar” étnica, social e culturalmente os novos (greco-macedônios) e antigos líderes (Dinastia Faraônica) do Egito. A autora destaca, contudo, que se deve entender o estabelecimento da adoração à Serápis principalmente como uma divindade própria de Alexandria, patrona da nova Dinastia, e que representava seu poder (a corte real e a população grega). Ou seja, não se trataria de uma tentativa de promover a integração religiosa, pois a intenção de manter os gregos em posição privilegiada era nítida⁴⁸.

Para entender a política cultural empreendida pelos Ptolomeus é importante também discutir a fundação da Biblioteca e do Museu. Grande parte da fama de

⁴⁴ Fraser, op. cit., pp. 246 e 250.

⁴⁵ El-Abbadi, op. cit., 1993, p. 46; Sarolta A. Takacs. “Alexandria in Rome” in: *Harvard Studies in Classical Philology* 97, 1995. P. 265.

⁴⁶ Fraser, op. cit., pp. 252 e 253.

⁴⁷ Bowman, op. cit., p. 174.

⁴⁸ Lilly Kahil. “Cults in Hellenistic Alexandria” in: Greenberg (ed.), op. cit., pp. 77 e 78; François Dunand. “The Factory of Gods” in: Christian Jacob e François de Polignac (eds.). *Alexandria, third century BC – The knowledge of the world in a single city*. Alexandria: Harpocrates Publishing, 2000. P. 160.

Alexandria se deve à existência das duas instituições, que adquiriram grande renome da Antiguidade e continuam exercendo fascínio entre os modernos. As duas construções teriam surgido da rivalidade dos três generais de Alexandre, que disputavam o prestígio cultural de seus reinos (os Ptolomeus no Egito, Selêucidas na Síria, e Atálidas em Pérgamo)⁴⁹. Suntuosos investimentos foram destinados às duas construções pelos Ptolomeus para, dessa forma, tornar Alexandria a capital cultural do Mediterrâneo⁵⁰. Através da compra de manuscritos originais ou do empréstimo para a produção de cópias, concentrou-se ali não só toda a produção grega, mas também a tradução para o grego da literatura de outros povos. Momigliano ressalta, contudo, que os habitantes locais de regiões não-gregas, sendo bilíngües, tiveram então a oportunidade de explicar suas culturas em grego para os gregos. Assim, poderiam “ajustar” determinadas informações a respeito de suas crenças, em relação ao que queriam propagar e ocultar outras. Os gregos, por outro lado, não tinham condições de verificar tais informações, já que não conheciam as línguas nativas desses povos. De qualquer maneira, o período helenístico propiciou pela primeira vez uma “circulação internacional de idéias” através da *koiné*⁵¹. E o trabalho realizado na Biblioteca e no Museu teve um papel crucial na difusão de tais saberes.

Diana Delia ressalta que Demetrio Falareu, o ateniense fundador da Biblioteca (no começo do séc. III), pretendia transformar Alexandria numa “réplica” de Atenas, um plano apoiado e patrocinado pelo primeiro Ptolomeu⁵². A cidade tentou reunir nessas instituições todo o conhecimento do mundo habitado. Com a cópia, revisão e editoração da sabedoria mundial promoveu-se um rápido acúmulo de manuscritos de todo o Mediterrâneo. Dessa forma, Alexandria tornou esse conhecimento acessível à “acadêmicos” de várias regiões e, através disso, transformou-se num centro atrativo em todo o Mediterrâneo. O trabalho cultural realizado na cidade no séc. III a.C. marcou um estágio fundamental na disseminação da cultura antiga. Nunca se tinha concentrado em um só local, e em tão grande escala, os escritos dos homens e, além disso, trabalhado para que ficassem para a posteridade. C. Jacob e F. Polignac consideram que a ambição dos Ptolomeus era aliar poder e cultura em um só local. Nesse sentido, mesmo que de

⁴⁹ Mostafa El-Abbadi. “The Great Library and Mouseion: Intellectual Center of the World” in: Steen, op. cit., p. 83

⁵⁰ François de Polignac. “The shadow of Alexander” in: Jacob e Polignac (eds.), op. cit., p. 40.

⁵¹ Momigliano, op. cit., pp. 14, 15 e 16.

⁵² Diana Delia. “From Romance to Rhetoric: The Alexandrian Library in Classical and Islamic Traditions” in: *The American Historical Review* 97, 1992. P. 1449.

modo diferente de Roma, a cidade também tinha pretensões de se tornar uma “metrópole universal”⁵³.

Através do patrocínio real, “intelectuais” de diversos locais do mundo grego desenvolveram e ampliaram seus conhecimentos nas duas instituições. A variedade de proveniências de seus membros permitiu uma intensa troca de experiências “científicas” de diversas culturas, o que pode explicar muito da originalidade e dos progressos dos pesquisadores alexandrinos⁵⁴. Enfatiza-se muito a importância da Biblioteca na disseminação e preservação da cultura grega e de seus “clássicos”⁵⁵. No entanto, El-Abaddi sugere que nesse ambiente internacional que caracterizou a formação intelectual da Biblioteca, temas antigos e novos eram trabalhados num novo estilo. A ênfase era na polidez, na erudição e na educação, o que resultou numa mistura de elementos definida posteriormente como “alexandrinismo”, e que teria influenciado escolas por todo o Mediterrâneo⁵⁶. Delia argumenta que mesmo que a composição inicial dessas instituições tenha sido essencialmente grega, depois de um século de sua fundação já havia se formado em Alexandria uma “tradição intelectual” de nativos da cidade envolvidos com o Museu⁵⁷.

Fraser propõe que a Biblioteca seria, portanto, um instrumento de dominação, pois através da tradução dos escritos de todos os povos se poderia ter acesso às suas tradições. Ou seja, os povos “bárbaros” explicariam em grego a sua cultura para o poder dominante e helenizado⁵⁸. À medida que o prestígio da Dinastia foi enfraquecendo e começou a enfrentar problemas pela sua instabilidade, iniciou-se também a emigração de intelectuais de Alexandria⁵⁹. Em 145/144 a.C., Ptolomeu VIII Euergetes perseguiu e expulsou a *intelligentsia* da cidade, no momento de seu maior “apogeu” intelectual. Houve então uma diáspora de sua elite intelectual por todo o Mediterrâneo. Apenas a *Pax Romana* permitiu um renascimento cultural na cidade, nos primeiros séculos da era cristã⁶⁰. Mas mesmo com o enfraquecimento das instituições no final da era ptolomaica,

⁵³ Christian Jacob e François de Polignac. “The Alexandrian Mirage” in: Jacob e Polignac (eds.), op. cit., pp. 17 e 18.

⁵⁴ El-Abaddi, op. cit., 1993, p. 104.

⁵⁵ Bowman, op. cit., p. 227.

⁵⁶ El-Abaddi, op. cit., 1993, p. 88; Peter Parsons. “Facts from Fragments” in: *Greece and Rome* 29, 1982. P. 185.

⁵⁷ Delia, op. cit., 1992, p. 1452.

⁵⁸ Luciano Canfora. *A biblioteca desaparecida. Histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. P. 28.

⁵⁹ Fraser, op. cit., p. 121.

⁶⁰ Jacob e Polignac, op. cit., p. 17.

tinha já se consolidado em Alexandria uma cultura intelectual e literária sem paralelos na Antiguidade.

Erskine reflete que a Biblioteca e o Museu desempenharam papel representativo, não apenas no setor cultural, mas também um papel político amplo. Através do monopólio, controle e posse da tradição cultural helênica, o vínculo com a Biblioteca tentaria estabelecer uma “unidade” na população heterogênea proveniente de diversos locais do mundo grego, por meio do acesso a toda sua tradição literária comum e mais antiga⁶¹. Ou seja, além de promover o diálogo entre saberes diversos com a fundação das instituições, os Ptolomeus tiveram a intenção de reforçar a força da cultura grega e o vínculo entre os seus habitantes do Egito pela reunião de seus escritos em grego. Assim, visavam promover a submissão e exclusão dos egípcios do poder.

Dito tudo isso, observamos que até o fim do período helenístico, Alexandria se firmou no Mediterrâneo como uma cidade de enorme força e destaque em inúmeros setores. As diversas linhagens da Dinastia Ptolomaica tiveram sucesso em desenvolver uma cidade que se tornou uma preciosidade pelo brilho que emanava. Sua organização e estrutura, além de sua riqueza econômica e cultural a transformaram na segunda cidade do universo greco-romano, e sua proeminência não passaria despercebida pela nova senhora do Mediterrâneo, Roma. Depois de trezentos anos de sua fundação e como resultado das políticas instituídas pelos Ptolomeus, bem como das relações que se firmaram entre os grupos, vimos se delinear entre seus habitantes uma identidade própria, que seria uma releitura/mistura dos elementos culturais diversos que a formaram num primeiro momento. Suas raízes não mais se encontravam em uma ou outra matriz cultural do passado, mas num emaranhado que já deve ser definido como alexandrino, com direito a toda sua formação multi-cultural e difusa. A cultura grega, mesmo que forte em inúmeros setores, já não “ditava as regras” em diversos níveis, e a própria definição do que era ou não “ser grego” nesse momento já era algo bem mais problemático do que trezentos anos antes. O poder imperial estava bem ciente da força da cidade e seria especialmente cuidadoso em lá se estabelecer. Voltemos-nos agora para o cenário da conquista romana em Alexandria, momento da chegada de um novo poder político e de mais um, entre os vários elementos culturais díspares na cidade. O fator diferencial é que o “novo elemento” ditaria as regras para todo aquele heterogêneo complexo populacional.

⁶¹ Erskine, op. cit., p. 42.

2. Impactos da romanização em Alexandria:

A chegada de Augusto no Egito representou o fim da era ptolomaica na região e formalizou seu papel como liderança única do Império, com a vitória sobre Marco Antônio. Confirmou também a anexação do Egito como província romana e Alexandria sua capital⁶². Nesse momento, a cidade era já a segunda maior e mais populosa do Império. Apesar da incorporação formal ter ocorrido apenas em 31 a.C., a “aproximação” com o Egito já vinha ocorrendo sutilmente desde o séc. III a.C., através de estreitas relações comerciais e diplomáticas com Roma. O último século do reinado ptolomaico foi de grande dependência da potência, o que Bowman não vê como indício do declínio da Dinastia, pois o Egito era um território muito atrativo pelas riquezas e seus líderes já não tinham grandes ambições de expansão política, sendo o “amigo ideal” dos romanos⁶³. No entanto, a política de Cleópatra e Marco Antônio, somada às guerras civis do séc. I a.C., conseguiram adiar um pouco a sua anexação direta. A lenta aproximação do Egito permitiu aos romanos um bom conhecimento do território milenar e de sua organização social e cultural.

O Egito deixou de ser uma unidade quase auto-suficiente economicamente e se tornou tributariamente dependente de Roma. Dessa forma, sua riqueza não mais se concentrava no território, mas saía de lá para beneficiar Roma, algo que segundo Grafton Milne já seria motivo suficiente de queixa de seus habitantes⁶⁴. Questionaremos aqui o impacto que essa mudança representou em Alexandria, como se estruturou o novo poder, de que forma ele foi recebido pelos alexandrinos e como o Imperador teve um papel central no seu estabelecimento. Até que ponto as medidas de Augusto “moldaram” a posição da cidade no Mediterrâneo pelos séculos seguintes? E por que Alexandria é caracterizada na historiografia como uma cidade tão polêmica no Império;

⁶² Sobre a chegada de Augusto, Estrabão relata: “O Egito é agora uma província; e não apenas paga tributos consideráveis, mas é também governado por homens prudentes - os prefeitos, que são para lá enviados de tempos em tempos. Agora esse enviado tem o status de rei; e subordinado a ele está o administrador de justiça, que tem autoridade suprema sobre a maior parte do conjunto de leis; e outro é o oficial chamado Idiologo, que investiga em todas as propriedades aquelas que estão sem proprietário e que devem ser transferidas para César; e estas também são acompanhadas de libertos de César, e também por auxiliares, a quem são confiados assuntos de importância média. Há também três legiões de soldados, das quais uma está colocada na cidade e as outras no campo. (...) Estes oficiais existiam também no tempo dos reis, mas como os reis estavam realizando um mau governo, a prosperidade da cidade estava também desaparecendo por prevalecer a desordem.” (Estrabão. *Geografia* 17. 1. 12). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

⁶³ Bowman, op. cit., p. 32.

⁶⁴ Milne, op. cit., 1924, p. 151.

uma região que deveria receber um cuidado especial não só de Augusto, mas também de seus sucessores? Começaremos a análise realçando algumas reflexões historiográficas sobre as inovações políticas e institucionais trazidas à cidade, as repercussões cívicas e sociais que representaram, de que forma alteraram o modo como seus habitantes se relacionavam e como a população respondia às práticas romanas.

Enfatiza-se muito na historiografia a peculiaridade do Egito e sua importância para os romanos, o que fez com que Augusto destinasse a ele uma política especial e distinta das que aplicaria às outras províncias⁶⁵. Tal particularidade se deveria a alguns fatores; um deles está relacionado a sua vital importância econômica para o Império. O Egito era o maior produtor de trigo e cereais do Mediterrâneo, com a maior parte de sua produção destinada a Roma que, conseqüentemente, dependia dos seus produtos para sobreviver, mesmo antes da anexação da província. Alexandria tinha, assim, posição comercial central naquele universo, pela estratégica localização de seu porto, que também intensificava suas atividades. Sartre considera que os objetivos da dominação romana eram sempre os mesmos em quase todas as províncias: a exploração. No entanto, pela abundância de riquezas do Egito, o reino era mais especial para Roma, daí o sistema de exploração destinado a ele ser mais rígido e complexo⁶⁶.

Outra especificidade do Egito era o respeito imposto pela grandeza, riqueza e força de sua cultura milenar, que provocava nos antigos um misto de encanto e estranhamento. A “força” do território e o destaque de Alexandria foram considerados por Augusto ao estabelecer o domínio⁶⁷. E se comparado a outras províncias, principalmente do Ocidente, o Egito tinha já uma considerável organização urbana, além de tradições culturais e religiosas muito consolidadas. Ciente disso, Augusto foi cuidadoso numa série de aspectos ao fixar seu poder no território⁶⁸.

E não apenas o Egito provocava tal encantamento, mas a própria Alexandria era admirada pela sua força cultural e riqueza de suas construções e instituições. Eleanor

⁶⁵ Alan Bowman é o maior defensor dessa visão.

⁶⁶ Sartre, op. cit., p. 443.

⁶⁷ Idem, p. 442.

⁶⁸ Sobre o “cuidado” de Augusto com o Egito, Dion Cássio relata: “(...) e no caso dos egípcios e alexandrinos, ele poupou todos eles, para que nenhum percesse. A verdade é que ele não considerou apropriado infligir algum dano irreparável sobre um povo tão numeroso, que poderia se provar muito útil aos romanos de várias formas; contudo, como pretexto para mostrar sua bondade ele fez oferendas à sua divindade Serápis, ao seu fundador Alexandre, e em terceiro lugar, ao seu cidadão Areius, cujo aprendizado e companhia ele mesmo desfrutou.” (Dion Cássio. *História Romana* 51, 3-4). Tradução a partir do inglês de Earnest Cary.

Huzar define a cidade no período como “a mais cosmopolita e bela do Mediterrâneo”⁶⁹. Em virtude de sua posição litorânea e pela grande circulação de comerciantes de todas as redondezas, a exuberância do território não passou despercebida. Mesmo se comparada a Roma, no séc. I, a cidade se destacava em termos de sofisticação⁷⁰. Sua cultura e posição como centro de produção de conhecimentos eram também muito admiradas em Roma⁷¹. Takacs é ainda mais incisivo e define Alexandria como um centro cultural de dimensão tal, como Roma nunca se tornaria⁷². O interesse em toda sua riqueza cultural teria, além de tudo, finalidades práticas para os romanos, pois a cidade seria a “guardiã” e a ponte com o passado grego, o lugar onde todo o conhecimento antigo deveria ser acumulado e guardado, mas também mantido vivo ao alcance do Império⁷³.

Milne justifica o “carinho” de Augusto pelo Egito por tratar-se de sua própria conquista, que marcou sua vitória sobre Marco Antônio e a consolidação de seu poder como único representante do Império⁷⁴. Mas essa justificativa parece pouco plausível perto dos outros motivos que o fariam ter cautela em relação à política que destinaria à cidade. A razão principal de seu cuidado parece ter sido realmente de ordem política, e se explicaria pelo temor de se organizar na cidade um núcleo de oposição formado pelos aliados do antigo rival. Antes de vencer Marco Antonio e Cleópatra, corriam rumores que a cidade estaria rivalizando com Roma e tornar-se-ia capital do “mundo”. Para lá confluíam todas as correntes do pensamento oriental, além de sua riqueza comercial, muito mais significativa que a de Roma e da qual, inclusive, esta dependia⁷⁵. Essa foi uma das razões que ajudou Augusto a se tornar popular entre os romanos e vencer Marco Antônio. A relação deste com Cleópatra e seu prestígio teriam criado uma espécie de rejeição a eles, pois se acreditava que o poder do Egito poderia simbolizar

⁶⁹ Eleanor G. Huzar. “Alexandria ad *Aegyptum* in the Julio-Claudian Age” in: Wolfgang Haase e Hildegard Temporini. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. P. 624.

⁷⁰ Dion Crisóstomo, ao polemizar sobre o “caráter” da população alexandrina, promove diversos elogios à cidade e realça sua superioridade em relação às outras pelo seu tamanho e poder, o que a situa em segunda posição entre as cidades mais importantes do Império. Mas destaca que seus habitantes não faziam jus à sua grandeza e virtuosidade, pela falta de auto-controle. (Dion Crisóstomo. 32. 35-40). E apesar de terem “homens tão razoáveis como governantes, causastes um sentimento suspeito em relação a vocês e os fizeram acreditar que era necessário ter mais vigilância que anteriormente”. (Dion Crisóstomo. 32. 71) Tradução a partir do inglês de J.W. Cohoon.

⁷¹ Marlowe, op. cit., p. 214.

⁷² Takacs, op. cit., p. 264

⁷³ Idem, p. 271.

⁷⁴ Milne, op. cit., 1924, p. 120; Charles Bradford Welles. “A Yale Fragment of the Acts of Appian” in: *Transactions of the American Philological Association* 67, 1936. P. 8.

⁷⁵ Pierre Grimal. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993. P. 47.

uma ameaça ao desenvolvimento e expansão do Império, que deveria ter Roma como sede⁷⁶.

Por todas as questões realçadas acima, Augusto temia que pudesse despertar no Egito, e principalmente em Alexandria, algum foco de oposição ao Império, por ainda haver na cidade muitos partidários de seu antigo rival, que não seriam simpáticos ao novo líder e poderiam servir de empecilho para a concretização de seus projetos⁷⁷. Em virtude desse receio, a base do poder romano no Egito foi estruturada em Alexandria⁷⁸. Huzar argumenta que Cleópatra sonhava em ser a rainha de todo o Mediterrâneo, pois através de sua aliança com Marco Antônio, estava recuperando grande parte do prestígio perdido pelos últimos Ptolomeus⁷⁹. Nesse sentido, os alexandrinos teriam desde cedo motivos para se ressentir do poder romano, pois com a derrota de Marco Antônio acabaram as esperanças de a cidade se tornar a primeira do mundo, já que seus habitantes a consideravam muito superior aos romanos em tradição e cultura⁸⁰.

Temos, contudo, que ser cautelosos em simplesmente definir o Egito como uma província que teria recebido um trato especial do Imperador. A documentação abundante do território, referente sobretudo ao período greco-romano, nos permite acessar esferas de sua vida social, cultural e política em escala não comparável às outras províncias. Sartre acredita que grande parte da peculiaridade que comumente define o Egito é vinculada à quantidade de documentação de lá disponível, possibilitando um maior conhecimento de suas instituições⁸¹. Nesse sentido, Bagnall considera que podemos sim usar muitas informações disponíveis a respeito do Egito para compreender práticas mais gerais da política imperial⁸².

⁷⁶ Michael I. Rostovtzeff. *Historia Social y Econômica del Império Romano*. Tomo Primeiro. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1937. P.103. Dion Cássio relata a respeito do poder e fascínio que Cleópatra exercia sobre Marco Antônio, que chegou ao ponto de escrever em seu testamento que desejava ser enterrado em Alexandria ao lado da rainha. Tal fato teria deixado os romanos tão indignados, pois isso era uma prova de que se ele tivesse a oportunidade, transferiria o poder central para o Egito. Dion relata que isso acabou com sua popularidade e mesmo seus amigos o censuraram por tal atitude e o privaram de seu consulado e de toda a sua autoridade como general. (Dion Cássio. *História Romana* 50. 3-5).

⁷⁷ Sartre, op. cit., p. 456; Alan Bowman e Dominic Rathbone. “Cities and administration in Roman Egypt” in: *Journal of Roman Studies* 82, 1992. P. 110; Milne, op. cit., 1924, p. 121; Martin Goodman. *The Roman World. 44BC – AD180*. London and New York: Routledge, 1997. P. 265.

⁷⁸ Milne, op. cit., 1924, p. 120.

⁷⁹ Eleanor G. Huzar. “Augustus, Heir of the Ptolemies” in: Wolfgang Haase e Hildegard Temporini. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. P. 348.

⁸⁰ Welles, op. cit., p. 8.

⁸¹ Sartre, op. cit., p. 442.

⁸² Roger Bagnall. *Reading Papyri, Writing Ancient History*. London / New York: Routledge, 1995. Pp. 66 e 117.

Ao conquistar o Egito, Augusto nomeou um administrador para a Província, o qual residiria em Alexandria e prestaria contas a ele com grande frequência. Instalou também no território três legiões permanentes do exército, algo também destinado especialmente à Província. Mesmo que quase não tenha sido usada, era uma força que dificilmente passava despercebida pelos seus habitantes. No que se refere à criação de novos órgãos e às mudanças burocráticas que ele instituiu, muitas são as discordâncias entre os historiadores. A questão principal é: até que ponto as mudanças que Augusto impôs representaram efetivamente grandes inovações em relação ao período ptolomaico? Em suma: o que predominou foi a transformação ou a continuidade? Não cabe detalhar aqui a organização burocrática instituída pelos romanos no Egito. O objetivo é tentar entender a especificidade do momento e a recepção da população alexandrina ao poder imperial e sua estruturação na cidade. Pretendemos analisar, portanto, os elementos mais importantes no estabelecimento do novo poder, como se instalou e as respostas da população a ele, além das mudanças que sua imposição gerou no modo como os diversos grupos sociais se relacionavam.

Grafton Milne defende que inicialmente as mudanças instituídas foram tão sutis que a conquista romana era entendida como uma alteração na Dinastia Ptolomaica⁸³. Isso se justificaria pela permanência de antigos cargos, funções e instituições. Alan Bowman critica essa visão argumentando que mesmo com a manutenção de muitos nomes de cargos e instituições, suas funções e a composição social dos postos administrativos mudaram radicalmente, através da infiltração de oficiais romanos nos mais diferentes setores. Assim, o Império destinaria ao Egito uma política diferencial em relação à que aplicaria às outras províncias. Por esse motivo, a política romana de dar continuidade a instituições e práticas de seus territórios conquistados, alterando apenas aspectos poucos aparentes, não é válida para o Egito⁸⁴. Sartre e Martin Goodman também acreditam que através da manutenção de postos administrativos já existentes, Augusto introduziu transformações profundas em toda a legislação e organização burocrática da Província, mudanças que permaneceriam por séculos⁸⁵.

Por tais questões, justificar a continuidade com base na manutenção da nomenclatura pode ser complicado, pois além das re-significações de algumas estruturas de poder, as funções destinadas aos cargos e instituições não eram tão bem delimitadas

⁸³ Milne, op. cit., 1924, p. 121.

⁸⁴ Bowman, op. cit., 1986, p. 37.

⁸⁵ Sartre, op. cit., p. 456; Goodman, op. cit., p. 265.

e nítidas. Aos poucos, foi-se realizando um “incremento” da burocracia provincial, que foi sendo remanejada através da criação de novos cargos, ou alteração de funções de alguns já existentes e anulação de outros. Huzar afirma que o controle foi exercido com firmeza e, por vezes, sob a superfície da tradição, tornando as inovações aparentemente suaves. Considera, contudo, as mudanças instituídas pela romanização mais marcantes que os elementos de permanência⁸⁶.

Deve-se realçar que Roma não possuía uma política padrão de dominação e a isso se deve muito de suas realizações. Apesar de alguns eixos para se ordenar, grande parte da legislação destinada às províncias seria criada conforme as circunstâncias locais e a peculiaridade das estruturas de poder de cada região. Claro que muito foi alterado na execução de sua liderança no decorrer de todo o período imperial, e vários fatores diferenciariam um principado do outro. Mas algumas práticas instituídas por Augusto tornaram-se uma espécie de “padrão” entre seus sucessores. Além de ter em suas mãos o poder político e administrativo supremo, o papel do Príncipe como juiz também foi crucial para estabelecer o comando. Mesmo que isso só tenha se estabelecido com mais clareza nos sécs. I e II d.C., a jurisdição como uma de suas funções rotineiras principais foi consolidada por Augusto⁸⁷.

Augusto pensou um sistema que funcionaria de forma a nunca deixar um único indivíduo, que não o Imperador, com muito poder, e os oficiais deveriam prestar contas a ele com grande frequência. Assim, as funções de cada cargo não eram tão delimitadas e as esferas de atuação, muito imprecisas, fazendo com que questões burocráticas acabassem sempre voltando ao Imperador⁸⁸. Fergus Millar realça que do mesmo modo que as práticas imperiais se caracterizavam essencialmente pela flexibilidade para se estabelecer, também não se percebe um padrão para o trabalho dos imperadores. Sua administração era, em muitos momentos, passiva, e se ajustava conforme as exigências do momento e do que lhe era cobrado. Principalmente por meio da enorme quantidade de petições e embaixadas que recebia das cidades, com os mais variados propósitos⁸⁹. Bowman defende uma atuação administrativa mais ativa do soberano, pois eram seus

⁸⁶ Huzar, op. cit., “Alexandria”, op. cit., pp. 348 e 382; Huzar, op. cit., “Augustus”, p. 656.

⁸⁷ Fergus Millar. *The emperor in the roman world: 31 BC – AD 337*. London: Duckworth, 1977. P. 529.

⁸⁸ Goodman, op. cit., p. 109.

⁸⁹ Millar, op. cit., pp. 6 e 322. A importante obra de Millar, *The Emperor in the Roman World* realça o papel central do imperador durante todo o Principado, mas também caracteriza a sua liderança como passiva, no sentido de ter firmado o seu comando geralmente em resposta às demandas do momento e ao que lhe era cobrado e pedido, p. 412.

modos de agir que definiam, dia após dia, os padrões de estabelecimento do poder⁹⁰. A autoridade e manifestação suprema de força era o Imperador. E para todos que estavam inseridos na sua esfera de poder, ele era visto como a personificação de toda a autoridade e representava mais do que uma mera liderança.

Além de não permitir a entrada e permanência de senadores romanos no Egito e para manter uma vigília mais rígida sobre o reino, território tão “especial” para os romanos, Augusto criou um cargo exclusivo para a Província, o de prefeito do Egito⁹¹. Huzar acredita que a introdução do cargo foi sem dúvida a maior inovação dos romanos e principal diferencial em relação às outras províncias⁹². A política de nomear um prefeito ao invés de senadores teria sido uma estratégia de Augusto para manter o controle mais cerrado da Província. Apesar da tentativa de aproximar a posição do prefeito à dos senadores na legislação, na prática seu comando era bem diferente⁹³. Sua autoridade variava e dependia do tipo de relação de confiança que conseguia estabelecer com o Imperador. Tal cargo era o mais elevado que se poderia alcançar na ordem eqüestre, de onde o prefeito era selecionado e apontado diretamente pelo Príncipe, segundo Reinmuth principalmente por sua lealdade e habilidades administrativas⁹⁴. Assim, ele era em certo sentido o representante pessoal do Imperador, o governante mais poderoso e sem paralelos para outras províncias⁹⁵. O prefeito ficava no cargo em média três anos, mas esse período variou substancialmente nos dois primeiros séculos de Império e dependia de circunstâncias diversas.

Eram selecionados para o cargo homens que deveriam ter experiência e feito carreira em outros postos oficiais, mas mesmo tendo vivência em outras funções, o prefeito não estaria necessariamente apto para governar o Egito, pois em geral eram oficiais imperiais que conheciam pouco esse território. Era desejável que ele tivesse algum conhecimento administrativo a respeito do território, apesar de isso não ter sido

⁹⁰ Bowman, op. cit., 1996, p. 350.

⁹¹ Sobre as mudanças instituídas no Egito, Dion Cássio relata: “Depois ele tornou o Egito tributário e deu a sua liderança à Cornélio Gallus. Pois em virtude da populosa das cidades e do campo, e pelo caráter superficial e inconstante de seus habitantes, e pela extensão de seu fornecimento de grãos, ele não ousou confiar o território a nenhum Senador, e nem sequer concedeu que senadores lá morassem, a não ser que ele pessoalmente fizesse a concessão no seu próprio nome.”. (Dion Cássio. *História Romana* 51,17.). Tradução a partir do inglês de Earnest Cary.

⁹² Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 657.

⁹³ Bowman, op. cit., 1986, p. 38.

⁹⁴ Oscar W. Reinmuth. “The Edict of Tiberius Julius Alexander” in: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 65, 1934. P. 254.

⁹⁵ Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 353.

muito comum. No tempo de Augusto, a vivência militar era mais cobrada, posteriormente o mais exigido era a experiência prévia em outros cargos do Egito⁹⁶.

O prefeito deveria ter o controle sobre todos os sistemas legais que conviviam no Egito, algo que na prática não se realizava com grande frequência⁹⁷. Por tal motivo, no início de sua administração, ele recebia a assistência de homens experientes nas leis locais e no começo do período imperial ainda dependia em grande medida da antiga burocracia ptolomaica. Na falta de auxiliares com experiência em assuntos legais, os prefeitos consultavam os arquivos e éditos de seus antecessores em busca de resoluções. Brunt sugere que nesse processo de familiarização com a administração da Província, muitos oficiais nativos aproveitariam o desconhecimento dos novos líderes a respeito dos feitos de seus antecessores para burlar o comando em alguns setores. Portanto, o prefeito aprenderia a maior parte de suas funções na prática⁹⁸.

Apesar de sujeito à autoridade maior do Príncipe e de contar sempre com uma grande equipe auxiliar para diferentes setores, o prefeito conquistou grande autonomia e atuação nos setores administrativos, financeiro, judicial e militar e representou uma autoridade sem equivalentes em outras regiões dominadas. Representante maior de poder no Egito, Goodman acredita que sua presença constante em Alexandria minou a cidade de suas “pretensões imperiais”⁹⁹. Alexandria era a residência e sede de poder do prefeito, e lá ele passava a maior parte do seu tempo. Com alguma frequência realizava viagens às capitais dos *nomos*, onde havia também representantes imperiais nas mais variadas esferas de poder e que dependiam do seu consentimento para inúmeras ações. Embora nessas áreas, principalmente nas vilas da *Chora*, os egípcios ainda fossem responsáveis por muitos cargos. Por tal motivo, o prefeito era também o mediador entre a população egípcia e o Príncipe, já que muitos apelos dirigidos a este eram antes encaminhados àquele, que julgava se tinham relevância a ponto de serem mandadas ao Imperador¹⁰⁰.

Millar realça que a consulta constante ao soberano fazia com que, na prática, o prefeito tivesse pouca autonomia política e judicial¹⁰¹. Mas por ser a autoridade maior e sempre presente na Província, cabia a ele julgar e decidir sobre eventuais conflitos e

⁹⁶ Peter A. Brunt. “The Administrators of Roman Egypt” in: *The Journal of Roman Studies* 65, 1975. Pp. 128 e 129.

⁹⁷ Huzar, op. cit., “Augustus”, p. 659.

⁹⁸ Brunt, op. cit., pp. 135 e 142.

⁹⁹ Goodman, op. cit., p. 265.

¹⁰⁰ Naphtali Lewis. “On Judicial Appeals in Roman Egypt” in: *The American Journal of Philology* 102, 1981. P. 342

¹⁰¹ Millar, op. cit., p. 324.

problemas na região, muitas vezes sem o consentimento do Príncipe. Em virtude dessa distância, abusos de autoridade e traição não foram incomuns dentre os prefeitos. É difícil precisar o limite entre o que ele resolvia e o que delegava a outros e tal fronteira entre questões jurídicas e civis era muito nebulosa no Egito, além da organização burocrática ser ainda pouco consistente¹⁰².

As autoridades romanas representavam a lei suprema, localmente na figura do prefeito e em todo o complexo administrativo, mas quando a situação demandasse, na figura do próprio Príncipe. No entanto, a cidade tinha relativa autonomia local, que funcionava em alguns momentos para resolver questões civis menores¹⁰³. A possibilidade de recorrer à maior instância da lei (Imperador) era privilégio dos indivíduos que dispunham de maior *status*. Ou seja, questões cotidianas eram resolvidas pelos oficiais auxiliares e no máximo, pelo prefeito.

No que se refere à autonomia de Alexandria para questões locais, a questão é controversa. A discussão a respeito da *Boulé* é um dos pontos que mais gera discórdias na historiografia sobre a cidade. A discordância é se ela a teria recebido no período ptolomaico e quais teriam sido os motivos de sua perda, pois todas as outras cidades-gregas do período dispunham da instituição, o que sugere que Alexandria também teria recebido uma *Boulé* de Alexandre na sua fundação.

Alguns autores defendem que a cidade teria perdido a instituição sob os últimos reis, quando a situação da Dinastia tornou-se complicada e alguns alexandrinos começaram a demonstrar insatisfações em relação à autoridade dos Ptolomeus. Assim, a perda da *Boulé* teria sido uma espécie de “castigo” aos problemas causados pelos alexandrinos¹⁰⁴. Outros defendem que a cidade teve direito ao órgão sob os Ptolomeus e o teria perdido no momento da chegada de Augusto, juntamente com outras mudanças que ele teria instituído na Província. Grafton Milne sugere que Augusto a teria dissolvido por temer que uma instituição como essa escapasse ao controle direto dos romanos, e pudesse representar um foco de problemas¹⁰⁵. Em troca da dissolução da *Boulé* e como “prêmio de consolação” pela sua perda, Augusto teria livrado os cidadãos alexandrinos do pagamento da *laografia* (imposto introduzido pelos romanos). Huzar acredita que a sua eliminação teria sido uma punição de Augusto aos alexandrinos por

¹⁰² Bowman, op. cit., 1986, p. 692.

¹⁰³ Bowman e Rathbone, op. cit., p. 117.

¹⁰⁴ Davis, op. cit., p. 61; Bowman, op. cit., 1986, p. 211; Milne, op. cit., 1924, p. 282; Harold I. Bell. “The Problem of the Alexandrian Senate” in: *Aegyptus* 12, 1932. P. 184.

¹⁰⁵ Milne, op. cit., 1924, p.133; Fraser, op. cit., pp. 93 e 94.

terem apoiado seu rival Marco Antônio¹⁰⁶. Contudo, é pouco provável que Augusto, ao tentar se aliar e conquistar confiança das elites alexandrinas, tenha tomado uma atitude drástica como essa, que seria mais vista pela população como um castigo e não como uma medida “amigável”¹⁰⁷. Pelo outro lado, a perda da *Boulé* explicaria grande parte dos ressentimentos dos alexandrinos ao novo poderio.

A opinião mais geral entre os historiadores é que, na fundação de Alexandria, a cidade teria recebido a *Boulé* de Alexandre e a teria perdido posteriormente ainda no período ptolomaico, apesar de não se saber sobre o motivo da perda. Tendo ou não sido suprimida por Augusto, o que se sabe é que a instituição só foi novamente estabelecida em Alexandria por Severo em 200/201 d.C., juntamente com outras mudanças administrativas que ele realizou no Egito¹⁰⁸. Goodman acredita que por mais que a elite grega da cidade desfrutasse de prestígio social diante dos romanos, a sua influência política foi reduzida por não disporem de uma *Boulé*. E tal degradação política criou um sentimento anti-romano constante nos grupos de destaque da cidade, o que contrastava com seu embelezamento e importante papel econômico, ambos no auge¹⁰⁹.

Herbert Musurillo considera que um dos maiores motivos de queixa dos alexandrinos contra os romanos, era a recusa destes na concessão de tal instituição. Assim, depois de sua conquista, as críticas ao poder imperial teriam diminuído¹¹⁰. No entanto, Bowman destaca que no período em que a *Boulé* foi finalmente concedida por Severo, ela já não tinha tanto valor político, já que até o final do séc.III havia muitos representantes imperiais na cidade que controlavam a sua autonomia cívica¹¹¹. Além disso, sua concessão nesse período pode ter gerado nos alexandrinos um sentimento

¹⁰⁶ Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 662.

¹⁰⁷ Dion Cássio não menciona a eliminação da Instituição, mas relata a negação de Augusto à sua concessão, como se observa no seguinte trecho: “(...) ele comandou os alexandrinos a conduzirem seu governo sem senadores; pela sua capacidade para a revolução, que eu imagino, ele atribuiu a eles. E do sistema então imposto a eles, muitos detalhes são rigorosamente preservados no tempo presente, mas eles têm seus senadores tanto em Alexandria, o que começou sob o imperador Severo, quanto em Roma, que foram inscritos no Senado pela primeira vez no reino do filho de Severo, Antonino.” (Dion Cássio. *História Romana* 51. 17). Tradução a partir do inglês de Earnest Cary.

¹⁰⁸ Há menção a tal questão na História Augusta, no relato sobre Severo: “Ele então concedeu aos alexandrinos o privilégio de um senado local, pois eles ainda estavam sem nenhum conselho público, da mesma forma que estavam sob seus antigos reis, e foram obrigados a se contentar com um governante único apontado por César. Além disso, ele mudou muitas de suas leis. Depois de anos Severo constantemente declarava que tinha achado essa viagem muito proveitosa, pois ele tinha participado da adoração à divindade Serápis, tinha aprendido algo sobre antiguidade, e tinha visto animais não familiares e lugares estranhos. Pois visitou Mênfis, Memnon, as Pirâmides e o Labirinto, e examinou todos eles com muito cuidado.” (História Augusta. *Severo* 17. 2-4). Tradução a partir do inglês de David Magie.

¹⁰⁹ Goodman, op. cit., p. 265.

¹¹⁰ Herbert Musurillo. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954. P. 277.

¹¹¹ Bowman, op. cit., 1986, p. 212.

duplo: por um lado estavam satisfeitos, pois a posse de uma *Boulé* deveria ter grande simbologia para os alexandrinos no que se refere ao retorno de sua autonomia, além do longo tempo em que justificaram a importância de sua concessão. Mas pelo outro, a sua conquista tinha sido generalizada a todas as capitais dos *nomos*; algo que pôde ser visto pelos alexandrinos como perda de destaque da cidade¹¹². Nesse sentido, acreditamos que alexandrinos entenderam a concessão da *Boulé* dessa forma ambígua e ainda repleta de questionamento.

Bowman e Rathbone sugerem que o vácuo causado pela ausência da *Boulé* em Alexandria, fez com que a elite alexandrina do Ginásio conquistasse, além de destaque no cenário cultural e social, também representatividade política, dentro da cidade e diante dos romanos¹¹³. O Ginásio foi uma instituição comum a comunidades gregas a partir do séc. III a.C., e ainda existia em praticamente todos os núcleos helenizados no período romano. Por ter sido uma criação do mundo grego, Bell argumenta que no Egito o Ginásio representou o maior centro da vida cívica e de formação intelectual grega, além do maior centro de valorização dessa cultura¹¹⁴. Onde existia, tornou-se o maior foco de vivência social e cultural das elites gregas, o local onde esses homens se reuniam para socializar, discutir e realizar atividades intelectuais e celebrações de todo tipo¹¹⁵.

No período helenístico, todo o sistema de treinamento grego de Alexandria, intelectual e físico, estava centrado no Ginásio e o acesso à instituição era aberto ao setor helenizado da população, inclusive àqueles que não possuíam a cidadania hereditária. O treinamento no Ginásio e na *efebéia* era também um dos critérios essenciais para a obtenção da cidadania alexandrina¹¹⁶. Fraser argumenta que, no séc. III a.C., o corpo de cidadãos era basicamente composto de gregos que ainda não tinham perdido seus vínculos com a terra-mãe. No séc. II, ele já era formado pelos descendentes desses gregos e seria essa elite hereditária que representaria a elite alexandrina de mais poder e prestígio no período romano. A elite do Ginásio começou a preencher o “vácuo cultural” deixado pelo declínio da imigração de intelectuais para a

¹¹² Bowman e Rathbone, op. cit., p. 127.

¹¹³ Idem, p. 115.

¹¹⁴ Bell, op. cit., 1948, p. 71.

¹¹⁵ Com relação ao Ginásio de Alexandria, Estrabão relata: “Em suma: a cidade é repleta de estruturas públicas e sacras; mas a mais linda é o Ginásio, que possui pórticos com mais de um estádio de comprimento”. (Estrabão. *Geografia* 17.10.10). Tradução a partir do inglês de Horace Leonard Jones.

¹¹⁶ Fraser, op. cit., p. 77.

cidade, que se iniciou no período de crise da Dinastia Ptolomaica, paralelamente à ascensão de Roma como potência¹¹⁷.

O líder da instituição, o ginasiarca, contribua com generosas somas destinadas ao seu funcionamento e cargo lhe conferia honras litúrgicas e grande respeitabilidade, além de pouca responsabilidade administrativa¹¹⁸. A entrada no Ginásio era restrita e garantida aos membros que pudessem demonstrar a ascendência grega do lado paterno e materno. A menção aos ginasicarcas é mais freqüente que alusões ao funcionamento do Ginásio, e mesmo com relação ao cargo, ele é mencionado muito mais como indicativo de *status* do que para explicar precisamente suas funções e atividades¹¹⁹.

Raffaella Cribiore destaca que nas cidades do Egito em que o Ginásio existia o acesso aos postos mais altos da instituição era privilégio de homens que já tinham atingido os níveis educacionais mais elevados e se destacariam na vida pública de suas cidades. Nesse sentido, a “vivência intelectual” desses homens letrados se voltava para a discussão de questões de ordem prática. Ou seja, já tinham passado por todos os níveis educacionais mais elementares, se familiarizado com o cânone literário grego e alcançado o estágio da eloqüência e da retórica, algo que concederia ao homem poder, riqueza, fama e acesso à vida pública¹²⁰. Bagnall acredita que apesar do esforço para se conservar nesses círculos o cânone grego tradicional, novos gêneros literários estavam sempre sendo criados, além da redefinição e novas interpretações de textos antigos¹²¹. Contudo, Cribiore enfatiza que a educação da elite helenística era ainda muito semelhante em todo o Mediterrâneo, criando um forte elo de comunicação entre os que a recebiam. Apesar de influenciada por outras tradições, que a diversificaram numa série de aspectos, o cânone de textos era ainda muito arraigado no passado grego e raramente aceitava novidades literárias do período¹²². Principalmente em Alexandria, pela importância do Museu e da Biblioteca, grande parte da produção, difusão e sobrevivência da literatura do mundo greco-romano só pôde ocorrer graças à sua produção na cidade¹²³. Assim, os cidadãos que tinham recebido esse tipo de educação reforçariam constantemente a sua tradição cultural antiga.

¹¹⁷ Idem, p. 78

¹¹⁸ Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 661.

¹¹⁹ Raffaella Cribiore. *Gymnastics of the mind – Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2001. P. 36.

¹²⁰ Idem, pp. 221 e 224.

¹²¹ Roger S. Bagnall. *Egypt in Late Antiquity*. Jersey: Princeton University Press, 1993. P. 103.

¹²² Cribiore, op. cit., p. 247.

¹²³ Bowman, op. cit., 1986, p. 232.

Os cidadãos do Ginásio eram os habitantes de maior destaque e *status* em Alexandria, e se consideravam os mais prejudicados com a conquista romana, pois muitos dos seus antigos privilégios foram perdidos. Assim, atuaram em muitos momentos como foco de resistência aos novos dirigentes¹²⁴. Além de serem os maiores críticos dos romanos, eram também os elementos de mais voz na cidade e, conseqüentemente, tinham mais possibilidade de acesso ao Príncipe. Importantes questões cívicas eram decididas no Ginásio: quando embaixadas e petições eram enviadas ao Imperador, comumente os seus membros eram os escolhidos para se posicionar diante dos romanos, já que não eram apenas homens letrados, mas também versados em retórica¹²⁵. O sucesso ou fracasso de uma embaixada dependia muito da elaboração dos discursos pronunciados¹²⁶. No entanto, tal grupo também tinha muitos compromissos com os romanos, pois num primeiro momento, os tinham auxiliado no estabelecimento do poder. Ou seja, os romanos confiavam nesses alexandrinos como aliados para instituir o comando na Província¹²⁷.

Além das inovações em todo o complexo burocrático do Egito, outra grande transformação instituída pelos romanos foi a introdução de censos, que definiria o *status* dos indivíduos e repercutiria diretamente na cobrança de impostos, nesse momento realizada através do sistema de coleta direta. Resultante da sistematização de novos critérios, foi redigido o *Gnomon do Idios Logos (Select Papyri II, 206)*. Huzar o define como o código financeiro instituído por Augusto para o pagamento dos impostos¹²⁸. Através dessa sistematização, os romanos aumentaram o número de categorias populacionais e complexificaram o aparato burocrático para determinar o *status* dos indivíduos, o que deveria desencorajar a mobilidade social¹²⁹. A demarcação era essencial para o funcionamento da estrutura do governo. De acordo com Diana Delia, os romanos articularam o sistema de forma a delimitar muito bem as fronteiras referentes a um e outro grupo, dificultando enormemente a entrada dos que estavam fora. Mas os que possuíam *status* mais baixo se utilizavam de várias estratégias para tentar ultrapassar as fronteiras e elevar sua posição¹³⁰.

¹²⁴ Delia, op. cit., 1991, p. 106.

¹²⁵ Millar, op. cit., p. 8.

¹²⁶ Delia, op. cit., 1991, p. 385.

¹²⁷ Victor A. Tcherikover. "The decline of the Jewish Diaspora in Egypt" in: *The Journal of Jewish Studies* 14, 1963. P. 4

¹²⁸ Huzar, op. cit., "Augustus", p. 360.

¹²⁹ Huzar, op. cit., "Alexandria", p. 631.

¹³⁰ Delia, op. cit., 1991, pp. 36 e 38.

Tal inovação acabou simplificando algumas de suas definições étnicas para que a identificação diante dos romanos ficasse mais fácil, o que foi feito sem considerar todas as implicações e a variedade dos aspectos culturais de cada grupo. Tcherikover argumenta que os romanos adotaram estratégias para classificar os habitantes do Egito como “gregos” ou “não-gregos”. Dessa forma, os princípios para separá-los foram estabelecidos segundo critérios artificiais, acabando por classificar como “gregos” muitos cidadãos que tinham se helenizado, mas que não eram helenos por ascendência¹³¹.

Os únicos isentos da *laografia* eram os gregos que tinham a cidadania alexandrina, algo possível apenas aos que comprovassem a ascendência grega, o antigo vínculo com a cidade e a inserção nos círculos culturais helenizados. Nem toda a população grega de Alexandria possuía a cidadania, e com os romanos a sua concessão ficou mais restrita. Fora do núcleo helenizado o acesso era ainda mais rígido; alguns pouco judeus e egípcios de postos mais elevados parecem tê-la conquistado, mas para isso deveriam se inserir, de alguma forma, nesses círculos. Nesse sentido, o vínculo hereditário com os cidadãos alexandrinos era o pré-requisito maior para a obtenção da cidadania, algo que os gregos tentariam sempre comprovar. Habitantes helenizados das outras cidades gregas do Egito também estavam sujeitos ao pagamento da *laografia*, mas a uma menor taxa que egípcios e judeus. Com isso, tais elites começaram a adquirir destaque diante dos romanos, algo antes restrito apenas às provenientes de Alexandria. Reforçando o controle dessas definições, os egípcios foram deixados num patamar abaixo dos que estavam inseridos no universo cultural grego¹³². Dessa forma, os romanos reforçaram ainda mais os direitos das elites de maior distinção e sua herança helenística.

Como vimos, a variedade populacional da cidade foi um elemento marcante desde a sua fundação. No entanto, teve repercussões substancialmente diferentes no período ptolomaico e romano. Se a definição de “ser grego” era algo difuso em Alexandria no seu contexto de fundação, essa demarcação torna-se ainda mais complexa, pois passadas diversas gerações desde a sua composição social inicial, a configuração dos grupos e o tipo de vínculo que eles estabeleceriam com a cidade e com seus vizinhos muito já tinha se alterado. Além disso, Alexandria era “amadurecida” o suficiente para ter criado alguma cultura própria, mesmo sendo em certa medida resultante de toda a diversidade que a compôs inicialmente. E devido à convivência com outras culturas, os elementos

¹³¹ Tcherikover, op. cit., pp. 4, 5 e 6.

¹³² Bowman, op. cit., 1986, p. 125.

que em alguma medida serviam para “unificar” a cultura grega já tinham perdido muita força. O que ocorreu foi uma tentativa de revalorizar tais elementos e “resgatá-los” do seu desaparecimento. Dessa forma, apesar das disputas, rivalidades e aspectos culturais próprios das diversas comunidades de origem helênica, ainda existia uma “unidade” que se baseava na língua, tradição e interesses comuns¹³³.

Os não-gregos, egípcios e estrangeiros de territórios não helenizados, eram considerados os habitantes de menor *status* e, conseqüentemente, estavam sujeitos às maiores cobranças (apesar da obtenção da cidadania por uma minoria). Eram considerados egípcios todos os elementos provenientes da *Chora*, e de outras regiões do Egito. Nas capitais dos *nomos* também se destacavam grupos de nativos helenizados, porém em relação aos das cidades gregas eles não tinham a mesma influência e eram considerados de *status* inferior, portanto, pagavam maiores impostos em relação aos gregos de Alexandria. Além disso, muitos que tinham emigrado para Alexandria eram designados pelos de lá como egípcios (apesar de serem substancialmente helenizados). Os judeus também receberam maiores cobranças que os de origem helênica, o que os deixou num patamar aproximado ao dos egípcios e foi considerado por eles como maior motivo de insatisfação frente ao poderio imperial e aos vizinhos alexandrinos.

Acreditamos que grande parte da insatisfação dos alexandrinos com os romanos se refere a tais medidas, pois, nessa simplificação, as categorias que não tinham muita importância para o Império poderiam dispor ainda de grande valor entre eles. Ou seja, a distinção da cultura alexandrina e de quem teria possibilidade de adquiri-la deveria ser responsabilidade dos próprios alexandrinos e não ser definido por critérios impostos de fora. Observa-se então que a romanização era sentida através de modificações, aparentemente sutis, que poderiam, contudo, significar muito para a tradição dos provinciais e a sua formação cultural. E se a intenção dos romanos era, através disso, se aliar às elites locais, nem sempre alcançaram tal propósito. Nesse sentido, talvez a mudança de maior impacto imposta pelo Império, que trouxe repercussões mais evidentes para as relações sociais da população alexandrina, tenham sido as novas definições de *status*.

Devemos observar, ainda, que nenhuma das categorias sociais aqui definidas era homogênea, e que a assimilação e aproximação entre as diversas culturas ocorriam em todos os momentos, apesar da criação de “barreiras” entre elas (algumas permanentes e

¹³³ Marlowe, op. cit., p. 20.

outras mais flexíveis de acordo com as circunstâncias). Gregos e judeus, por exemplo, se identificavam linguisticamente, já que o grego era a língua oficial dos dois grupos, no entanto, cultural e religiosamente muito os distinguia. Egípcios e gregos, pelo outro lado, tinham uma religiosidade muito mais “conciliável” e puderam ajustar suas crenças em algumas ocasiões e criar cultos comuns. Nesse sentido, apesar de alguns elementos das duas tradições religiosas causarem estranhamento mútuo, no geral, eles não eram significativos a ponto de impedirem a tolerância na vivência diária de seus grupos.

Em termos demográficos, Diana Delia apresenta algumas possibilidades referentes à Alexandria¹³⁴. Ela ressalta que os números apresentados por Fílon e Flávio Josefo são provavelmente exagerados, porém tendo em vista a precariedade das evidências arqueológicas da cidade, eles devem sim ser considerados¹³⁵. Levando em conta a escassez da documentação referente a tais números, e considerando a expansão da cidade durante o período romano, Delia não acredita que a sua população total tenha ultrapassado os 600 mil, dos quais aproximadamente trezentos mil eram cidadãos. No entanto, não se sabe ao certo se todos residiam na cidade ou se estavam apenas registrados. O número é muito incerto e aproximado, pois além dos problemas referentes às fontes, muitas pessoas poderiam ter a cidadania alexandrina, mas não residir na cidade.

Com relação a comunidade judaica, deve-se ressaltar a sua dimensão no período romano, chegando a representar quase 1/3 da população alexandrina, além de ser a maior da Diáspora. Alguns judeus tinham recebido a cidadania no contexto de fundação da cidade, enquanto a maioria não obteve o acesso, restrito apenas aos judeus mais ricos, influentes e que tinham conquistado algum espaço no universo grego. A peculiaridade do judaísmo em relação aos gregos e egípcios se deve ao seu corpo de leis e doutrinas, que fazia com que o fiel tivesse obrigatoriamente uma rotina diferente de toda a população da cidade, já que suas crenças incidiam diretamente sobre o seu comportamento diário. Para os outros estrangeiros, era mais fácil se inserir numa nova sociedade e ao mesmo tempo praticar suas tradições antigas. Para os judeus, isso era mais difícil, já que os preceitos de sua religião não diziam respeito apenas à fé, mas a todo o modo de se comportar e se organizar, mesmo abrindo mão de certas práticas mais

¹³⁴ Diana Delia. “The population of Roman Alexandria” in: *Transactions of the American Philological Association* 118, 1988. Pp. 273-92.

¹³⁵ Era prática comum entre os historiadores de a Antiguidade exagerarem seus números, geralmente no que se refere ao volume de mortos em guerras e à população de determinados locais. Faziam isso provavelmente para transformar seus relatos em novidades, e para superarem seus antecessores no fantástico.

ortodoxas. Claro que o judaísmo da Diáspora não era homogêneo, como também não era o grau de aceitação da cultura helênica e a aculturação. Além disso, com a distância de Jerusalém, as escrituras deixaram margem para diversas interpretações e formas de perceber a religião.

De modo geral, os judeus da Diáspora encontraram nas suas crenças, nas sinagogas e na união, baseada na identificação mútua, as formas de propagar sua fé, já que estavam distantes do Templo e da “matriz” de sua religiosidade, Jerusalém. A comunidade de Alexandria era substancialmente helenizada, mas mesmo assemelhando-se culturalmente aos gregos em muitos sentidos, os judeus ainda conviviam mais entre si, e criavam uma espécie de “barreira” em relação aos gentios. Apesar da tentativa de separação de outros grupos, Collins argumenta que, sobretudo para os judeus mais eruditos e das classes abastadas, a inserção na cultura helênica era antes de tudo uma questão de “sobrevivência”. Assim, continuavam a praticar a fé antiga, mas de forma que facilitasse a convivência com estrangeiros. Ou seja, renunciavam a algumas práticas que os isolavam e os separavam dos não-judeus (como a observância do sábado e a circuncisão) e reafirmavam outras que legitimassem sua fé diante dos gentios, e que a transformassem em algo simpático ou ao menos indiferente a estes¹³⁶. Nesse sentido, a lei era observada seletivamente e adaptada ao contexto helenístico¹³⁷.

John Barclay considera que a correta observância das leis era o que mantinha a comunidade judaica unida e o que mais tornava seu modo de vida distinto da comunidade dos gentios, apesar de em determinados momentos fazerem um uso menos rígido das mesmas¹³⁸. Tais barreiras criadas pelo respeito às leis era o que os mantinha unidos e vulneráveis aos olhos de não-judeus, que por vezes, as consideravam anti-sociais e hostis, sobretudo quando elas interferiam em outros setores do cotidiano¹³⁹.

¹³⁶ John J. Collins. *Between Athens and Jerusalem. Jewish Identity in the Hellenistic Diaspora*. Michigan: Eerdmans, 2000. P. 169.

¹³⁷ Idem, p. 155.

¹³⁸ Barclay, op. cit., p. 426.

¹³⁹ De acordo com a argumentação de Fredrik Barth, é o estabelecimento dessas fronteiras que caracteriza uma etnia. As distinções étnicas não pressupõem uma ausência de mobilidade, contato e informação, mas categorias discretas mantêm e perpetuam essas barreiras, mesmo que a interação cultural entre os grupos seja intensa e se caracterize por uma aceitação mútua. As diferenças culturais se manifestam através, justamente, da estruturação de barreiras sutis. No que se refere ao judaísmo, a argumentação de Barth muito explica o porquê de eles serem habitantes de terras estrangeiras há séculos, mas mesmo assim serem considerados pelos não-judeus como estranhos naquela terra. Além disso, por mais que eles tentassem um maior desprendimento das tradições mais ortodoxas e a aproximação dos outros grupos, ainda existiam fronteiras que os distinguiam e faziam com que eles convivessem mais entre si. As fronteiras não eram inalteráveis e alheias às mudanças na sociedade global, mas tinham que se adequar às mudanças do meio externo. Conferir: Frederik Barth. “Grupos étnicos e suas fronteiras” in: Phillipe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (eds.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998. P. 188.

Observa-se então, um judaísmo “transformado”, que tentava articular uma ética comum e aceitável a diversas tradições e culturas. Assim, adotavam muitos aspectos do helenismo, através de uma “roupagem” grega em diversos setores, para se fazer compreender por eles e justificar a eles sua própria crença¹⁴⁰.

É interessante analisar a produção literária do judaísmo da Diáspora, pois ela está constantemente se utilizando de artifícios para, ou se fazer entender pelos gregos, e conquistar a simpatia deles pelo seu modo de vida, ou encorajando os judeus a observar a fé, num ambiente onde renunciar a isso é algo propício. A Septuaginta, por exemplo, a tradução da Torá para o grego que foi produzida em Alexandria, colocou os gentios em contato com a fé judaica, algo mais difícil anteriormente. A nova versão foi recebida provocando nos núcleos helênicos sentimentos mistos de curiosidade, admiração, estranhamento e aversão¹⁴¹.

A comunidade judaica era não só privilegiada economicamente, mas também influente na vida política da cidade, principalmente no período helenístico¹⁴². A princípio, a maioria dos judeus apoiou a dominação romana, pois acreditou que seus privilégios anteriores seriam confirmados. Com Augusto, isso se concretizou. No entanto, a política romana de reforçar o elemento grego e aliar-se a tais elites para consolidar suas conquistas, foi degradante para os judeus. Pois dessa forma, eles tiveram o *status* igualado ao dos egípcios no pagamento das taxações, dos quais os alexandrinos estavam isentos.

Apesar das queixas dos judeus, no que se refere ao pagamento de impostos, os imperadores romanos, como os Ptolomeus anteriores permitiam que eles vivessem de acordo com suas leis e costumes antigos. Nos Principados de Augusto e Tibério, a situação foi relativamente tranqüila, mas com Calígula os problemas se intensificaram, pois ele ameaçou a continuidade da observância da fé judaica. Os alexandrinos se aproveitaram da oposição do Imperador para também manifestar suas insatisfações contra o grupo. Ocorreu então, em 38, o primeiro conflito aberto entre os grupos. Filon descreve a polêmica como um “ataque” dos gregos sobre os judeus, que teriam sido as completas vítimas da situação. O autor relata detalhadamente as violências de que os judeus foram vítimas. Além do desrespeito ao templo, a população alexandrina também protestava contra o direito judaico de obtenção da cidadania e da participação política,

¹⁴⁰ Collins, op. cit., p. 275.

¹⁴¹ Ray Barraclough. “Philos’ politics, Roman rule and Hellenistic Judaism” in: Hildegard Temporini e Wolfgang Haase. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.21.1, 1984. P. 437.

¹⁴² Tcherikover, op. cit., p. 1

além de os proclamarem estrangeiros no território egípcio (*In Flaccum* 55-57). Depois da revolta, embaixadas dos dois partidos se dirigiram a Calígula para disputar seus direitos. O relato de tal embaixada está no outro livro de Fílon que nos interessa mais diretamente, o *Legatione ad Gaium*. Além de narrar os eventos, Fílon foi o representante da embaixada do lado judaico¹⁴³.

Podemos perceber que a situação entre os grupos se agravou principalmente no Principado de Calígula, que foi o primeiro Imperador a ameaçar a continuidade da prática da fé judaica. E os alexandrinos se aproveitaram da oposição do Príncipe para protestar contra direitos políticos que eles estariam adquirindo. A partir daí, episódios de conflitos ocorreram com grande frequência, e os protagonistas foram geralmente os dois grupos. No ano em que assumiu o Império, Cláudio escreveu uma carta aos alexandrinos com o objetivo de colocar um fim às turbulências de maneira diferente de seu antecessor, tentando conciliar os interesses dos dois grupos, mas deixando claro que considerava os judeus estrangeiros em Alexandria¹⁴⁴. Na *Guerra dos Judeus*, Josefo relata que as desordens tinham se tornado universais no período do embate e os conflitos antigos entre os grupos tinham se acirrado ainda mais em Alexandria. O autor narra mais um conflito ocorrido no reinado de Nero, que teria começado com uma pequena disputa

¹⁴³ A maior parte da narrativa é dedicada a descrever às insanidades cometidas pelo Imperador, que começou a agir muito estranhamente depois do sétimo mês do seu reinado, acometido por uma doença causada pela excessiva dedicação aos “prazeres mundanos”, que o faria ter pretensões divinas e os judeus eram os únicos que se negavam a adorá-los dessa forma. (Fílon. *Legatione ad Gaium* 18 e 19). Fílon profere um discurso em que enfatiza que menos importante do que os problemas políticos em Alexandria era a ameaça à continuidade da observância de sua religiosidade conforme suas leis antigas. O autor realça que o que deveria ter sido um julgamento, foi na verdade um teatro em que os atores eram os alexandrinos e o próprio Calígula, situação que ajudou a acelerar a decadência dos judeus em Alexandria (Fílon. *Legatione ad Gaium* 29). Flávio Josefo relata a mesma embaixada e diz que três delegados de cada facção foram escolhidos para se apresentarem diante de Calígula. Calígula os trata de uma forma “excessivamente raivosa” e deixou claro que deles se vingaria por não o aceitarem como deus. (Josefo. *Antiguidades Judaicas* 18. 257- 260).

¹⁴⁴ É interessante citar aqui o trecho em que Cláudio se refere aos problemas entre os dois grupos: “(...) embora eu esteja mantendo comigo um “estoque” de imutável indignação contra qualquer partido que renovar o conflito; e lhes aviso de uma vez por todas para colocar um fim nessa prejudicial e obstinada inimizade recíproca. (...) Por isso, novamente eu lhes evoco para que, por um lado os alexandrinos se mostrem indulgentes e bondosos diante dos judeus que por tanto tempo moram na mesma cidade, e não desonrem nenhum dos seus ritos observados por eles em adoração ao seu deus, mas permita que eles observem seus costumes como no tempo de divino Augusto, costumes os quais eu também, depois de ouvir os dois lados, sancionei; e pelo outro lado eu ordeno explicitamente que os judeus não insistam por mais privilégios que tiveram anteriormente, e que no futuro não mandem embaixadas separadas como se morassem numa cidade diferente, algo sem precedentes, e que não forcem a entrada nos jogos do ginásio ou cosméticos, enquanto aproveitam seus próprios privilégios e participam de uma grande abundância de vantagens numa cidade que não é a deles (...) caso contrário eu irei por todos os meios me vingar deles como fomentadores de uma grande praga geral que infesta o mundo inteiro.” (Carta de Cláudio aos alexandrinos. *Select Papyri* II.) Tradução a partir do inglês de A.S. Hunt e C.C. Edgar.

no anfiteatro dos gregos, tendo, contudo, alcançado grandes dimensões¹⁴⁵. Barclay sugere que no período da guerra da Judéia (entre 66 e 73 d.C.), os judeus da Diáspora perderam muito da “boa reputação” diante dos romanos, além da destruição do Templo, que abalou o moral do judaísmo de maneira geral¹⁴⁶.

Vimos que a tensão entre os grupos foi uma constante a partir do reinado de Calígula e as manifestações contrárias ao judaísmo cresceram progressivamente entre os alexandrinos. Deve-se ressaltar, contudo, que os relatos a respeito das revoltas do séc. I são provenientes de Josefo e Fílon, ambos judeus que preservavam boas relações com os romanos. Nesse sentido, os judeus são sempre descritos como completas vítimas de conspiração por parte dos alexandrinos.

O último grande conflito de que se tem notícia entre os dois grupos ocorreu no reinado de Trajano (115-117 d.C.). O conflito se iniciou em Cirene como uma revolta dos judeus contra os romanos e seus vizinhos helenizados, mas atingiu o Egito e tomou grandes proporções em Alexandria, até que a comunidade judaica foi praticamente dizimada da cidade¹⁴⁷.

Segundo Richard Alston, outra insatisfação dos alexandrinos em relação aos judeus se refere à passividade destes diante de seus governantes romanos. Ou seja, os gregos, por enfatizarem sempre a autonomia política, estavam mais aptos a enfrentar seus dirigentes. Por outro lado, os judeus não tinham pretensões políticas e geralmente

¹⁴⁵ Por ocasião de uma embaixada que os alexandrinos tinham enviado a Nero, os judeus entraram no anfiteatro, o que os alexandrinos entenderam como intrusão e se apressaram à expulsão deles de lá. A maioria dos judeus fugiu, mas três foram queimados vivos. Nesse momento, toda a população judaica se manifestou em defesa dos mortos e o conflito tomou conta do anfiteatro. O prefeito Tibério Alexander tentou interromper a disputa ainda sem o uso de armas e os avisaram para não provocar o exército romano, mas os conflitantes não o levaram a sério. Seus pedidos não surtiram efeito, o que o fez pedir auxílio às duas legiões romanas (que ficavam permanentemente na cidade), além de dois mil soldados. As tropas mataram os revoltantes, queimaram suas casas e ainda se dirigiram ao bairro dos judeus, o Delta, e os massacraram. Josefo detalha a violência que sofreram, dizendo que os romanos não teriam poupado nem as crianças, e que no final havia pilhas de corpos por todos os lados, chegando o número de mortos a alcançar os 50 mil. Nesse momento, o prefeito teve compaixão e mandou os romanos pararem com o massacre, estes o interromperam imediatamente, mas a população alexandrina, devido à “intensidade de seu ódio não se desencorajou assim tão facilmente”. (Josefo. *Guerra dos Judeus* 2. 487-498).

¹⁴⁶ Barclay, op. cit., pp. 75 e 76.

¹⁴⁷ A revolta é narrada por Dion Cássio (Dion Cássio. *História Romana* 68. 32) e Eusébio (Eusébio. *História Eclesiástica* 4. 2). Eusébio realça que nesse período os sofrimentos dos judeus chegaram ao seu clímax, destruindo uma grande multidão deles. Em Alexandria e no resto do Egito e especialmente em Cirene, eles foram tomados por “um terrível espírito de rebelião” contra seus vizinhos gregos. A rebelião se expandiu no ano seguinte tomando a forma de uma grande guerra, quando Lupus era o governante do Egito. Ela se iniciou em Cirene, sob a liderança de um tal Lucuas e atingiu uma enorme proporção, tomando Alexandria e todo resto de Egito, chegando inclusive a alcançar a Mesopotâmia. Dion Cássio afirma que o tal líder que os judeus teriam escolhido como rei para liderar a revolta se chamava Andréias (e não Lucuas) e realça que os judeus estavam destruindo tanto romanos quanto gregos, o autor descreve ainda mais detalhadamente as violências cometidas e salienta que no final o número de mortos chegou a quase 220 mil pessoas.

se contentavam em poder praticar suas antigas tradições. Assim, eram facilmente submetidos e, constantemente se tornavam protegidos de seus dirigentes e os auxiliavam em inúmeros aspectos¹⁴⁸. Alston sugere que a situação que levou os alexandrinos ao anti-judaísmo foi uma criação romana, ao reforçar o caráter grego da cidade e ao lhes deixarem ter o domínio administrativo (ao aceitar o poder político do Ginásio)¹⁴⁹.

Em relação aos egípcios, a situação era um pouco diferente. A camada sacerdotal se beneficiou em inúmeros setores e foi muito favorecida pelos dirigentes romanos. Apesar de o demótico (língua egípcia) predominar nesses círculos, muitos membros do núcleo sacerdotal tinham aprendido o grego e, mesmo fora do grupo, era mais comum aos egípcios o aprendizado do grego do que o contrário. E se comparado a outras culturas, os egípcios eram mais dispersos em Alexandria e não parecem ter desenvolvido nenhuma coesão e unidade forte (como os judeus)¹⁵⁰. Além disso, grande parte da cultura egípcia antiga foi adotada pelos gregos, permitindo que muitas práticas dos dois grupos fossem mais conciliáveis. Ou seja, era comum perceber indivíduos “indecisos” entre os dois mundos, sendo que acabavam até se inserindo, em alguns setores como gregos, e em outros, como egípcios¹⁵¹. Já foi dito acima que dentre os últimos Ptolomeus, quando o poder da Dinastia estava enfraquecendo, a cultura egípcia passou a ser mais valorizada. Nesse sentido, a helenização dos egípcios e a entrada de alguns nos círculos “predominantemente gregos” passou a ser mais aceita¹⁵².

A peculiaridade do poder romano com relação a governos estrangeiros anteriores era a sua tolerância cultural e religiosa com os povos dominados. Assim, a observância de antigos cultos e tradições culturais era aceita, contanto que não tivesse repercussões políticas maiores, ou seja, que não interferisse na estrutura de poder imperial. Se os romanos tinham o intuito de enfraquecer algum culto ou manifestação local, os artifícios para tal eram muito sutis. No geral, isso parece ter funcionado e ter sido a “essência” da romanização nas províncias. Ou seja, os imperadores não tinham a intenção de impor nenhum tipo de ideologia (social, política ou religiosa), o objetivo era evitar dissidências

¹⁴⁸ Ellen Birnbaum. “Portrayals of the Wise and Virtuous in Alexandrian Jewish Works: Jews’ Perceptions of Themselves and Others” in: Harris e Ruffini (eds.), op. cit., p. 114.

¹⁴⁹ Richard Alston. “Philo’s ‘*In Flaccum*’: Ethnicity and Social Space in Roman Alexandria” in: *Greece and Rome* 44, 1997. Pp. 172 e 173.

¹⁵⁰ Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 634.

¹⁵¹ Bowman, op. cit., 1986, p. 63.

¹⁵² Marlowe, op. cit., p. 106.

internas e manter as províncias pacíficas, daí a força permanente do exército caso a ordem fosse ameaçada¹⁵³.

Deve-se ressaltar que a maior inovação do período imperial foi a centralização política de um enorme complexo territorial nas mãos de um só homem, uma unidade política em escala nunca antes vista. Claro que a diversidade dos povos era ainda visível, ainda que grande parte tenha sido “englobada” culturalmente pelos valores helenísticos. Nesse sentido, os romanos tiveram que criar um sistema que pudesse preservar a diversidade cultural, mas que politicamente abarcasse todos numa única esfera de poder. O Imperador e seu modo de se relacionar com os provinciais tiveram, portanto, papel central e ativo nesse processo.

Birnbaum acredita que mesmo que já existisse em Alexandria estranhamento e até algum tipo de hostilidade entre os grupos sociais, dificilmente eles teriam sido suficientes para resultar em conflitos ou discordâncias maiores. Foram as questões políticas e sociais que tornaram as diferenças mais evidentes e acabaram por resultar em maiores problemas¹⁵⁴. Sob a mesma perspectiva, Bowman salienta que apesar dos sinais claros de distinção na religiosidade entre os grupos no período romano, a diversidade não tinha sido a causa real de tensão em circunstâncias normais, apesar de em alguns momentos ter sido o meio através do qual as tensões foram expressas¹⁵⁵. Mesmo que fossem realmente os aspectos culturais e religiosos o que mais distinguia os grupos, no geral, eles souberam conciliar seus costumes e estabelecer diálogos entre suas tradições. Ou seja, se as insatisfações tinham raízes religiosas e culturais, elas só se manifestaram com mais força quando alcançaram dimensões civis, políticas e sociais. E mais: tais diferenças raramente resultavam em conflitos abertos, mas se expressavam comumente através da escrita ou de maneiras mais simbólicas.

Apesar da transformação política e dos problemas que começaram a surgir entre alexandrinos e judeus, de forma geral, a situação dos grupos diante dos romanos foi relativamente pacífica no séc. I a.C. Rostovtzeff argumenta que apesar da perda de autonomia e da importância cultural da cidade, principalmente no período júlio-cláudio, o desenvolvimento econômico foi seguido de um renascimento cultural, pois os imperadores dessa casa tinham em alta estima a cultura grega, daí a consideração

¹⁵³ Goodman, op. cit., p. 81.

¹⁵⁴ Birnbaum, op. cit. p. 160.

¹⁵⁵ Bowman, op. cit., 1986, p. 179.

especial pela população helenizada das cidades gregas¹⁵⁶. Consequentemente, Alexandria manteve o seu “movimento científico” e os imperadores ainda protegiam e estimulavam a produção dos membros do Museu, apesar da instituição ter começado a se destacar mais como um centro de ensino que de pesquisa¹⁵⁷. Alan Bowman argumenta que no Egito do séc. I d.C. estabilidade econômica e o aumento das atividades comerciais foram importantes por permitirem uma “despolitização” da Província, a que se soma a presença permanente de uma frota no território, o que foi suficiente para manter a população “calma”¹⁵⁸.

Bowman define Alexandria como a maior “realização” dos gregos no Egito, pois na maior parte do tempo a cidade se manteve isolada dos problemas maiores dos reinos helenísticos, e depois foi ainda protegida pela “penumbra” da paz romana. Ou seja, foi materialmente enriquecida e culturalmente não teve grandes rivais, por ser a “líder” da tradição literária e intelectual grega. Com tudo isso, Alexandria conquistou a liberdade e o estímulo para se desenvolver numa cidade espetacular, a “verdadeira rainha do Mediterrâneo”¹⁵⁹. Goodman argumenta que apesar das diversas inovações que ajudaram a cidade a enriquecer e se desenvolver em inúmeros aspectos, a nova situação começou a ser lentamente sentida pelas suas elites intelectuais. Muitas das mudanças não foram bem-recebidas e começaram a nutrir nesses grupos um sentimento misto em relação ao novo poderio, que as vezes se manifestaria e tomaria a forma de resistência ao Império¹⁶⁰. Macmullen realça que, geralmente, os grupos anti-imperiais eram nobres que se afastavam e discordavam dos romanos apenas em momentos isolados, por terem muito a perder. Não eram “classes” que se opunham, daí a cautela nas manifestações, que não se expressavam como resistência ao domínio romano como um todo, mas apenas a pessoa específicas¹⁶¹. A repressão ou favorecimento do Imperador a um grupo variava de acordo com o interesse imperial do período¹⁶².

Da mesma forma que os romanos eram, em muitas ocasiões, sutis em se impor, as maneiras de resistir aos imperadores também eram cuidadosas e dificilmente ditas publicamente. Eram, sobretudo, expressas na forma escrita, pois a audiência pretendida era a de homens letrados e das classes superiores. Assim, tinham ideais mais simbólicos

¹⁵⁶ Rostovtzeff, op. cit., p. 231.

¹⁵⁷ El-Abadi, op. cit., 1993, pp. 94 e 95.

¹⁵⁸ Bowman, op. cit., 1986, p. 40.

¹⁵⁹ Idem, p. 204.

¹⁶⁰ Goodman, op. cit., p. 265.

¹⁶¹ Ramsay Macmullen. *Enemies of the Roman order*. London / New York: Routledge, 1992. P. 94.

¹⁶² Christopher Haas. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and Social Conflict (Ancient Society and History)*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1997. P. 81.

que subversivos. Ou seja, a escrita era usada como forma de se expressar através da memória, com a finalidade de lembrar e imortalizar certos episódios ¹⁶³. Alan Bowman e Greg Woolf ressaltam a importância da escrita em “comunidades textuais” da Antiguidade, que serviu para reforçar a união de certos grupos, encorajando a identidade coletiva dos mesmos, para assim, conquistar legitimidade em situações de “dominação” ¹⁶⁴. Sem desconsiderar a força do exército romano, sabemos que só ele não teria possibilitado tamanha conquista. Assim, dirigentes imperiais tiveram que se utilizar de inúmeras formas de propaganda para afirmar sua expansão. Nesse sentido, observam-se inúmeras formas de reagir à dominação através de escritos com tom de propaganda. Desse modo, a tradição cultural grega de tentar demonstrar sua hegemonia pela literatura e retórica foi perceptível nesse momento, pois buscava alcance intelectual entre os letrados, algo que Marlowe definiu como “politicamente conservador e intelectualmente subversivo” ¹⁶⁵.

A sociedade romanizada tinha consciência do poder da escrita como sinalizador e gerador de mudanças. A tentativa de expandir alguma ideologia privilegiava a palavra escrita, apesar de a habilidade discursiva ainda ser mais valorizada ¹⁶⁶. No entanto, o modo de manifestar críticas era muito considerado pelas elites provinciais, já que, em muitos aspectos, elas “lucravam” com o sistema romano e se tinham críticas a ele, eram geralmente parciais e, por isso, expressas de forma cautelosa. Assim, muitas vezes manifestavam a insatisfação de maneira simbólica ¹⁶⁷.

Nos séculos I e II, a repressão dos romanos às manifestações de resistência ao Império era mais rígida, pela expansão não ter se encerrado, além da consolidação do poder romano em algumas áreas ser ainda frágil. Nesse sentido, a “censura” contra quem ameaçasse a estabilidade de opiniões era dura. Huzar argumenta que, aos poucos, Alexandria “perde o seu brilho” e autonomia e começa a “existir prioritariamente para servir o seu mestre” ¹⁶⁸. Sobretudo no séc. II d.C. isso ficou mais nítido, pois além da maior decadência cultural do período, há sinais de que o enriquecimento estava ficando

¹⁶³ Macmullen, op. cit., p. 36.

¹⁶⁴ Alan Bowman e Greg Woolf. “Cultura escrita e poder no mundo antigo” in: Alan K. Bowman e Greg Woolf (orgs.) *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998. P. 19.

¹⁶⁵ Marlowe, op. cit., p. 25.

¹⁶⁶ Greg Woolf. “Literacy” in: Alan K. Bowman, Peter Garnsey & Dominic Rathbone (eds.). *The Cambridge Ancient History, Second Edition, Vol. XI-The High Empire, A.D. 70- 192*. Cambridge University Press. P. 879.

¹⁶⁷ Goodman, op. cit., p. 162.

¹⁶⁸ Huzar, op. cit., “Alexandria”, p. 668.

mais lento¹⁶⁹. No séc. III, as atitudes repressivas começaram a diminuir e se tornaram menos eficazes, conseqüentemente as críticas ao poder romano passaram a ser mais toleradas¹⁷⁰. E mais: a política romana de promover a urbanização em cidades de pouco desenvolvimento cívico fez com que as capitais dos *nomos* começassem a se destacar também através de instituições tipicamente gregas. Tal situação fez com que Alexandria já não tivesse tanto destaque em relação às outras cidades do Egito, e nem tanta influência diante dos imperadores. Por isso, a insatisfação ao Império se torna mais comum. Rostovtzeff realça que “a nova realidade” era sentida pelos alexandrinos como sinal de decadência em relação à antiga posição de relevo de Alexandria, já que ela se assemelharia cada vez mais a outros centros urbanos que estavam emergindo¹⁷¹. Acreditamos, então, que esse foi o período mais apropriado para manifestar algum tipo de reação às práticas imperiais, pois além de todas as circunstâncias já realçadas acima, haveria mais facilidade de expor insatisfações aos novos líderes. O séc. III se caracteriza, ainda, por um momento de maior “incremento” na burocracia das províncias, e por uma crise generalizada no Império (econômica e política)¹⁷².

Mais um episódio pode ter estimulado o intuito de criticar os romanos nesse período e ter sido recebido como uma espécie de “gota d’água”, que desagradou a população frente aos dirigentes. Trata-se do massacre dos alexandrinos por Caracala que ocorreu em 215 (o episódio é narrado por Herodiano e Dion Cássio). O motivo teria sido algum episódio de ridicularização do Imperador promovido na cidade, devido à sua “mania” de se comparar à Alexandre, além de sátiras que foram produzidas sobre a morte de seu irmão¹⁷³. Relata-se que a destruição na cidade foi ampla, e as medidas que

¹⁶⁹ Milne, op. cit., 1928, pp. 56 e 57.

¹⁷⁰ Macmullen, op. cit., p. 156.

¹⁷¹ Rostovtzeff, op. cit., p. 244.

¹⁷² Bell, op. cit., 1948, p. 193.

¹⁷³ Herodiano relata que em sua expedição pelo Oriente, Caracala (215 d.C.) partiu de Antioquia para Alexandria com o pretexto de conhecer a cidade fundada em honra de Alexandre e de sacrificar ao deus pelo qual os cidadãos de lá tinham uma veneração especial (Serápis). A razão de sua indignação a eles era por ter recebido em Roma, no tempo de vida de seu irmão, e mesmo depois de seu assassinato, muitos relatos de que os alexandrinos o estariam desrespeitando. Caracala então, se aproveitou da ocasião e participou das festividades. Quando ele percebeu que a cidade estava lotada e tinha reunido o povo de todos os distritos ao redor, ele emitiu um decreto de que todos os homens jovens deveriam se reunir em assembléia num lugar aberto para promover uma homenagem a Alexandre. Depois de passar por todas as filas e se certificar que todos estavam cercados, como animais presos numa armadilha, ele sutilmente saiu de lá com seu exército pessoal, enquanto isso seu exército massacrou todos os homens que ali estavam. Alguns da tropa promoviam a matança, enquanto outros escavavam buracos para jogar os mortos em pilhas e enterra-los, sendo que muitos foram lá jogados e enterrados vivos. A matança foi tão grande que o vale do Nilo e grande parte do litoral ficaram vermelhos de sangue. (Herodiano. 4.8-9) Dion Cássio salienta que apesar da afeição de Caracala por Alexandre, ele destruiu toda a população da cidade fundada por ele e depois ainda aboliu os espetáculos e encontros públicos dos alexandrinos e ordenou que a cidade

o Príncipe teria instituído após os problemas se estenderam à cidade como um todo (tropas permanentes de vigília na cidade, abolição de órgãos públicos, etc.). Convencido de que a intelectualidade da cidade estava por trás da rebelião, Caracala interrompe também o patrocínio imperial que ainda era investido no Museu, diminuindo ainda mais a imigração de homens ilustrados para a cidade, fazendo com que a efervescência de sua vida intelectual enfraquecesse consideravelmente¹⁷⁴. Assim, tantas mudanças instituídas em Alexandria, vindas “de fora para dentro”, podem ter sido consideradas como afrontas para os alexandrinos.

Vimos então que nos dois primeiros séculos de Império, Alexandria era vista pelo poder romano como um território já propenso a desordens e tumultos, pela fama de seus cidadãos se rebelarem facilmente. E em virtude de tantos problemas entre alexandrinos e judeus, as atenções das lideranças imperiais estavam firmemente voltadas para a cidade. Paralelamente a isso, tratava-se de um território muito respeitado, pela sua grandeza e riqueza, mas também pela força de sua intelectualidade e produção cultural, que concedia aos grupos de destaque possibilidades de prestígio e distinção nos círculos de saber, e também chances de acesso às instâncias máximas do poder romano. Muitos representantes de tais elites tinham se aliado aos romanos e os auxiliado no estabelecimento de poder, já que deles conseguiam privilégios e também desejavam garantir os que já tinham. No entanto, vários eventos e problemas pontuais faziam os alexandrinos ter que recorrer constantemente aos oficiais romanos, o que os lembrava que a liderança suprema não mais se encontrava em seu solo, e diante disso, precisavam da intromissão externa para resolver seus problemas internos. Nesse sentido, se muitos aprovavam o poder romano e lucravam com ele, outros tinham posições indecisas em relação ao novo comando, e estavam com frequência se questionando e ponderando sobre o tipo de vivência que ele estava impondo e esperando dos alexandrinos. Tendo, portanto, a possibilidade de reagir, se manifestavam por escrito e registravam alguns episódios de queixa à potência.

Em suma: tinha se formado em Alexandria um grupo coeso de alexandrinos, que conquistara distinção e prestígio entre os romanos pela sua cultura letrada, o que possibilitava também sua representatividade política, que foi ainda mais reforçada pela ausência de uma *Boulé*. Os *Acta Alexandrinorum* nos dizem muito a respeito de tal

fosse dividida por um muro e ocupada por guardas com certa frequência, para que os alexandrinos não se visitassem e nem se reunissem mais. (Dion Cássio. *História Romana* 78. 22-24).

¹⁷⁴ Goodman, op. cit., p. 268.

cenário e ajudam a vislumbrar um contexto de resistência escrita ao Império, expresso por um grupo específico de alexandrinos. Os documentos também dão voz a tal grupo, ao qual quase não se tem acesso em outras fontes do período, a despeito de todo o prestígio que conquistou. Podemos ainda perceber nos textos a estruturação de uma identidade alexandrina moldada por tal grupo frente aos outros povos da cidade, o que nos permite propor definições acerca do modo das diferentes culturas se articularem. Ou seja, tais fontes ajudam-nos a entender definições que já eram polêmicas na cidade desde o momento de sua fundação, como vimos na discussão bibliográfica acima. Os textos nos permitem analisar os anseios e reclamações do grupo alexandrino e nos fornecem ainda elementos para investigar como isso se manifestava no dia a dia da população da cidade.

Capítulo 2: Apresentação dos *Acta Alexandrinorum*

1. Cenário de “resgate” dos documentos e suas polêmicas historiográficas:

Antes de tratar dos *Acta Alexandrinorum*, algumas palavras devem ser ditas a respeito da papirologia, já que tais fontes são dessa natureza. Abundantes descobertas de papiros escritos foram feitas entre o final do séc. XIX e início do XX. No entanto, pouco sabemos sobre o contexto de descoberta desses papiros, pois muitos foram resgatados por expedições clandestinas e sem controle, acabando por serem danificados e não receberem a preservação adequada, o que dificulta e torna inacessível a leitura modernamente. Além disso, muitos fragmentos foram sendo publicados separadamente e por diferentes equipes, daí a dificuldade em se saber precisamente o contexto e local de descoberta de muitos deles, pois nem todos os editores explicam todo o percurso de “resgate” dos escritos¹⁷⁵. Por se tratar de uma ciência nova, também nos faltam estudos mais sistematizados que melhor expliquem a descoberta e sobrevivência dos papiros até os tempos modernos¹⁷⁶. O campo acaba sendo então, muito inacessível e espinhoso aos que estão de fora do restrito círculo acadêmico responsável pela edição, publicação e manutenção dos papiros¹⁷⁷.

Com o reinado ptolomaico e o emprego do grego como língua administrativa, ocorreu um grande aumento de instituições burocráticas que funcionavam por meio da escrita. No período romano, a língua grega era predominante em quase todos os setores, mais um fator que facilitou a expansão do poder imperial, que seria provavelmente dificultado se tivesse encontrado uma pluralidade de línguas nos lugares em que pretendia se estabelecer¹⁷⁸. Apesar do letramento ser ainda restrito, com a difusão da cultura grega iniciou-se também uma era de divulgação da educação grega nos setores letrados. Assim, núcleos gregos do Egito dependiam grandemente da cultura escrita e, conseqüentemente, se manifestavam através dela, embora a oralidade predominasse em muitas esferas.

¹⁷⁵ Roger S. Bagnall. *Reading Papyri, Writing Ancient History*. London / New York: Routledge, 1995. P. 27.

¹⁷⁶ Idem, p. 26.

¹⁷⁷ Alan K. Bowman. “Papyri and Roman Imperial history: 1960-75” in: *Journal of Roman Studies* 66, 1976. P. 153.

¹⁷⁸ Dorothy J. Thompson. “Cultura escrita e poder no Egito Ptolomaico” in: Alan K. Bowman e Greg Woolf (orgs.) *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998. P. 2

O papiro era usado no Egito desde os tempos mais remotos e tornou-se disponível para o mundo grego desde o séc. V a.C., mas com o desenvolvimento burocrático do período helenístico, a demanda do material aumentou significativamente¹⁷⁹. Com os romanos, a cultura escrita atingiu seu “ápice” como forma de regulamentar e ordenar a sociedade, apesar do acesso aos textos ser ainda privilégio de poucos¹⁸⁰. Além do incremento burocrático, que fez crescer a necessidade por registros escritos, a escrita começou a adquirir novas funções mais ligadas ao dia a dia da população. Apesar dos escribas ainda se encarregarem da maioria dos textos legais e administrativos, a população também começou a usar a escrita para uma variedade de propósitos. É certo que a maioria da população ainda era iletrada, mas o que caracteriza a sociedade do Egito greco-romano como uma sociedade letrada é que mesmo para aqueles que não tinham acesso à escrita, a familiaridade com a prática se expandira, pois de alguma forma eles conviviam diariamente com textos¹⁸¹.

A escrita começou a servir a propósitos mais utilitários, além de simbólicos e literários como anteriormente¹⁸². Ou seja, o que é distintivamente romano no que se refere à escrita não é apenas o seu abundante uso, já que diferentes sociedades fizeram uso da escrita por muitos milênios. O que é novo nesse momento é a disseminação da escrita para os mais variados fins, visando também questões rotineiras e não documentadas anteriormente. Peter Parson ressalta que muitos escritos de papiro preservados eram textos de rascunho, registros diários que os egípcios jogavam no lixo, mas que seu clima acabou preservando para a posteridade¹⁸³. Assim, sua sobrevivência é casual e não “premeditada”, daí sua significância, pois através deles podemos ter contato com setores inacessíveis em outros locais e períodos do Império¹⁸⁴. Claro que o que sobreviveu é apenas uma parcela mínima do que foi escrito, então permanece o dilema: até que ponto os podemos considerar como algo típico ou exceção do período e representativo do contexto imperial?

¹⁷⁹ Peter M. Fraser. *Ptolomaic Alexandria I-III*. Oxford: Clarendon Press, 1972. P. 141.

¹⁸⁰ Alan K. Bowman. “O exército romano imperial: cartas e cultura escrita na fronteira norte” in: Bowman e Woolf, op. cit., p. 12.

¹⁸¹ Raffaella Cribiore. *Gymnastics of the mind – Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2001. P. 163.

¹⁸² Greg Woolf. “Literacy” in: Alan K. Bowman, Peter Garnsey e Dominic Rathbone (eds.) *The Cambridge Ancient History*. 2. ed., vol. 11: The High Empire, A.D. 70- 192. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. P. 885.

¹⁸³ Peter Parsons. “Facts from Fragments” in: *Greece & Rome* 2. 29, 1982. P. 184.

¹⁸⁴ Idem, p. 191.

O papiro era geralmente usado para documentos mais importantes, mas no Egito, pela disponibilidade do material, também servia a outros propósitos e era muito reaproveitado¹⁸⁵. Por tal motivo, a sua abundância no Egito greco-romano se justifica pela sua intensa produção no local, pois era o maior exportador do material para todo o Mediterrâneo, além do clima seco e árido do país, que favoreceram a preservação dos fragmentos em escala sem paralelos se comparada a outros locais. No entanto, a maior parte dos textos sobreviventes é proveniente da *Chora* e de outras cidades do Egito. A respeito de Alexandria, as evidências são mais escassas, pela condição desfavorável à preservação de vestígios na cidade¹⁸⁶. Assim, o que dispomos de papiros referentes à Alexandria devemos à sua preservação fora de lá. Ou seja, são relatos originários da cidade, tratando de questões que a envolvem, mas que por algum motivo alcançaram outros locais do Egito e lá foram conservados.

Para contrabalancear a escassez de papiros de Alexandria, a cidade é a mais comentada entre historiadores, biógrafos e escritores do período greco-romano, por sua importante posição como capital do Egito, além do destaque econômico e cultural já mencionado. Nesse sentido, é essencial o diálogo com tais fontes, pois mesmo que sejam de natureza completamente diferente dos fragmentos aqui trabalhados, elas nos ajudam a preencher algumas lacunas ou, ao menos, nos fornecem elementos para um questionamento mais rico a respeito do contexto estudado. No entanto, esses escritos são em sua maioria narrativas da história alexandrina na perspectiva dos homens de poder, oficiais do Império ou pessoas envolvidas e comprometidas de alguma forma com os romanos. Assim, a importância dos papiros se justifica por serem documentos rotineiros, que tratam de questões diárias e imediatas e, portanto, têm menos intenção de ficar para a posteridade do que relatos que são escritos com tal propósito¹⁸⁷. Reportam eventualidades e situações cotidianas dos grupos menos privilegiados e das camadas mais baixas, enfim, do homem comum. Esse é outro aspecto que torna as descobertas de papiro ainda mais importantes, pois representam os maiores achados de escritos não

¹⁸⁵ Woolf, op. cit., p. 882.

¹⁸⁶ Inúmeros fatores causaram a perda de vestígios da cidade: terremotos, aumento do nível do mar (grande parte da cidade antiga foi coberta pelo mar), edifícios e ocupações modernas foram construídos em cima de prováveis sítios arqueológicos. Apesar de todas as condições desfavoráveis e da perda irreversível de vestígios, muitas descobertas têm sido feitas, através de projetos de escavações subaquáticas, o que tem aumentado o otimismo dos arqueólogos ao menos quanto a descobertas futuras de vestígios materiais. Ver: Fraser, op.cit, pp. 8, 9 e 10 e Jean-Yves Empereur “Alexandria Rising” in: Christian Jacob e François de Polignac (eds.) *Alexandria, third century BC- The knowledge of the world in a single city*. Alexandria: Harpocrates Publishing, 2000. Pp. 188-205; Jean-Yves Empereur. *Alexandria rediscovered*. London: Harcover, 1998.

¹⁸⁷ Bagnall, op. cit., p. 9.

oficiais do período, a documentação de situações cotidianas¹⁸⁸. Os textos que analisaremos se encaixam parcialmente nessa categoria, pois foram encontrados em meio a esses textos, no entanto, deles se diferenciam em alguns aspectos, de que trataremos a seguir.

Apesar dos textos que vamos estudar serem de autoria do grupo alexandrino de mais distinção, cultural e politicamente, seu ideal panfletário e de desafio ao poder dominante já os diferencia dos escritos literários do período que, majoritariamente, aprovam o poder imperial. Nesse sentido, “nadam contra a corrente” da tradição literária aristocrática romana. São também textos que narram julgamentos e diálogos de cidadãos proeminentes diante do Imperador, e discutem questões sociais que envolvem a cidade num nível mais geral, diferentemente dos papiros da *Chora*, que tratam majoritariamente de questões privadas. Assim, deve-se ter o cuidado em tentar definir e entender os documentos com os quais estamos lidando, pois por sua natureza fragmentária e autoria desconhecida são bem diferentes dos escritos literários da época, e também se distinguem da grande “massa documental” de papiros encontrados no Egito.

Roger Bagnall atenta para a dificuldade de se trabalhar com textos fragmentários, pois o leitor tem que confiar no editor para uma série de informações às quais não se tem acesso. Bagnall ressalta que nem todos os editores, no processo de publicação dos textos, explicitam as partes restauradas dos documentos com notas explicativas, muitos as preenchem com informações resultantes de suas próprias conclusões e as inserem na tradução como parte do texto original. Por tal motivo, quando o leitor tem acesso ao texto já publicado ele não tem consciência da carga de criação do editor responsável pelo texto¹⁸⁹. Como temos fragmentos isolados de seu contexto maior e que tratam de questões pontuais, o esforço interpretativo deve ser no sentido de estabelecer a conjuntura mais imediata do documento, ou seja, tentar entender o texto por ele mesmo. Um bom ponto de partida pode ser investigar a identidade e os interesses dos envolvidos e reunir informações a respeito dos cargos e instituições citadas na narrativa. Bagnall lembra, contudo, que mesmo a definição de cargos e instituições é carregada da mediação da bibliografia anterior e também não deve ser vista como um dado objetivo¹⁹⁰. Além disso, ainda existe uma carência na

¹⁸⁸ Idem, p. 27.

¹⁸⁹ Idem, p. 30.

¹⁹⁰ Idem, p. 91.

historiografia de uma maior sistematização de dados dessa natureza¹⁹¹. Nos papiros, muito mais é comentado sobre a vida privada dos responsáveis por certos cargos e instituições do que de seu funcionamento mais preciso¹⁹². Assim, deve-se ter o cuidado para não dar um grande salto do contexto mais imediato que o documento ilustra para a resolução de questões mais gerais¹⁹³.

Os *Acta Alexandrinorum*, também conhecidos como *Atos dos Mártires Pagãos*, ou *Atos dos Alexandrinos* são textos referentes à Alexandria nos dois primeiros séculos de domínio romano¹⁹⁴. O que dispomos da tal literatura se restringe a alguns fragmentos de papiro, dentre os quais alguns apresentam mais de uma versão. São textos escritos em grego, em geral no verso de documentos e registros burocráticos (a maioria registros de terras) de períodos um pouco anteriores. O estado lacunar da maior parte dos textos é crítico, mas de alguns ainda é possível uma reconstituição e comentários. Já os escritos muito fragmentários são mais difíceis de situar e qualquer posicionamento e interpretação são arriscados, mas mesmo assim dão pistas de conteúdo e temas tratados. Cada texto ilustra um episódio isolado e o conjunto da documentação cobre um período aproximado de duzentos anos, entre os Principados de Tibério e Cômodo.

O agrupamento dos pequenos fragmentos de papiro, resultando em sua caracterização como corpo textual intitulado *Acta Alexandrinorum* foi obra de seus editores em fins do séc. XIX e início do XX. A partir de 1895 inicia-se uma “era” de descoberta de papiros no Egito, pela *Egypt Exploration Society*. Os maiores achados foram desse mesmo ano e de 1903, em meio a pilhas de lixo de Oxyrrhynchus. A partir daí, e com descobertas mais modestas na primeira metade do século, em diversos locais do Egito, os documentos começaram a ser analisados e editados. Esse processo, devido às dificuldades da época, foi lento e os diversos escritos foram sendo disponibilizados num núcleo muito restrito de estudiosos. A partir do momento que os textos se tornaram acessíveis ao círculo acadêmico, alguns dos seus editores começaram a discutir uma possível identidade entre alguns dos documentos e levantaram a hipótese da existência de um gênero textual em meio à dispersão. Assim, o agrupamento dos *Acta*, sua definição e nomenclatura, resultando na sua caracterização atual como um conjunto documental foi obra de seus editores. Devemos ressaltar o fato de não termos tido

¹⁹¹ Bowman, op. cit., 1976, p. 163.

¹⁹² Bagnall, op. cit., 1995, p. 97.

¹⁹³ Idem, p. 40.

¹⁹⁴ Herbert Musurillo. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954.

acesso à produção dos primeiros editores, assim, por vezes nos faltam elementos para entender como tal estruturação foi feita.

Em virtude da falta de acesso à maior parte dessa produção, além da escassez de obras que tratem especificamente do tema, dependemos excessivamente da obra de Herbert Musurillo, *Acts of the Pagan Martyrs*, sem a qual a presente pesquisa não teria se realizado. Em especial no que se refere aos dados técnicos referentes ao processo de reconstituição, publicação, edição, local e data de descoberta dos textos. Musurillo se tornou uma referência obrigatória aos seus sucessores, pois geralmente quando fazem alguma menção aos *Acta*, o fazem com base no seu trabalho. Assim, sua obra o tornou o maior especialista dos papiros, pois reuniu os textos, novos e antigos, e os organizou e publicou de forma mais acessível aos estudiosos modernos¹⁹⁵.

Por se tratarem de documentos pouco conhecidos e de descoberta recente, mesmo com as poucas informações que temos a respeito do processo de edição dos textos, é interessante resgatar rapidamente o percurso de seus editores, que se tornaram seus maiores especialistas e comentadores, ao os agruparem e localizarem suas motivações, além de perpetuarem algumas visões referentes aos mesmos. Musurillo justifica sua inspiração em Ulrich Wilcken no prefácio, e expõe seu desejo de continuar o que seu antecessor teria iniciado pela disponibilidade de novos fragmentos naquele momento. Wilcken foi o primeiro a realizar um estudo mais sistematizado dos *Acta Alexandrinorum*, numa monografia intitulada *Zum alexandrinischen Antisemitismus* (o anti-semitismo alexandrino), publicada em 1909 (à qual infelizmente não tivemos acesso)¹⁹⁶. No contexto de edição dos outros textos (na primeira metade do século), alguns estudos foram realizados, mas no geral são interpretações elaboradas pelos editores de cada fragmento no seu contexto de publicação e lançados em formato de artigo para periódicos da época. Enfim, são estudos que tiveram uma circulação muito restrita entre os acadêmicos envolvidos no processo, daí a dificuldade de acesso a eles.

¹⁹⁵ O autor revisou edições anteriores dos textos, que considerou precipitadas em muitos momentos, e propôs uma versão mais colada ao texto grego e com menos interpretações do que poderia estar presente nas lacunas, como fez seu antecessor Von Premerstein, seu alvo maior de críticas. Sua proposta para os textos é mais cuidadosa no sentido de só traduzir realmente o que faz sentido como frase. Isso é verdade para os textos já editados e publicados, a partir dos quais ele propõe uma nova tradução, edição e depois de tudo, interpretação, categorização e crítica dos textos, mencionando também a importância de seus antecessores em todas as etapas anteriores. Mas ele também sugere a edição de textos antes não trabalhados, resultado de novas descobertas da sua época. Alguns mais fragmentários e dúbios ele não traduz, mas os publica, transcreve e inclui algumas notas filológicas, baseado na edição de seus antecessores. Nesse cuidado por vezes excessivo, ele deixou de fora partes que, apesar da impossibilidade da reconstituição mais precisa, ao menos fornecem importantes pistas a respeito do conteúdo.

¹⁹⁶ Idem, p.5- prefácio.

No processo editorial dos documentos, muito começou a ser debatido acerca do seu propósito, de sua natureza, expansão e circulação. Um ponto que foi muito discutido pelos historiadores diz respeito a sua legitimidade como fonte histórica, pois entendem que seu ideal de propaganda esvaziaria seu conteúdo histórico. Muitos comentadores viam os textos como relatos de ficção, enquanto outros atribuíram a eles completa historicidade, por serem relatos provenientes de arquivos oficiais. Wilcken foi o primeiro a sugerir que os *Acta*, embora históricos, apresentam evidências de terem sido alterados e re-trabalhados em vários aspectos, mas, apesar disso, dever-se-ia aceitar sua historicidade, independentemente de serem documentos oficiais ou não. O autor ressalta que enquanto a alguns foram acrescentados elementos literários, outros pareciam não ser absolutamente baseados nos textos originais¹⁹⁷.

Como os acadêmicos que têm os *Acta* como objeto central de estudo são, em geral, seus editores, são eles obviamente os que realizaram estudos mais elaborados a respeito da documentação. Além desses estudiosos, muitos mencionam os documentos em estudos referentes a outros temas, conseqüentemente o fazem geralmente em poucas palavras. No entanto, grande parte dos comentários que temos a respeito dos textos é originária de tais estudiosos, por isso é importante um mapeamento das visões mais comuns sobre os documentos elaboradas por tais acadêmicos. Nesse sentido, passemos agora a uma discussão a respeito das interpretações de tais editores e comentadores posteriores, com base numa ordem cronológica e temática.

No momento inicial de familiarização com os textos, como se pode observar no título da obra de Wilcken, eles foram lidos, essencialmente, como fontes de conteúdo anti-judaico. Grafton Milne (1924) sugere que nos últimos documentos, a propaganda anti-romana é mais intensa e aberta que nos primeiros, que expressam mais o sentimento anti-judaico¹⁹⁸. Stuart Jones (1926) enfatiza ainda mais o seu tom “violentamente anti-semita”¹⁹⁹. Visariam, com isso, enaltecer os líderes “nacionalistas”

¹⁹⁷ Idem, pp. 259 e 260. Alguns outros acadêmicos (citados por Musurillo) têm que ser lembrados, por serem justamente os primeiros editores dos *Acta*, responsáveis pela sua descoberta e publicação, entre o final do séc. XIX e primeira metade do séc. XX. Assim, são os responsáveis pela acessibilidade de um novo conjunto documental alexandrino, até então desconhecido pelos acadêmicos de todo o mundo, são eles: C.H. Roberts, W. Schubart, H.C. Youtie, R. Reitzenstein, G. Vitelli, M. Norsa, Anton von Premerstein, P. Jouguet, Uxkull-Gyllenband, B. P. Grenfeld, A. S. Hunt, Theodore Reinach, Fritz Krebs, H. Lietzmann, W. Weber.

¹⁹⁸ Grafton Milne. *A History of Egypt under Roman Rule*. London: Methuen & Co., 1924. P. 55.

¹⁹⁹ Stuart H. Jones. “Claudius and the Jewish question at Alexandria” in: *Journal of Roman Studies* 16, 1926, p. 32. Stuart Davis também acredita nessa possibilidade de autoria única, pelas semelhanças entre os textos e sua construção literária. Ver: Stuart Davis. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London: Methuen & Co. Ltd., 1951. P. 121.

de Alexandria que morreram por se oporem aos romanos. Milne (1928) sugere também que os *Acta* ilustrariam a fusão de interesses entre egípcios e gregos da cidade, em completa oposição aos romanos²⁰⁰. Rostovtzeff (1937) define os textos como uma “curiosa” coleção que obteve êxito entre a população helenizada do Egito. O objetivo seria demonstrar a oposição política ao Império, e as manifestações contra o judaísmo seriam também um modo indireto de manifestar o espírito anti-romano²⁰¹.

Harold I. Bell também deve ser citado por ter sido editor de grande parte dos primeiros fragmentos encontrados. Bell não concorda em caracterizar os *Acta* como atos de martírio (o que já teria sido sugerido por editores anteriores), pois nem todos os textos narram eventos dessa natureza. Os temas mais constantes são considerações a respeito dos direitos dos alexandrinos e da tirania de Roma. O autor acredita que pelo estilo da escrita e da letra não se tratariam de documentos oficiais (1932)²⁰². Em um artigo posterior, Bell ressalta a semelhança dos *Acta* com os atos cristãos no que se refere ao espírito e método de composição e argumenta que onde o tom de propaganda é mais forte, o valor histórico da documentação é mais questionável (1941)²⁰³. A literatura teria atingido grande popularidade entre os alexandrinos por tratarem os imperadores de forma desafiante e sem temor (1948)²⁰⁴.

Talvez em resposta a Bell, C. Bradford Welles (1936), caracteriza os textos como uma literatura de martírio que se popularizou no início do período romano e justifica que suas raízes (a descrição dos últimos momentos de vida de homens que morreram em nome de uma causa) estão na literatura greco-romana mais antiga. Tal literatura chegou ao seu “auge” e momento mais expressivo no martírio cristão²⁰⁵. Provavelmente os fragmentos pertenciam a um volume da *Historia Calamitatum* composto em Alexandria durante a perseguição de Caracala, com o objetivo de relembrar os ancestrais dos alexandrinos para servir de consolo aos problemas do momento²⁰⁶.

Musurillo (1954) justifica a origem de sua curiosidade pelos textos por meio da leitura do texto de C. Bradford Welles, quando começou a questionar a possível relação

²⁰⁰ Grafton Milne “Egyptian Nationalism under Greek and Roman Rule” in: *Journal of Egyptian Archaeology* 14, 1928. P. 231.

²⁰¹ Michael I. Rostovtzeff. *Historia Social y Económica del Império Romano*. Tomo Primeiro. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1937. P. 230.

²⁰² Harold I. Bell. “The Problem of the Alexandrian Senate” in: *Aegyptus* 12, 1932. P. 176.

²⁰³ Harold I. Bell. “Antisemitism in Alexandria” in: *Journal of Roman Studies* 31, 1941. Pp. 4, 5, 11, 12 e 14.

²⁰⁴ Harold I. Bell. *Egypt from Alexander the Great to the Arab conquest*. Oxford, 1948. P. 89.

²⁰⁵ Charles Bradford Welles. “A Yale Fragment of the Acts of Appian” in: *Transactions of the American Philological Association* 67, 1936. Pp. 7 e 8.

²⁰⁶ Idem, p. 9.

entre os atos de martírio pagão e os relatos de martírio cristão posteriores. Grande parte de sua já citada obra é, portanto, dedicada a tal análise. Musurillo sugere a possibilidade de os primeiros terem servido de estímulo e inspiração aos segundos²⁰⁷. No entanto, ele constata que as semelhanças se justificam mais por contextos aproximados que acabaram por gerar respostas parecidas. Ou seja, tanto alexandrinos quanto cristãos tinham recebido duro tratamento dos romanos, e tiveram que se submeter à condenações semelhantes, e além disso, pretendiam que os episódios heróicos ficassem para a posteridade. Apesar das diferenças, Musurillo entende os *Acta* como relatos de martírio de um tipo muito peculiar, pois considera como mártir todo aquele que entrega sua vida em defesa de um ideal ou causa, não necessariamente de conotação religiosa²⁰⁸. No que se refere ao anti-judaísmo, Musurillo pondera que ele só é observável onde os judeus são realmente citados, não deve ser, portanto, visto como um dos temas principais dos *Acta*. Na sua visão, é principalmente o rancor anti-romano, expresso através da exaltação dos “mártires alexandrinos” que caracteriza os *Acta*, algo que não encontra paralelos em outros gêneros literários e que levou historiadores a considerarem-nos como a propaganda mais violenta contra o Império²⁰⁹.

Fergus Millar (1977) é o primeiro a focar um pouco mais a importância das fontes, sobretudo no que se refere ao modo com que os diversos imperadores são retratados e, como isso serve para ilustrar o tipo de relação que estabeleceram com as elites provinciais. Millar define os *Acta* como exemplos clássicos de embaixadas e audiências nas quais os soberanos eram auxiliados pelos *amici*, e os procedimentos ocorriam na forma de trocas verbais entre os partidos e os príncipes²¹⁰. Mesmo que algumas narrativas sejam fictícias, a forma “pseudo-documental” em que foram construídas sugere que relatos formais de audiências imperiais eram guardados. Ou seja, Millar considera os textos evidências do sistema de comunicação entre Imperador e provinciais. Mesmo que as embaixadas e petições fossem resultados de conflitos e polêmicas entre dois partidos, os discursos dos envolvidos eram sempre dirigidos ao Imperador²¹¹.

²⁰⁷ Musurillo, op. cit., pp. 243 e 262.

²⁰⁸ Idem, pp. 236 e 275.

²⁰⁹ Idem, p. 258.

²¹⁰ Fergus Millar. *The emperor in the roman world: 31 BC – AD 337*. London: Duckworth, 1977. P. 234.

²¹¹ Idem, pp. 230, 234 e 235. Millar ressalta que pouco se sabe dos registros das audiências e de como eram feitos, mas é provável que existissem secretários encarregados dessa tarefa e que cópias fossem feitas. As audiências geralmente terminavam com um pronunciamento verbal do Imperador, geralmente auxiliado por um conselheiro.

Naphtali Lewis (1983) classifica os documentos como uma literatura tendenciosa de circulação clandestina, que visaria propagar o sentimento anti-judaico e o orgulho cívico dos alexandrinos, mas principalmente estimular a indignação contra os romanos. A literatura tinha como fim a leitura privada e serviria para expressar a raiva através da palavra e não da ação²¹². Do mesmo modo, Barraclough (1984) ressalta nas fontes seu conteúdo de oposição ao judaísmo, ressentimento contra o domínio romano e a intenção de reforçar o orgulho da cultura grega entre os alexandrinos²¹³. Diana Delia (1988) tem os *Acta* como uma literatura propagandística e de intenso “fervor nacionalista”, que se destinava a reforçar a solidariedade entre os alexandrinos e exaltar seus ânimos para a subversão através da denúncia e crítica aos romanos. Visava “inflamar” as paixões alexandrinas, denunciando o favorecimento dos romanos aos judeus²¹⁴. Eleanor G. Huzar (1988) define a documentação como episódios imaginários limitados como fontes históricas, que servem, porém, para ilustrar o ambiente hostil diante dos romanos e dos colaboradores judeus. Foram provavelmente baseados em julgamentos reais, mas alterados para delatar a tirania romana e resgatar a independência alexandrina²¹⁵.

Ramsay Macmullen (1992) entende os *Acta* como uma documentação que evidencia o desprezo aos egípcios, ódio aos judeus, e, no geral raiva, mas também aprovação aos imperadores romanos. Acredita ainda, que o conteúdo anti-romano dos escritos tem um tom de pretensão à superioridade cultural grega. Assim, as fontes enfatizam a herança cultural helênica, através da exaltação aos “heróis” alexandrinos perseguidos pelas autoridades. Macmullen assinala ainda os aspectos em comum com os atos de martírio cristão²¹⁶. John Barclay (1996) e John Collins (2000) afirmam que nos textos os imperadores são sempre retratados se contrapondo aos alexandrinos e inclinados a favor dos judeus, pela influência “maligna” que eles exerceriam sobre os romanos. Barclay acredita que as hostilidades locais resultariam na intensificação do

²¹² Naphtali Lewis. *Life in Egypt under Roman rule*. New York: Oxford University Press, 1983. P. 189.

²¹³ Ray Barraclough. “Philos’ politics, Roman rule and Hellenistic Judaism” in: Wolfgang Haase e Hildegard Temporini. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.21.1, 1984. Pp. 423 e 424.

²¹⁴ Diana Delia. *Alexandria Citizenship during the Roman Principate*. Atlanta: Scholars Press, 1991. Pp. 117, 118 e 288.

²¹⁵ Eleanor G. Huzar. “*Alexandria ad Aegyptum* in the Julio-Claudian Age” in: Wolfgang Haase e Hildegard Temporini. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. Pp. 621, 622, 636 e 666.

²¹⁶ Ramsay Macmullen. *Enemies of the Roman order*. London / New York: Routledge, 1992. Pp.84, 87 e 89. Macmullen desenvolve bem a idéia da resistência ao poderio romano, que se expressou das mais variadas formas. Segundo ele, “energias” hostis e favoráveis ao Império estiveram presentes desde o início da expansão imperial, e se manifestaram das mais diversas formas, ou seja, pela literatura, filosofia, retórica e religião, ver: p. 242.

sentimento anti-romano²¹⁷. Collins salienta a elevada carga ficcional dos *Acta*, que impede a confiabilidade em seus detalhes, no entanto, elucidam a respeito do ambiente conflituoso em que viviam os habitantes de Alexandria²¹⁸.

Alan Bowman considera que os primeiros textos dos *Acta* têm uma base mais documental, enquanto os últimos são mais declaradamente panfletários. Bowman propõe que seus compiladores se basearam em fontes latinas e nos *commentarii* imperial para a elaboração dos escritos²¹⁹. Assim, nos primeiros o anti-semitismo é mais notável enquanto nos posteriores, os ânimos estão mais voltados contra os romanos. Ou seja, a mudança de motivações se explicaria temporalmente, pois após a revolta de 115-117 o judaísmo era uma questão “já resolvida” para os alexandrinos. Bowman salienta que o vínculo cronológico com os primeiros atos dos mártires cristãos, além da semelhança formal entre os dois gêneros, propõe algum tipo de relação entre eles. O autor pondera que os *Acta* têm alguma fundamentação factual pelos nomes de muitos envolvidos serem citados em outras fontes²²⁰.

Em virtude da carga literária de grande parte dos fragmentos dos *Acta* e de seu ideal panfletário, vimos que muitos historiadores os negligenciam ou os desconsideram explicitamente como fontes históricas, pois acreditam que o objetivo de divulgar idéias destitui a documentação de sua historicidade. Aqui optamos por aceitar todos os relatos como documentos na medida em que são vestígios textuais de uma época, e, assim, podem ser analisados como representativos de seu contexto na medida em que repercutem almejos de indivíduos proeminentes da sociedade alexandrina. Mesmo que em alguns trechos observemos elementos mais literários, isso não é suficiente para desconsiderar a documentação. Dessa forma, sendo ou não provenientes de arquivos oficiais, e dotados ou não de acréscimos fictícios, os textos devem ser analisados como documentos históricos. E, mesmo que parcialmente, como qualquer escrito de qualquer período, são ilustrativos do ambiente de tensão social e política em que foram produzidos.

²¹⁷ John Barclay. *Jews in the Mediterranean Diaspora - From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)* Berkeley / Los Angeles/ London: University of California Press, 1996. P. 72.

²¹⁸ John J. Collins. *Between Athens and Jerusalem. Jewish Identity in the Hellenistic Diaspora*. Michigan: Eerdmans, 2000. Pp. 141 e 142.

²¹⁹ Bowman, op. cit., 1976, p. 154. Peter Parsons também acredita nessa origem documental baseada nos *commentarii*. Os textos seriam então, a preservação da propaganda de patriotas alexandrinos que teriam lutado contra mestres romanos. Parsons, op. cit, p. 192.

²²⁰ Alan Bowman e Greg Woolf. “Cultura escrita e poder no mundo antigo.” in: Bowman e Woolf (eds.). P. 12.

No que se refere aos objetivos das fontes, podemos perceber que existe uma tradição historiográfica que define os *Acta*, inicialmente como textos de martírio, como já pontuamos acima, e posteriormente através de outros eixos, principalmente o anti-judaísmo, o seu conteúdo de oposição ao Império e exaltação da cultura grega. A maioria dos autores que tem os *Acta*, ou algum dos seus textos, como foco central de pesquisa, é anterior a Musurillo, ou seja, escreveu na primeira metade do séc. XX. Assim, ao evidenciarem na documentação aspectos de propaganda anti-judaica e anti-romana, fazem-no sob um viés contemporâneo, explicitando preocupações muito típicas do período em que escreveram, tais como, “nacionalismo”, “patriotismo” e “anti-semitismo”. Acreditamos que falar de exaltação a uma elite e sua cultura em contraposição a um poderio externo, não são aspectos suficientes para caracterizarem-na como nacionalista e nem patriótica. Exaltava-se um “elemento estrangeiro”, os gregos de Alexandria, cidade dentro do Egito, mas que não era considerada “egípcia” e nem os egípcios eram considerados seus representantes. Assim, como podemos falar em nacionalidade quando cultura, origem e etnia não são elementos necessariamente interligados?

Após Musurillo, muitos historiadores comentaram os *Acta* e ressaltaram sua importância. No entanto, geralmente citam a documentação em trabalhos referentes a outros temas. Ou seja, nenhum autor encontrado até agora tem os *Acta* como objeto central de pesquisa. Não estamos desmerecendo as reflexões dos historiadores em questão, já que eles propõem interessantes observações para o entendimento do tema. Queremos ressaltar apenas, que as vezes acabam se utilizando da documentação de modo superficial e a definindo em linhas muito gerais, além de a considerarem como fonte ilustrativa de temas que eles pretendem realçar em suas pesquisas com outros enfoques, e referentes a contextos mais amplos. Um exemplo são os autores que trabalham com o judaísmo no mundo antigo, que tendem a definir a documentação essencialmente sob essa ótica. Ou seja, entendem os textos como evidências de anti-judaísmo em Alexandria, acabando por reduzir o seu alcance e seus objetivos a essa esfera.

Vimos que a preocupação dos acadêmicos no ambiente de edição, publicação e agrupamento dos escritos era classificar e categorizar os textos, ou seja, realçar e expor suas semelhanças. Dessa forma, os historiadores geralmente se referem aos *Acta* como um grande “bloco” ou gênero, mas deve-se ter em mente que o próprio agrupamento das fontes e sua nomenclatura são artificiais, daí as tentativas de definições gerais serem

arriscadas. Por tudo isso, é visível a ausência de trabalhos que tratem especificamente da documentação, salientando a importância e a variedade de idéias que ela levanta. Não pretendemos negar a identidade entre os textos, ou entre alguns deles, mas sublinhar que qualquer tentativa de classificação ou generalização dos seus propósitos e conteúdos é arriscada, podendo desmerecer idéias e motivações aparentemente mais sutis.

Não se conhecem as autorias dos textos, e temos poucos elementos de acesso a elas, mas pela unidade de propósitos em determinados pontos, acredita-se que o conjunto seja obra de um grupo estruturado e coeso de Alexandria, que pretendia se posicionar e propagar certas causas num meio restrito. Rostovtzeff sugeriu que alguns tópicos dos *Acta* narram preocupações dos cínicos. Ou seja, os “heróis” alexandrinos seriam representantes diretos dessa filosofia, por denunciarem a tirania dos imperadores, e salientarem a nobreza e educação dos alexandrinos em oposição a dos dirigentes²²¹. A partir da reflexão de Rostovtzeff, Musurillo argumenta que é visível no estilo de escrita dos *Acta* muita ressonância de escolas filosóficas e de vários gêneros literários gregos acessíveis ao círculo intelectual dos alexandrinos. No entanto, não acredita numa influência mais direta, já que os membros do Ginásio tinham tido acesso (pela tradição do Museu e da Biblioteca) a inúmeros escritos gregos antigos²²².

Musurillo propõe que o grupo ao qual se pode atribuir a autoria dos textos é a elite grega do Ginásio de Alexandria, pois em quase todos os escritos pode se notar menção e exaltação a eles²²³. Assim, o grupo alexandrino do Ginásio desejava se manifestar através dos relatos e fazer deles uma espécie de “cânone” de sua cultura e de seus ideais. Pierre Grimal destaca que, com a diminuição da influência dos antigos “círculos eloqüentes” diante das autoridades (como a *Boulé* anteriormente), começaram a recorrer a panfletos escritos, que visariam perpetuar idéias que teriam ação mais duradoura e a exercerem sobre um público amplo. Assim, os panfletos eram o gênero histórico que mais se prestaria à análise política, tendo começado a circular com ainda mais força dentro de Roma no Principado²²⁴. A nova maneira de se exprimir pode ter estimulado os alexandrinos na estruturação dos textos, já que o acesso de alguns aos círculos imperiais permitiria também acesso a esse tipo de conhecimento.

²²¹ Rostovtzeff, op.cit., p. 253.

²²² Musurillo, op.cit., p. 270.

²²³ Idem, pp. 273 e 274.

²²⁴ Pierre Grimal. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993. P. 67.

É improvável que os relatos tenham surgido de uma “livre criação” dos membros do Ginásio, pois se observa que grande parte dos documentos são mais formais e, aparentemente, baseiam-se em atas judiciais e escritos oficiais, que teriam sido alterados para atender ao ideal de propaganda. Fergus Millar sugere que muitos editos imperiais eram copiados para servirem a leituras privadas e, comumente, entravam em circulação como textos literários, principalmente aqueles que serviam a algum interesse mais visível, ou que poderiam exercer influência mais direta sobre determinados grupos²²⁵.

Apesar de os escritos terem sido encontrados em diferentes locais do Egito, todos eles aludem à Alexandria. A variedade de locais em que a documentação foi encontrada é um fator que indica uma, ainda que restrita, circulação e divulgação dos textos. Propõe também um ímpeto de expandir certas idéias correntes na cidade para além dos seus limites. Mesmo que os originais tenham sido produzidos lá (e pela precária sobrevivência dos vestígios da cidade não tiveram condições de preservação), teriam sido posteriormente copiados e atingido outros locais. De alguns textos sobreviveu mais de uma versão, com leves alterações, sugerindo cópias e reedições, ou ainda, alterações dos originais. As diferentes recensões de um mesmo texto são mais um indício de que os documentos tiveram repercussão no meio em que circularam.

A expansão dos relatos por diferentes locais do Egito indica que a audiência pretendida não era exclusivamente de alexandrinos do Ginásio. Harold Bell salienta que as grandes descobertas de papiro em Oxyrrhynchus mostram que havia lá uma significativa quantidade de literatura grega disponível para o estudo, podendo ter formado na cidade um expressivo público letrado²²⁶. Além disso, muitos alexandrinos tinham também propriedades na *Chora* e em algumas grandes cidades, principalmente no Médio Egito, como Oxyrrhynchus, Hermópolis e Arsinoé²²⁷. Em especial no séc. II e III, a presença de alexandrinos em Oxyrrhynchus era perceptível, como também era intensa a troca comercial entre as duas cidades²²⁸. Christopher Haas destaca que durante os três primeiros séculos de domínio romano no Egito era comum que magistrados alexandrinos também desempenhassem magistraturas na *Chora*²²⁹. A presença dos textos em locais fora de Alexandria pode ser um indício de trocas entre suas elites e as

²²⁵ Millar, op. cit., pp. 255 e 256.

²²⁶ Bell, op. cit., 1948, p. 81.

²²⁷ Mohammed Abd-el-Ghani. “Alexandria and Middle Egypt: Some Aspects of Social and Economic Contacts under Roman Rule” in: William V. Harris & Giovanni Ruffini (eds.) *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/ Boston: Brill, 2004. P. 169.

²²⁸ Cribiore, op.cit., p. 54.

²²⁹ Christopher Haas. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and Social Conflict (Ancient Society and History)*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1997. P. 56.

de Alexandria, talvez para reforçar a importância da cidade diante das que estavam se destacando nesse momento e denunciar numa maior escala os motivos de insatisfação ao poder romano. Ou seja, mesmo que os escritos tenham sido produzidos por um específico grupo de Alexandria, talvez o público visado fosse mais amplo e ambicionasse alcançar ao menos “simpatizantes” em outras cidades, ou ainda, deixar transparecer as insatisfações dos alexandrinos para além dos limites da cidade.

No que se refere ao ambiente de produção dos *Acta*, a análise paleográfica dos fragmentos sobreviventes indica que seu período de escrita se situa entre o final do séc. II e início do III, ou seja, alguns consideravelmente distantes dos eventos que narram, outros mais próximos. A distância cronológica entre produção dos textos e contexto narrado sugere que eles tiveram uma produção realmente posterior ou apenas uma circulação mais tardia. Rostovtzeff propõe que os textos teriam sido criados até o final do séc. II e gradualmente, sendo fragmentos resultantes de um único livro sobre os mártires alexandrinos²³⁰. Herbert Musurillo salienta que é provável que os originais tenham sido compostos separadamente no decorrer do séc. I e II d.C., e a partir daí, foram readaptados em várias ocasiões, provavelmente para responder às exigências do contexto específico²³¹. Mesmo que os textos sobreviventes sejam realmente cópias de originais do séc. I, tal distância cronológica evidencia que, senão a produção, ao menos sua popularização e divulgação foram mais tardias.

2. Seleção e descrição dos textos:

Passemos agora à descrição dos textos, pontuando inicialmente seus dados técnicos e em seguida faremos um breve resumo da seqüência dos episódios e das interpretações mais gerais a respeito das narrativas. Como já foi dito, nosso acesso a tal “cenário editorial” foi possível através dos dados disponibilizados por Musurillo, e os comentários que eventualmente faremos a respeito da interpretação dos editores anteriores também serão feitos por seu intermédio. Seguem-se aos resumos dos dados técnicos, um comentário a respeito das seqüências das colunas, para salientar o grau de completude do texto e suas partes lacunares. E depois disso, um pequeno resumo do conteúdo e uma interpretação mais geral de cada escrito. Ou seja, objetiva-se, nessa primeira descrição dos documentos, uma caracterização de cada texto como uma

²³⁰ Rostovtzeff, op. cit., p. 253.

²³¹ Musurillo, op. cit., p. 274.

unidade específica, para no capítulo três partir para a análise dos trechos que mais nos interessam e por vezes estabelecer paralelos entre os documentos, realçando suas semelhanças e diferenças.

Com relação ao critério para a seleção dos textos, utilizamos o agrupamento de Musurillo, mas dentre esse foi feita uma nova seleção, com base em alguns eixos escolhidos para a análise. Inicialmente, selecionamos os textos cuja reconstituição do episódio parecia mais exeqüível, ou seja, aqueles em que ao menos uma seqüência de eventos poderia ser vislumbrada. Nesse sentido, os textos mais lacunares e difíceis de situar não foram incluídos, pois apesar de fornecerem pistas de conteúdos, escapariam ao controle do que desejamos aqui analisar.

Foram também escolhidos os textos em que os dois lados, o alexandrino e o poder romano, estão representados. Nesse sentido, pode-se dizer que todos os escritos envolvem alexandrinos em debate com o poder imperial (em diálogos, julgamentos, audiências ou embaixadas). Quanto ao conteúdo, discutem questões políticas e concernentes à cidade ou falam a respeito do modo como os diversos grupos sociais da cidade se relacionavam. Nos dois casos são esperados alguma decisão, resposta ou posicionamento do poder romano. Textos que descrevem situações na cidade sob outra perspectiva que não a dos alexandrinos não foram incluídos. Nesse sentido, foram selecionados os documentos que envolvem Alexandria, pontuam questões relativas à cidade e na voz dos próprios alexandrinos. Ou seja, são relatos elaborados por eles e direcionados a eles, que permitem vislumbrar a formação de uma identidade alexandrina.

A primeira fonte a ser analisada é o *PSI 1160 “O Papiro da Boulé”*. Trata-se de um grande papiro dividido em duas colunas e medindo 16,5 x 23 cms. Sua proveniência é desconhecida, e o documento foi adquirido originalmente de uma coleção egípcia em 1930 e editado por G. Vitelli e M. Norsa nesse mesmo ano. Da col. I, de aproximadamente 24 linhas, lêem-se apenas algumas palavras. A segunda está quase completa até a linha quinze, com algumas lacunas no decorrer do texto. As dez últimas linhas são mais ilegíveis, mas ainda se pode ter alguma idéia a respeito do que está sendo tratado. O texto está localizado no verso de registros de data incerta, mas a análise paleográfica atribuiu a sua escrita à segunda metade do séc. I.

O Papiro é o único documento aqui analisado em que não são mencionados nomes dos personagens envolvidos, nem do orador alexandrino e nem do Imperador, o que dificulta um pouco a datação mais precisa. Pela situação descrita e as questões

levantadas, é certo que se refere ao início do período imperial. Mas pelo tipo de argumentação do alexandrino, que parece já denotar um relativo conhecimento a respeito das práticas romanas (pela constante menção a cargos e taxações), acredita-se que o texto diz respeito a algum Principado posterior a Augusto, mais provavelmente Tibério ou Cláudio. Os primeiros editores sugeriram que se trataria de um pedido dos alexandrinos a Augusto pela não-abolição de uma *Boulé* já existente. Bell discorda e acredita que se trataria de uma embaixada a Augusto ou Cláudio solicitando a estruturação de uma *Boulé*²³². Musurillo atribuiu a escrita ao reinado de Cláudio, pela clara relação com sua Carta, sendo o papiro uma reação à negação da *Boulé* pelo soberano²³³.

Com relação ao conteúdo, trata-se do pronunciamento de algum alexandrino em discurso direto na presença do Imperador enumerando as vantagens que a concessão de uma *Boulé* traria não apenas à Alexandria, mas ao próprio soberano. O tom de sua fala é respeitoso, mas no desenvolvimento da argumentação, nota-se alguns trechos de questionamento das práticas imperiais, indicando uma reação à perda da autonomia política de Alexandria, que a conquista de uma *Boulé* visaria resgatar. O Príncipe, a quem se dirige como César, pronuncia-se apenas no final da longa fala do alexandrino. Como não temos quase nada da col. I, talvez o mesmo tivesse se manifestado nessa parte. Mas a partir do que sobrou do diálogo, a impressão é que sua presença é meramente ilustrativa, já que após a longa exposição do alexandrino, o Imperador responde apenas que irá se decidir a respeito da questão apresentada. O conteúdo é predominantemente político, apesar de abordar questões cívicas mais gerais. A fala conciliatória e pacífica do alexandrino pode indicar uma estratégia retórica usada para se fazer ouvir pelo Imperador e expor seu questionamento de maneira sutil. Comparada às outras fontes, essa demonstra ser a mais inspirada ou baseada em arquivos oficiais.

O *P. Oxy. 1089*: “*A entrevista com Flaco*” é um fragmento de três colunas medindo 25 x 14,1 cms., foi encontrado em Oxyrrhynchus (atual Behnesa) e primeiramente editado em 1911. O texto foi escrito no verso de um registro de terra do séc. II d.C. e sua produção atribuída à primeira metade do séc. III d.C. Das colunas I e III, quase nada pode ser lido, a col. II está mais completa, com algumas lacunas, principalmente nas últimas quinze linhas. Pelo documento ser tão fragmentário e por não ser possível a leitura de seu começo e final, a situação é nebulosa e pouco pode ser

²³² Bell, op.cit., 1932, pp. 174 e 184.

²³³ Musurillo, op.cit., p. 86.

esclarecido a respeito do episódio ou do seu objetivo de escrita. A datação do episódio narrado é possível pela presença de personagens que podemos localizar em outras fontes, nos *Acta Isidori* e no *In Flaccum* e no *Legatione ad Gaium* de Fílon. O relato de Fílon é o mais importante item na datação, pois os três personagens Flaco, Isidoro e Dionísio também estão presentes neste texto. Mas o contexto exato é ainda incerto. Logo após o conflito de 38, Flaco foi condenado, nesse sentido, a data máxima só pode ser esse mesmo ano. Musurillo sugere duas datas prováveis: entre 32/33, início da administração de Flaco no reinado de Tibério ou o cenário do conflito anti-judaico antes de 38²³⁴. O mais provável é que se situe no início do Principado de Calígula, porém o reinado de Tibério não pode ser descartado, já que a tensa situação entre o prefeito e os alexandrinos se encaixaria no contexto em que suas atitudes criaram nos alexandrinos uma indisposição quanto ao seu governo. Nesse sentido, acreditamos que o texto se refira ao período entre o final do Principado de Tibério e início de Calígula, mas antes do conflito de 38.

O documento descreve uma negociação secreta entre Flaco, o prefeito romano do Egito, e os alexandrinos do Ginásio Isidoro e Dionísio, realizada no Serapeum, templo à divindade Serápis. O texto evidencia a importância do espaço físico do templo como local eleito para a negociação. É impossível saber o que estava sendo debatido, entretanto fica evidente que a situação entre o Prefeito e os alexandrinos era tensa. O texto está organizado em discurso direto, com a presença de algumas notas narrativas, que o concedem uma estrutura literária. Isso pode ser observado pela situação que ele descreve, que o diferencia dos outros documentos aqui trabalhados. Em primeiro lugar, o Imperador não está presente no ocorrido, fato observável em todos os outros (mesmo que na maioria ele não seja nomeado). Além disso, nota-se a mudança de cenário, pois os outros envolvem ambientes públicos (julgamentos ou embaixadas). Ou seja, é uma discussão que envolve um número restrito de pessoas e, nesse sentido, libera um espaço maior para a criação, pois diante do pouco número de envolvidos, quem seria o narrador? Por tais questões percebe-se que esse texto é significativamente diferente dos outros. Mas em virtude de outras questões, que já apontamos rapidamente acima, consideramos prudente incluí-lo na presente análise. Nesse documento o representante imperial é o prefeito de Alexandria e a insatisfação com o poder romano pode ser

²³⁴ Idem, p. 96.

captada na descrição da complicada situação entre Flaco e os alexandrinos Isidoro e Dionísio.

Os *Acta Isidori* são textos ambientados no reinado de Cláudio, que foram encontrados em três versões diferentes. Eles relatam o julgamento de Isidoro, cidadão alexandrino, e seu pronunciamento contra o rei judeu Agripa (provavelmente o I) diante do Imperador. Sabemos que se trata de uma mesma coleção de textos por referirem-se ao mesmo episódio. No entanto, a recensão C é relativamente diferente da A e B em alguns aspectos, que são mais semelhantes em relação ao conteúdo.

A recensão A (Chrest. 14) consiste de dois fragmentos de diferentes partes do mesmo rolo, o primeiro (BGU 511), de 19 x 14 cms., foi editado por Wilcken em 1895. O segundo (P. Cairo Inv. 10448) foi descoberto por P. Jouguet e publicado por T. Reinach também em 1895, que sugeriu que fazia parte do mesmo rolo que do BGU 511. O texto está localizado no verso de um registro do tempo dos Antoninos, e sua escrita foi datada por Wilcken entre o final do séc. II e o início do III. A proveniência dos dois fragmentos é desconhecida. Essa é a versão mais completa das três e composta de três colunas. A col. I é bem lacunar, mas razoavelmente legível, e a col. II é mais completa. Ambas compõem o primeiro fragmento (BGU 511), e a col. III, consideravelmente lacunar nas primeiras linhas, compõe o segundo fragmento (P.Cairo Inv. 10448).

O texto se inicia com uma detalhada nota introdutória, descrevendo o contexto (local, data e pessoas presentes) em que o julgamento de Isidoro se realiza. Segue-se um diálogo em discurso direto entre o Imperador Cláudio e o alexandrino, intercalado de notas narrativas. Pelo conteúdo restante da col. I (mencionam-se “Isidoro”, “César”, “pátria”, “cidade”, “conselho” e “luta”), a impressão é que se trata de uma narrativa, talvez expondo a primeira fase da formação da embaixada, ou dos motivos para o julgamento de Isidoro. A col. II seria então, a continuidade da nota introdutória da recensão A, iniciada na col. I, mas já no momento do julgamento. Chama a atenção o detalhamento e a precisão da nota introdutória, o que aproxima o texto de outros registros oficiais. Nessa primeira versão, o objetivo principal de Isidoro parece ser a sua própria defesa, a ofensa a Cláudio e exaltação de seu grupo associado à importância da cidade.

A recensão B (P. Lond. Inv. 2785) foi publicada por H. I. Bell em 1932, sua proveniência é desconhecida e o texto encontra-se no verso de um documento do séc. II. A sua escrita foi atribuída pelo seu editor ao início do séc. III. O fragmento é composto de duas colunas; a primeira está quase completa e corresponde ao início da col. II da

recensão A. Mas o relato se inicia de maneira diferente, embora a natureza fragmentária da col. I nos permita ler muito pouco. Por algumas linhas os dois textos são equivalentes, com sutis mudanças no vocabulário e menor detalhamento na continuidade da nota introdutória da B. No entanto, as semelhanças são suficientes para indicar que se refere ao mesmo episódio. O diálogo entre Cláudio e Isidoro se inicia da mesma forma, mas muda de rumo (no final da col. I) em relação à versão A (quando se menciona a disputa entre Isidoro e Agripa). E podemos ver, pela continuidade do texto (apesar da natureza lacunar da col. II) que as duas versões não voltam a corresponder. Das primeiras dez linhas da col. II sobreviveram poucas palavras, as vinte últimas são mais legíveis, apesar de se ter quase metade do lado direito. Nessa versão, a fala de Isidoro evidencia mais o desprezo por Agripa, enquanto na recensão A, a fala mais ofensiva é dirigida ao Imperador.

A recensão C (P. Berol. Inv. 8877), que mede 11.5 x 11 cm., foi publicada por Uxkull-Gyllenband em 1930 e provavelmente escrita entre o final do séc. II e início do III, no verso de um registro pouco anterior. Sua proveniência é também desconhecida. O texto é composto de duas colunas; da col. I lêem-se poucas palavras, mas pelos trechos restantes não se nota muito vocabulário em comum com o início das recensões anteriores. A col. II está quase completa e já se inicia com a fala de Isidoro, dirigida ao Imperador (a quem se refere como Augusto). Isidoro remete à fala anterior de um tal Balbilo, (que também não aparece nas outras versões) e que seria algum auxiliar do Imperador que teria se pronunciado em seu apoio. Na seqüência Isidoro replica à Agripa, cuja fala manifestava uma defesa do judaísmo. Talvez na col. I se mencionasse algo sobre a fala dos dois personagens presentes ou do Imperador. Nesse sentido, já diferiria do conteúdo das duas outras versões (pela ausência da nota introdutória). Nessa versão, o rumo do diálogo muda em relação às anteriores, apesar de se tratar do mesmo episódio (pela presença de Isidoro e Agripa). As notas narrativas não estão aqui presentes, o rei Agripa se pronuncia e Cláudio não. E a fala de Isidoro é maior e mais enfática em oposição ao judaísmo como um todo, pois as ofensas não são diretamente dirigidas à Agripa. Ou seja, apesar de a versão se referir ao mesmo cenário, o conteúdo da fala de Isidoro é diferente das duas anteriores e o texto expressa novas reclamações, já que o foco é realmente o judaísmo, e ao menos na col. II não notamos falas ofensivas ao Imperador.

Observamos, então, que as três versões narram embates de Cláudio com Isidoro em seu julgamento, em que estariam presentes também outros enviados alexandrinos:

Lampo na recensão A (também alexandrino), vinte senadores, dezesseis homens de ordem consular e mulheres da corte (nas versões A e na B). Isidoro estava sendo acusado de algo cometido contra o rei judeu Agripa. Aparentemente ele já estava condenado, mas antes de sua execução queria fazer relatos a Cláudio, denunciando os problemas que estariam ocorrendo em Alexandria. Nota-se uma indisposição em relação ao rei e ao judaísmo de modo geral, e no decorrer da argumentação fica mais nítido o tom de desafio ao Imperador. Analisadas em conjunto, as três versões dos *Acta Isidori* marcam um posicionamento mais incisivo em relação a certas idéias, se comparadas aos outros textos mencionados até agora.

O *P. Oxy. Ind.: Acta Diogenis* é um documento da coleção de Oxyrrhynchus, provavelmente da segunda metade do séc. II, e está escrito no verso de um registro de terra de Oxyrrhynchus do séc. II. Apesar de já ter sido examinado anteriormente por Roberts, Musurillo foi o primeiro a propor uma edição do fragmento. O texto mede 40.3 x 14.3 cms. e está dividido em cinco colunas de quinze linhas cada, das quais a primeira e última são mais fragmentárias. As três colunas legíveis estão ordenadas em discurso direto, cada uma remetendo a uma fala específica. Essas colunas estão quase completas, entretanto as últimas linhas são também lacunares.

O documento relata o julgamento do alexandrino Diógenes (ausente no próprio julgamento), que parece estar em exílio e já condenado à morte por algo que teria cometido doze anos antes contra o Imperador Nero. Aparentemente três outros personagens estão presentes, mas apenas dois se pronunciaram: um alexandrino (em defesa de Diógenes) e outro oficial romano (contra Diógenes). O Imperador, a quem se referem como César (pela data seria Vespasiano) está presente, já que as falas são dirigidas a ele. No entanto, ele não se pronuncia no texto (ao menos nas colunas legíveis). Ao que parece, o escrito tem a intenção de dramatizar a morte do alexandrino e realçar sua posição de nobreza. Também ressalta a ausência de clemência dos líderes romanos.

O *P.Oxy. 1242: Acta Hermaischi* é um grande fragmento que mede 15,8 x 53, 9 cms. e foi escrito no verso de cópias de contratos da época dos Antoninos. Assim, sua escrita deve ser atribuída ao final do séc. II e início do III. O documento foi primeiramente editado em 1914 por Weber, seguido de sucessivas revisões em diferentes momentos. O fragmento contém o que restou de quatro colunas, todas as linhas superiores são ilegíveis e não é possível precisar quantas são. A col. IV é

completamente lacunar e apenas das últimas dez podem-se ler algumas palavras, embora não formem frases completas.

Os *Acta Hermaisici* narram uma embaixada de alexandrinos e judeus diante de Trajano (citado nominalmente) e se inicia com uma detalhada nota introdutória em que são enumerados todos os presentes às duas embaixadas. A datação exata do texto é polêmica. Sabe-se, entretanto, que ela se refere ao reinado de Trajano antes da grande revolta dos judeus (entre 115 e 117), já que sua simpatia declarada ao grupo seria muito improvável num contexto de revolta. Na continuidade da nota narrativa, é descrito o momento em que as embaixadas teriam chegado a Roma e foram recebidas por Trajano. Estavam também presentes: Plotina, que se declara favorável aos judeus, e senadores, que ela também teria convencido para o seu lado. Já no começo do texto fica claro que a situação entre os grupos era espinhosa em Alexandria, mas ao começar o diálogo com o Imperador não mais parece se tratar de uma embaixada entre alexandrinos e judeus (os judeus não se pronunciam), e sim do julgamento de Hermaisico, que parecia já estar condenado, mas ainda assim dialoga com o Imperador num tom de desafio. A narrativa destaca o desprezo ao judaísmo, apesar da fala de Hermaisico ser também nitidamente abusiva ao Imperador. A detalhada nota introdutória sugere uma maior proximidade do texto com relatórios oficiais, mas o desfecho do diálogo (que é o que mais chama a atenção nesse documento) apresenta um óbvio acréscimo fictício. O diálogo entre Trajano e Hermaisico é bruscamente interrompido por um curioso episódio envolvendo a divindade Serápis. A continuidade do texto é completamente lacunar, mas pelo conteúdo restante, não parece que o diálogo tenha sido retomado depois do ocorrido.

Como a fonte anterior, os *Acta Pauli et Antonini* descrevem uma disputa entre alexandrinos e judeus, que resulta no julgamento dos alexandrinos Paulo e Antonino. Os textos foram descobertos em duas recensões, uma anterior, a recensão A (P. Louvre + P. Lond.) e a recensão B (BGU 341), mais tardia. Da recensão A não se conhece a proveniência e a ordenação do texto foi reconstruída por Wilcken. Essa versão consiste de dois fragmentos, em linhas que restaram de oito colunas, escritas na frente e no verso do mesmo rolo. A escrita dos dois é a mesma e foi atribuída à primeira metade do séc. II. Dois fragmentos contendo seis dessas colunas (três em cada) estão no Louvre (P. Louvre 2376) e foram primeiramente editados por W. Brunet de Presle em 1865. Outros dois pequenos fragmentos com as últimas duas colunas (uma na frente, e a outra no verso) estão no Museu Britânico (P. Lond. Inv. I) e receberam uma primeira edição em 1893 por J. Forshall. A posição das colunas foi muito debatida, mas os editores

arriscaram uma ordem e seqüência entre elas, no entanto, o entendimento do texto e a reconstituição do cenário são ainda espinhosos, pois quase todas as últimas linhas das colunas sobreviventes estão perdidas, além de colunas inteiras, que talvez existissem entre as sobreviventes. As grandes lacunas quebram a continuidade da narrativa e dificultam a compreensão sobre o desenrolar da estória.

Apesar de ser difícil precisar a seqüência do texto, temos importantes elementos para análise e pistas da situação narrada. O texto se inicia mencionando um curioso acontecimento envolvendo a ridicularização de um rei pelos alexandrinos. Na continuidade (depois de uma longa lacuna) começam os diálogos conflitantes entre alexandrinos e judeus, que estariam se acusando mutuamente da prisão de sessenta alexandrinos. Em seguida, o escrito se dedica ao julgamento dos alexandrinos Paulo e Antonino, cujas falas têm um tom dramático e de clara exaltação a Alexandria.

A recensão B é um pequeno fragmento proveniente do Fayyum, que mede 11 x 9 cms., e contém os restos de uma coluna escrita no verso de uma papiro em que a frente está em branco. O documento foi publicado por Fritz Krebs e Wilcken em 1895 e datado por este entre o final do séc. II e início do III. Wilcken sugeriu que esse fragmento foi baseado no anterior, apesar de mudanças e inovações. Musurillo concorda que ambos são “parentes”, mas salienta que são versões de um relato sobre um julgamento bem anterior. Ou seja, seria uma versão com várias outras intermediárias²³⁵. O texto é pequeno e ainda mais lacunar que o anterior, e as reconstituições do editor são consideráveis, mas o vocabulário comum, além da menção aos sessenta alexandrinos não deixa dúvidas de que se trata do mesmo episódio. Ele seria provavelmente um pedaço de alguma outra versão do mesmo documento, com leves diferenças. Pelo estado lacunar do texto, além de tratar dos mesmos temas, centraremos a análise dos *Acta Pauli et Antonini* na versão mais completa.

O *P.Oxy. 2177: Acta Athenodori* é proveniente de Oxyrrhynchus e foi primeiramente publicado por Roberts em 1941 e escrito provavelmente no início do séc. III. A reconstituição do texto é confusa, mas os editores acreditam que o relato é composto de quatro fragmentos; o fragmento I é formado por duas colunas; da primeira se pode ler a maior parte, embora as últimas linhas sejam ilegíveis. A col. II é mais lacunar e não restou quase nada da segunda metade de todas as linhas. O fragmento II também é composto de duas colunas; da primeira não sobreviveu nenhuma palavra

²³⁵ Idem, p. 188.

completa, a segunda é legível, apesar de as últimas linhas serem lacunares. Dos fragmentos III e IV lêem-se pouquíssimas palavras e, infelizmente, quase nada se pode deduzir dessa parte. Pela análise paleográfica, os quatro fragmentos foram reconstituídos como uma seqüência do mesmo texto, mas Musurillo não esclarece suficientemente acerca da edição e reconstituição desse relato como uma versão única.

Trata-se de um diálogo em discurso direto intercalado de notas narrativas entre o Imperador (nominalmente não citado, mas a quem se dirigem como César), Athamas (ateniense), Athenodoro (alexandrino) e Heraeus (citado, mas não presente). No que se refere à datação dos eventos, poderia se referir ao reinado de Trajano ou Adriano. Este último parece mais plausível a Musurillo (entre os anos 118 e 120) ²³⁶. Nesse texto, atenienses estariam representando alexandrinos ou tomando partido ao lado deles numa petição ou embaixada ao Imperador, que quer entender por que essa representação seria legítima. O documento é interessante por sugerir uma aproximação e semelhança entre a lei grega e alexandrina, estabelecendo uma identidade entre elas em nítido contraste com a lei romana.

Os *Acta Appiani* são um grande texto e está substancialmente completo, apresentando poucas lacunas. E se comparado aos documentos citados acima, seu estado de preservação favorável nos permite ler com mais tranquilidade, ter maior controle da narrativa e, por isso, entender melhor o que estaria se passando naquele contexto. O escrito consiste de dois fragmentos que se referem ao mesmo episódio e devem ser lidos na seqüência. A reconstituição do texto é muito interessante, daí ser oportuno mencioná-la para ilustrar um pouco a complexidade do trabalho realizado por esses editores num período em que a papirologia era uma ciência completamente nova e ainda buscava sua metodologia própria. Os dois textos foram escritos numa mesma tira de papiro resultante da junção de pedaços menores, que tinham sido descartados e posteriormente cortados e colados para a reutilização. O primeiro e maior (*P.Oxy.33*), que mede 15 x 44.7 cms., foi encontrado em Oxyrrhynchus e primeiramente publicado em 1898 e re-editado por Wilcken, V. Premerstein e H. Lietzmann em 1934. Essa parte consiste de quatro colunas e do início de uma quinta, escrita no verso de um registro de propriedades de Oxyrrhynchus. Algum tempo depois, foi encontrado dentre um lote barganhado pela Yale University (também proveniente de Oxyrrhynchus) o outro fragmento da mesma tira (*P.Yale Inv. 1536*).

²³⁶ Idem, p. 198.

O pequeno fragmento (de 15 x 14.5 cms.) foi publicado pela primeira vez em 1936 por C. Bradford Welles e contém partes de duas colunas, que estão no verso de um registro de propriedades de terra no reinado de Cômodo. Da primeira coluna, nada se lê, mas a segunda está relativamente completa, embora mais lacunar no início. O fragmento foi revisado por Korte (1938) e Hombert (1939) e ao descobrir a ligação entre os dois pedaços, os editores sugeriram que o *P. Yale Inv. 1536* seria, então, o início do texto, do qual o *P. Oxy. 33* seria a seqüência. A escrita do relato foi atribuída à primeira metade do séc. III e o episódio se situa no reinado de Cômodo, conseqüentemente seu contexto de escrita é mais próximo do evento que narra, se comparado aos documentos citados acima.

Os *Acta Appiani* narram o julgamento de Apião, aparentemente já condenado à morte, mas que ainda tenta se fazer ouvir pelo Imperador e reforçar algumas idéias. O nome do soberano não é citado e referem-se a ele como César, mas alguns elementos do texto não deixam dúvidas de que se trataria de Cômodo. O longo diálogo entre César e Apião está estruturado em discurso direto e intercalado de notas narrativas. Chama a atenção nesse texto (mais que em todos os anteriores) o explícito tom abusivo e desafiante ao Imperador, expresso na fala abertamente ofensiva de Apião. O documento é também importante por ser talvez a “ponte” que liga todos os outros escritos e ajudam a definir e agrupar essa literatura.

Capítulo 3: Resistência textual dos alexandrinos ao poder romano

O objetivo do presente capítulo é tratar dos textos mais diretamente e selecionar alguns trechos para análise²³⁷. Isso será feito mapeando nos escritos as menções à Alexandria e aos alexandrinos e observando como a cidade e seus habitantes são neles definidos. A partir daí, pretende-se examinar que grupos sociais da cidade são mencionados e como se estrutura nos escritos a visão referente a tais grupos. Investigaremos como a identidade alexandrina é definida nas fontes, de que forma ela se configura e como a valorização da cidade e de seus elementos de destaque reforçam essa identidade e marcam a diferenciação frente a outros grupos. Isso será feito pontuando os elementos que estruturam essa identidade internamente, ou seja, quais são os aspectos e signos que fortalecem o elo desse grupo. Procuraremos entender a coesão do grupo alexandrino dominante, os modos como definem os outros habitantes da cidade, a relação que estabelecem com a corte romana e os funcionários do poder imperial e como o Império e os imperadores diversos são caracterizados. Em suma: procuraremos analisar os textos através de dois eixos: internamente, analisando a identidade alexandrina e as menções a outros grupos sociais; e externamente, investigando o tipo de relação que se estabelece com o Império, pontuando os elementos de aceitação, questionamento e crítica ao poder romano.

Nosso ponto de partida será o “Papiro da *Boulé*”, por acreditarmos que se trata do primeiro texto em ordem cronológica com relação ao episódio que relata (quanto ao período em que foi escrito certamente é). Além disso, nele já podemos observar a sugestão de várias temáticas que são recorrentes nos outros documentos e, por vezes, com ainda mais força. É possível vislumbrar no documento a tentativa do personagem alexandrino que está discursando de delimitar bem o grupo que considera representativo dos alexandrinos (dentro e fora da cidade). No entanto, a forma de fazer isso é muito cuidadosa e sutil, sem se nomear os alvos a quem as críticas se dirigem e nem deixar explícitos os reais objetos de queixa. O alexandrino expõe a sua preocupação de que muitas pessoas que deveriam se sujeitar ao pagamento de impostos, estavam se

²³⁷ Os trechos citados foram traduzidos do grego, a partir da edição de Herbert Musurillo, embora sua tradução para o inglês tenha nos auxiliado nas partes de difícil compreensão. As palavras entre colchetes são reconstituições dos editores que também incorporamos na tradução, mas não se deve esquecer que são apenas possibilidades e não palavras que certamente estariam presentes nos textos. As reticências no meio dos textos são lacunas, para as quais os editores não encontraram reconstituições possíveis. As colunas e linhas dos trechos estão delimitadas antes da tradução das partes selecionadas.

alistamento nos arquivos públicos junto aos *efebos* e, conseqüentemente, diminuindo o valor a ser pago. Dessa forma, ele salienta que uma *Boulé* evitaria situações como essa e cuidaria também (col. ii, l. 5 e 6) “(...) *para que homens não-educados e não-domesticados não contaminem o puro corpo de cidadãos dos alexandrinos. (...)*”. O trecho indica que estaria havendo menor controle na concessão da cidadania alexandrina. Embora aqui não se mencione nenhum grupo social ou étnico específico e nem se evidenciem os elementos que estariam “poluindo” o corpo de cidadãos, fica expressa a tentativa de restringir a entrada nesse grupo seletivo.

Na seqüência, menciona-se a situação contrária, não a ausência de cobranças, mas cobranças injustas, provavelmente de pessoas que deveriam ser isentas e estariam pagando. O texto segue com a seguinte argumentação:

(col. ii, l. 6- 11)

“E se alguém cobrado for sobrecarregado contra a norma pelo Idiologo, ou pelo coletor de impostos que intimida os homens, a Boulé em companhia de seu Prefeito apoiaria aos que estão fracos, e não seriam saqueadas as coisas que para ti estão guardadas por homens que estiverem presentes no local.”

Esse trecho apresenta várias questões: que a *Boulé* fiscalizaria ainda, a renda pessoal do Príncipe, já que, controlando melhor a coleta de impostos, o que seria destinado à fortuna do Imperador também seria melhor controlado. Realça, além disso, que a *Boulé* seria auxiliada e fiscalizada pelo Prefeito romano, o que indica que a autonomia de Alexandria seria ainda, de alguma forma, restrita pelo poder romano. O trecho propõe uma tentativa de conciliação, ou seja, uma inserção nas estratégias romanas, mas com o objetivo de “driblar” seus métodos, mostrando ao Príncipe que ele ainda tinha meios de fiscalizar as resoluções dos alexandrinos através de seu Prefeito. Tal argumento pode ter sido empregado também como artifício para se fazer ouvir pelo Imperador, pois ciente das vantagens que uma *Boulé* traria a ele mesmo, o soberano poderia mais facilmente negociar os pedidos dos alexandrinos. A instituição também serviria de apoio aos “fracos”, quem seriam estes? Aqueles que tinham pouca voz política? Novamente, a impressão é que o argumento estaria sendo usado para se fazer ouvir pelo Imperador, para mostrar a ele que a concessão da *Boulé* seria benéfica para a cidade de modo geral. É difícil perceber isso como um desejo dos alexandrinos por um

maior “ambiente democrático” na cidade, apesar de ser esta a imagem que eles tentam passar.

Nessa parte do texto podemos vislumbrar uma preocupação mista, que associa pureza cultural à representação política e justiça no pagamento de impostos. Na seqüência, o alexandrino continua enumerando as vantagens que a *Boulé* traria ao próprio Príncipe, a alegação segue: (col. i, l. 11-14) “(...) *E se for necessário enviar uma embaixada a ti, ela mesmo escolheria os adequados, e se certificará que ninguém sem distinção possa partir e que ninguém [preparado] fuja ao serviço da pátria.(...)*”.

Aqui fica mais nítido que tais membros do corpo de cidadãos, que também poderiam representar a cidade diante do Príncipe, deveriam ser homens de distinção, o que na Antiguidade não era apenas um critério econômico, mas principalmente étnico/cultural. Assim, perante o soberano os adequados seriam homens com distinção e mais: os apropriados deveriam prestar esse serviço à pátria, ou seja, deviam ser nativos de Alexandria. Nota-se, entretanto, um forte vínculo entre educação, distinção e pureza cultural e, além disso, pertencimento à Alexandria por origem. Apesar de não serem citados grupos étnicos ou culturais específicos, a oposição entre os “não-educados”, “não-domesticados”, “sem-distinção” e os “adequados” e “apropriados” (consequentemente também os que teriam distinção e educação), não deixa dúvidas de que a intenção era delimitar ao máximo a cidadania alexandrina ao que ela fora até então. Ou seja, elementos de outros círculos culturais e sociais que não o de ascendência grega e nobre estavam começando a se destacar, e não seriam bem-vindos. O cuidado com a “pureza do corpo de cidadãos” indica mais do que uma preocupação política e de natureza social, ilustra a necessidade de hereditariedade ou, ao menos, um forte vínculo com a cidade por nascimento e tradição.

A última fala possível de ler do alexandrino tem o seguinte desfecho: (col. ii, l.14-17) “*Então julgamos digno [solicitar] a boulé e no [período de um ano] oferecer a prestação de contas das coisas feitas ao bom secretário da boulé.*”

Aqui não fica claro se tal relatório se destinaria ao Imperador ou ficaria restrito ao representante da *Boulé*. No primeiro caso, expressaria a aceitação da política imperial, ou seja, de que a cidade não tinha mais total autonomia e deveria consultar o Imperador sobre questões maiores. E a organização da *Boulé*, através de tais relatórios temporários, permitiria que o Príncipe tivesse acesso às suas decisões internas. No entanto, tal justificativa pode também ter sido uma maneira de convencer o Príncipe de algo que traria vantagens justamente para a autonomia da cidade, e o modo de se fazer

ouvir por ele seria destacando sua possibilidade de controlar tais decisões. O Imperador se pronuncia apenas no final dizendo que se decidiria a respeito das questões apontadas.

Podemos observar no “Papiro da *Boulé*” o intuito de se circunscrever de maneira sutil qual era o seletivo grupo de alexandrinos que estava se manifestando nos textos, mas sem se explicitarem os alvos de crítica, talvez pelo momento não propício e para não criar indisposição com o César. Talvez na col. i houvesse alguma referência mais declarada aos grupos ou elementos mencionados, mas é improvável que numa petição, em que se tentaria ganhar o Imperador para o lado e causa dos alexandrinos, a fala se iniciasse num tom de ataque ou de ofensa explícita. E se assim fosse, não haveria a necessidade de silenciar a respeito dos mesmos grupos na seqüência do relato. Por outro lado, se o texto começasse de forma ofensiva, o Imperador poderia já ter expressado, no mesmo momento, alguma censura imediata e a seqüência seria mais conciliatória e, portanto, mais contida.

Mesmo que a preocupação maior seja realmente com a presença de pessoas indesejáveis no que deveria ser o restrito corpo de cidadãos alexandrinos, a menção aos oficiais romanos que não estavam se portando de acordo com o exigido pela norma pode ser considerada uma sutil crítica ao Império. Esses não estariam sendo competentes em controlar a arrecadação dos impostos adequadamente e em estipular quem deveria ou não pagar. Nesse sentido, o autor está sugerindo que a *Boulé* seria uma mediadora entre o Imperador, os oficiais e o povo, o que demonstra um questionamento e interferência no modo de governar dos romanos, já que os oficiais do Império não estariam sendo eficientes nesse processo.

Apesar de criticar algumas estratégias do poder imperial, é perceptível no documento que, de modo geral, ele é aceito. A intenção do texto e o pedido por uma *Boulé* ambicionariam o resgate de uma autonomia alexandrina no que se refere à sua representação política e “pureza” cultural (aqui relacionada à distinção, ascendência grega e origem alexandrina). A seqüência da argumentação deixa claro que não era o Império que estaria “roubando” tal autonomia, a causa principal seria a infiltração de pessoas com pouca qualificação no meio político e que estariam ameaçando a preponderância do seletivo grupo de alexandrinos (na cidade e diante de César). A posse de uma *Boulé* permitiria aos alexandrinos algum controle de sua vida cívica e da composição de suas instituições, daí a ênfase na pureza de seu corpo de cidadãos.

Pode-se vislumbrar aqui um questionamento do grupo alexandrino a respeito do governo que os romanos haviam instituído no Egito, além da tentativa de propor

mudanças nas formas de comando. O texto é também claramente uma reação às novas definições de *status* impostas, já que na delimitação dos grupos baseada nos critérios que o poder imperial tinha elaborado, novas categorias sociais começariam a se inserir nos grupos de poder. Nesse sentido, questões antes decididas no domínio da cidade, passam a ser determinadas pelos romanos. Dessa forma, em virtude dos conflitos que se manifestariam com mais força num momento um pouco posterior (se o Papiro se referir ao reinado de Tibério e não de Cláudio), e pelo conteúdo da resposta da Carta de Cláudio, que dialoga em inúmeros momentos com o papiro da *Boulé*, o mais provável é que a queixa seja realmente aos direitos que os judeus estavam conquistando entre os romanos. Percebe-se, contudo, que as insatisfações estavam surgindo, mas tentariam ser negociadas. O tom cauteloso do texto mostra um cenário ainda relativamente pacífico na cidade, já que depois de Calígula os problemas entre os grupos eram bem conhecidos por todos e não se teria a necessidade de silenciá-los, mesmo numa petição. E ainda que ilustre o início de descontentamentos em relação a questões cívicas, tudo é muito camuflado.

A referida carta, de 41 d.C., é um pronunciamento do Imperador Cláudio a uma série de pedidos dos alexandrinos no primeiro ano de seu reinado, discutindo também questões e problemas que estariam ocorrendo em Alexandria (Carta de Cláudio aos alexandrinos. *Select Papyri* II. Pp. 79-89). Por exemplo, no que se refere à cidadania, Cláudio confirma a de todos aqueles que se tornaram *efebos* até o seu Principado. Entende-se então, que novas cidadanias não seriam concedidas a partir daquele momento, algo que favoreceria ao menos uma das queixas do “Papiro da *Boulé*”. Cláudio aprova todos os direitos concedidos à cidade pelos príncipes, reis e prefeitos anteriores, como Augusto já tinha feito. Mas respondendo ao pedido por uma *Boulé*, ele assim contesta: “*No que se refere à Boulé, qual teria sido o seu costume sob os antigos reis eu não tenho meios de dizer, mas que vocês não tiveram uma Boulé sob os Augustos anteriores vocês estão bem cientes. Como trata-se de um novo projeto, cuja utilidade à cidade e ao meu governo não são evidentes, eu escrevi à Aemilius Rectus para realizar uma pesquisa e me informar, se, em primeiro lugar é certo que uma Boulé deva ser constituído e, caso tenha que ser criado, de qual maneira isso deverá ser feito.*”²³⁸

²³⁸ Tradução a partir do inglês de A.S. Hunt e C.C. Edgar.

As relações do “Papiro da *Boulé*” com a Carta são visíveis, mas tal como essa pondera também sobre outras questões, o Papiro poderia ter sido apenas um dos motivadores de Cláudio na sua escrita e ter sido enviado muitos anos antes. Cláudio responde ainda às repercussões das disputas entre alexandrinos e judeus, mas nesse caso, sua carta seria uma resposta a alguma ocorrência mais grave (provavelmente o conflito de 38) e não diretamente relacionada ao “Papiro da *boulé*”. Ao que parece, o Papiro foi uma petição enviada ao Príncipe e a Carta seria então, a negação ao pedido da *Boulé*. Nesse sentido, o Papiro pode ter sido apenas uma e não necessariamente a única petição pela *Boulé*. Mesmo enviado em Principados anteriores, no de Tibério ou Calígula, o “Papiro da *Boulé*” deve ter sido um dos elementos considerados por Cláudio ao elaborar sua carta, pois o diálogo entre os textos é visível em inúmeros momentos. Ou seja, as insatisfações do grupo alexandrino estariam de alguma forma alcançando as esferas máximas do poder imperial e nesse sentido, a idéia de protesto do grupo já se manifesta nesse texto.

Na “Entrevista de Flaco”, texto mais nebuloso pelo estado lacunar, nota-se uma tensão entre alexandrinos e o representante de poder romano, aqui personificado no Prefeito da cidade Flaco. Antes de tratar propriamente da documentação, convém mencionar rapidamente o que Fílon diz a respeito de tais alexandrinos e do líder da Província. A narrativa de seu *In Flaccum* se dedica exclusivamente à caracterização dos mesmos personagens, descritos como os principais articuladores da política anti-judaica que começou a se manifestar em Alexandria e resultou no “massacre” de 38. Flaco foi Prefeito romano no Egito entre 32 e 38 d.C. e, segundo Fílon, fez uma boa administração nos cinco primeiros anos de seu cargo, sob o Principado de Tibério, com quem tinha uma grande proximidade. Uma de suas primeiras atitudes como Prefeito foi fechar os “clubes e associações” de Alexandria, locais de reunião e entretenimento da população grega da cidade, que na visão do autor, estavam sendo transformados em locais de bebedeira e intrigas políticas (Fílon. *In Flaccum* 4). Tais atitudes logo o indispueram com os membros do Ginásio, também descritos por Fílon como os líderes da “facção nacionalista”. Por estar numa situação complicada com Calígula e percebendo a deterioração de seu poder, Flaco oferece auxílio a esse mesmo grupo e gradualmente se envolve no “movimento anti-judaico” que eles estavam iniciando (*In Flaccum* 19-24).

Fílon relata que os alexandrinos preservavam uma inveja e uma hostilidade antiga e inata contra o judaísmo e recebiam qualquer bem-aventurança aos judeus como

uma desfeita a eles mesmos. Daí a insatisfação em relação à visita de Agripa I à Alexandria, no momento em que recebeu alguns reinos de Calígula. Os alexandrinos rapidamente reagiram às homenagens que um rei “estrangeiro” tinha recebido na cidade e, por isso, promoveram vários episódios públicos de deboche a ele, que Flaco também não fez nada para impedir. Este episódio teria intensificado ainda mais o ambiente anti-judaico na cidade e ajudou a desencadear a revolta. (*In Flaccum* 21-39) Fílon cita Dionísio, Isidoro e Lampo como os principais “articuladores” dessa política e o Prefeito se aliou a eles, a princípio de uma forma menos declarada, mas logo abertamente (*In Flaccum* 19-24). A falta de autoridade de Flaco em frear o ambiente anti-judaico que estava se manifestando na cidade é vista por Fílon como a causa principal do conflito, e os judeus são caracterizados pelo autor como vítimas da conspiração. Consequentemente, o massacre sofrido por eles foi praticamente gratuito.

Por tudo isso, mas principalmente pelo que teria causado aos judeus, Flaco foi preso no Egito por oficiais do Império. Quando chegou à Itália, Isidoro e Lampo, seus antigos inimigos e homens antes submetidos a ele, foram os responsáveis pelo seu julgamento, o que Fílon considera como um sinal típico da providência divina, de que Flaco deveria mesmo ser castigado (*In Flaccum* 125-191). Com relação a Isidoro, Fílon o caracteriza como um demagogo e causador de confusões, um “inimigo da paz e da tranquilidade”, que gerava tumultos em busca de popularidade. O alexandrino era uma espécie de líder de tais clubes e quando queria executar algum projeto sem valor, rapidamente conseguia reunir grandes multidões, que facilmente se submetiam aos seus planos (*In Flaccum* 135-139).

Fílon relata que ao aliar-se ao grupo, Flaco tornou-se um verdadeiro “fantoche” para a execução dos planos dos alexandrinos (*In Flaccum* 19). Portanto, mesmo que a “Entrevista com Flaco” se referisse ao período em que Flaco já tinha se aliado aos alexandrinos (no Principado de Calígula), ele poderia ainda ser tratado por eles de forma desrespeitosa, como se observa no documento.

Na “Entrevista com Flaco” fica claro que algo estava sendo negociado entre os dois partidos, e que o clima era tenso. Não há meios de saber qual seria a transação entre Flaco e os alexandrinos, mas o que fica mais marcado no texto é o peso concedido à divindade Serápis na condução das negociações, como se percebe na nota narrativa no início da col. ii:

(col. ii, l. 24-33)

“Flaco então [subiu] ao Serapeum ordenando que o negócio fosse preparado secretamente. Sobe também Isidoro com Afrodisia e Dionísio, e tendo entrado no interior do templo, Isidoro e Dionísio cultuaram o deus. E então o homem velho se atirou para baixo e de joelhos se segurando a Dionísio disse:”

Destaca-se a importância da divindade para o trato que seria ali realizado, talvez para conceder legitimidade ao processo. Tendo sido algo pensado ou não, fica evidenciada a importância e o respeito despertados pela divindade, não apenas para os alexandrinos, mas também para o Prefeito romano. O objetivo do autor do relato poderia ser o de demonstrar a força da cultura alexandrina até entre os romanos, já que Flaco também se curvaria à divindade. Ou seja, uma das intenções do escrito era enfatizar a importância de Serápis para além dos limites de Alexandria.

A respeito do motivo de tensão entre os alexandrinos e Flaco, infelizmente muito pouco podemos deduzir, mas o ambiente carregado é claro, como vemos no seguinte trecho (provavelmente pronunciado por alguém que estaria tentando apaziguar a situação):

(col. ii, 1.33- 42)

“Veja! Senhor Dionísio, o velho homem diante de Serapis: Não cometa violência contra Flaco, mas [senta-te em conselho] com os velhos. Ou tendo sido tu levado (...)? Mude de idéia jovem Dionísio!”

E ele respondeu: ‘Combina bem, mas não queres que eu rejeite Flaco novamente? Se é necessário estar com ele na [lua] nova [vou livremente].’”

Ao que parece, a tal negociação já deveria ter ocorrido anteriormente, mas por receio de uma das partes (provavelmente Flaco) ainda não tinha sido realizada. Depois desse trecho a fonte fica quase ilegível, Flaco menciona apenas que o arranjo estava pronto e em seguida há uma fala, provavelmente do tal oficial/mediador, suplicando para que Flaco não faça mal a Isidoro e Dionísio. Na seqüência, novamente o texto fica nebuloso e menciona-se apenas, no que parece ser a fala de Dionísio, um valor de cinco talentos de ouro a ser contado no meio do templo, talvez o que deveria ser pago à Flaco pelo tal acordo. Não há meios de saber o que estava sendo negociado, mas fica evidente que se tratava de algo secreto, pelo fato da articulação estar ocorrendo no templo. Além disso, vemos que Flaco receberia pela transação, que sendo secreta, poderia também ser algo ilegal para um Prefeito. Nesse sentido, além do ambiente conflituoso entre o oficial

romano e os alexandrinos, foi sugerido que o objetivo do texto seria ilustrar a corruptibilidade do oficial romano²³⁹. Como os envolvidos eram personagens já conhecidos entre os alexandrinos, poderia ser também o objetivo do texto, propor um enaltecimento da memória de Isidoro e Dionísio e tentar servir de contraponto e defesa ao relato de Fílon, através da crítica à Flaco. Ou seja, os alexandrinos do Ginásio pretendiam exaltar seus líderes e, paralelamente, reforçar a oposição à Flaco, representante de Roma na cidade.

Antes da condenação de Isidoro (narrada nos *Acta Isidori*) e depois do conflito com os judeus em 38, mas ainda no reinado de Calígula (em 39 ou 40), Isidoro esteve presente em outra embaixada contra os judeus de Alexandria ao Imperador. Nesse momento, Isidoro se aproveita para acirrar ainda mais a hostilidade de Calígula contra os judeus, dizendo que enquanto toda a humanidade prestava homenagens e sacrifícios a ele, os judeus eram os únicos a se negarem a fazê-lo (Fílon. *Legatione ad Gaium* 45 e 46). Quando Cláudio sobe ao poder, ele tenta estabelecer uma liderança mais pacífica que seu antecessor. Como já vimos, a sua Carta seria um pedido por conciliação entre os grupos, o que não parece ter se cumprido, pois a fala de Isidoro nos *Acta Isidori* continua expressando a oposição ao judaísmo. Ao menos o grupo “polêmico” de que Isidoro era o líder ainda pretendia se expressar e salientar suas reclamações contra eles. Os relatos em três versões parecem já se referir ao episódio de seu julgamento. Em tal contexto, Flaco já tinha sido condenado, e a revolta contra os judeus também já tinha se encerrado, Isidoro estaria sendo então, julgado pelo ocorrido alguns anos depois.

Nas versões A e B chama a atenção o detalhamento da nota introdutória, que destaca a presença de muitos envolvidos no julgamento de Isidoro, o que sugere a gravidade da situação, que fica mais evidente na continuidade de sua fala (recensão A):

(Col. i, L. 16- 20)

“Os embaixadores [alexandrinos] foram chamados e o [imperador] transferiu a audiência para o próximo dia. O quinto dia de Pachon, no [décimo-terceiro] ano de Cláudio César Augusto.”

(Col. ii, L. 1-9)

“O Segundo dia: no sexto dia de Pachon. Cláudio César ouve [o caso de Isidoro], ginasiarca da cidade de Alexandria, contra o rei Agripa nos jardins. Com ele sentaram-

²³⁹ Musurillo, op. cit., p. 95.

se vinte senadores e junto a eles, dezesseis homens de ordem consular, as mulheres (da corte) também estavam presentes no (julgamento) de Isidoro.”

Apesar do menor detalhamento da nota na recensão B, a grande quantidade de pessoas presentes também é citada. Ao realçar a presença de muitos, podia ser a intenção do autor do texto enfatizar o destaque e importância que o julgamento de um alexandrino ginasiarca teria também entre os romanos, ou seja, teria o intuito de marcar a sua proeminência.

Na sua primeira fala, nas versões A e B, Isidoro “implora” que o Imperador ouça seu *“relato a respeito dos sofrimentos da sua cidade”*. Observa-se aqui um tom dramático, indicando que Isidoro já estaria tentando marcar uma audiência com Cláudio, ou com outras autoridades romanas e estava encontrando resistência para ser ouvido. O conteúdo da fala poderia ter o propósito de despertar em quem lesse ou ouvisse um sentimento de piedade em relação à situação de Alexandria. Cláudio atende ao pedido de Isidoro e segue uma nota narrativa (nas versões A e B) onde fica claro que o alexandrino já estava numa situação complicada diante do Príncipe:

(cont. col. ii - L. 14 e 15) *“Todos os [senadores] chamados concordaram com isso, sabendo o tipo de [homem que Isidoro] era.”*

Evidencia-se aqui a polêmica situação do alexandrino e como sua figura era conhecida nos círculos imperiais (como vimos no relato de Filon), um homem insistente e propenso a confusões, e que, por isso, consegue ser ouvido. O relato continua no dia da audiência, que inicia com o aviso de Cláudio para não dizer nada contra Agripa, pois Isidoro já tinha matado outros amigos seus. Ou seja, o Imperador estaria insatisfeito com o alexandrino por episódios anteriores (provavelmente por todas as situações polêmicas em que já tinha se envolvido) e este estaria sendo julgado por ter insistido nas mesmas atitudes já censuradas em outros momentos. Depois dessa parte, as duas recensões mudam de rumo. Na A, Isidoro responde: (col. iii, L. 5-7) *“Isidoro: Eu ouvi as ordens do rei da época. Também tu digas quem desejares que denunciarei.”* Isidoro assume sua culpa, mas não mostra arrependimento ou justificativa de qualquer tipo, e nem se curva e se intimida diante do Príncipe. Na seqüência do escrito, após sucessivos embates entre Isidoro e Cláudio, o soberano faz a seguinte pergunta:

(cont. col. iii, L. 8- 12)

“Cláudio César: Isidoro, você é mesmo filho de atriz?”

Isidoro: Eu não sou nem escravo, nem filho de atriz, mas ginasiarca da gloriosa cidade de Alexandria. Mas você é o filho rejeitado da judia Salomé!”

O trecho demonstra certa ironia na fala do Imperador, já que chamar Isidoro de “filho de atriz” seria chamá-lo de mentiroso. Esse pedaço é tipicamente retórico, pois Isidoro se aproveita da própria argumentação de Cláudio para invertê-la e acusar o Imperador (desmerecendo sua ascendência) e expor sua própria posição de prestígio em Alexandria. A acusação ao Imperador de ser “filho rejeitado da judia Salomé”, talvez servisse para enfatizar ainda mais a origem nobre de Isidoro. Os editores do documento não entraram em consenso com relação à curiosa menção a Salomé e nem à qual Salomé estaria se referindo, pois era um nome comum nos círculos reais da Judéia. Musurillo propõe que não se deve, nesse trecho, procurar uma “exatidão histórica”, mas entendê-lo como uma espécie de “jargão” que circularia pelos clubes e ruas de Alexandria ²⁴⁰. Acreditamos que se pretendia, com isso, desprezar a ascendência do Imperador em contraste com a pretensa origem ilustre do alexandrino.

Ainda nesse trecho, procura-se demonstrar a nobreza de sua posição, diretamente associada à exaltação de Alexandria. A nota introdutória sugere que o episódio descreve uma audiência de Isidoro diante do Imperador e contra Agripa, mas nessa versão, nada se menciona a respeito do judeu e nenhuma fala é dirigida a ele. Fica claro, entretanto, que a situação em Alexandria não era pacífica, pelo tom dramático do início do depoimento de Isidoro. E como a fala era dirigida contra Agripa, pressupõe-se que “os sofrimentos da cidade” estavam associados a algo ocasionado pelos judeus.

Na versão B, quando se cita Agripa, o Imperador responde a Isidoro num tom declarado de indisposição ao alexandrino e o acusa de perseguir o rei judeu. Isidoro responde então, da seguinte forma: (cont. col. iii, L. 13- 17) *“Isidoro: Meu Senhor César, que [te importa] um judeu de três dracmas como Agripa? Cláudio César: O que [afirmas]? Você é o [mais insolente] de todos os homens!”*. A expressão usada para se referir a Agripa, manifesta a intenção do alexandrino de classificá-lo como um judeu de pouco valor, sem escrúpulos, que não merecia a defesa do Imperador. E com isso, destacar que a atenção do Príncipe deveria se voltar para os anseios de seu grupo.

Nessa versão estão ilustradas (em comparação com a A) as razões para o julgamento de Isidoro, acusado de algo que teria cometido contra o rei Agripa. O

²⁴⁰ Idem, pp. 131 e 132.

alexandrino se defende ressaltando os problemas que estavam ocorrendo em Alexandria. Como as acusações do Imperador se dirigem contra Isidoro, não há explicação sobre quais seriam os motivos de queixa do alexandrino. Já na versão A nada mais se menciona a respeito de Agripa e a crítica ao judaísmo fica explícita na desprezível alusão à Salomé. No entanto, a preocupação principal parece ser mesmo o desafio a Cláudio. A recensão A termina com a fala ofensiva de Lampo (alexandrino companheiro de Isidoro e também polêmico, segundo as palavras de Fílon, mas não se sabe o seu papel nesse texto). Lampo tinha se manifestado anteriormente dizendo que estava prevendo a morte e agora reforça: (cont. col. iii, L. 13- 17) “*Lampo disse a Isidoro: Mas nós podemos também nos entregar a um rei transtornado? Cláudio César: Aqueles que eu chamei para condenar à morte Isidoro e Lampo.*”

O trecho indica a decisão já tomada pelo Imperador de condenar os alexandrinos, pois Lampo pede a Isidoro para não argumentar mais e, além disso, chama Cláudio de louco, ou seja, perde completamente o respeito pelo soberano. Essa parte salienta que mesmo que a condenação não estivesse decidida, os alexandrinos não iriam se calar diante da autoridade e, de qualquer forma iriam marcar suas idéias. Na sua última fala, Cláudio parece se dirigir ao executor e não mais aos alexandrinos, pois a decisão de matá-los já estava tomada, e o último desrespeito de Lampo teria sido a “gota d’água” para que a execução fosse logo realizada. Na recensão B, depois que Cláudio acusa Isidoro de perseguir Agripa, o alexandrino insulta o rei judeu, como já vimos acima e Cláudio rebate. Percebe-se então, que nesse texto (recensão B), o objeto de crítica é mesmo o judeu, apesar da fala contra ele ser também dirigida ao Príncipe.

Apesar do estado lacunar da col. ii (recensão B), observa-se que o diálogo entre Isidoro e Cláudio continua e pela presença de vários vocativos, percebe-se que Isidoro ainda estava sendo advertido pelo Príncipe. São citados também “gregos”, mas não é possível precisar exatamente quais, ainda que a simples menção seja algo ilustrativo, pela sua raridade em outros textos dos *Acta*. Além disso, são feitas referências a romanos e alexandrinos. Estar-se-ia tentando estabelecer alguma comparação entre os grupos? Ou então, pretender-se-ia realçar a presença de tantos grupos para marcar ainda mais a importância do julgamento do alexandrino (como já vimos na nota introdutória)? Menciona-se também “ginasiarca alexandrino” em mais duas ocasiões, provavelmente se referindo ainda a Isidoro e com o intuito de firmar a nobreza de sua posição.

Podemos perceber nas duas primeiras versões a complicada situação de Isidoro, mas ele não se intimida, e se aproveita da certeza de sua condenação para expor suas

idéias, num visível tom de desafio. Na versão C os personagens e a situação são as mesmas, mas o texto denota outras preocupações que não a descrição do julgamento de Isidoro. Sua presença parece ter a simples finalidade de elaborar uma crítica mais geral ao judaísmo. A col. i (recensão C) é completamente lacunar e parece ser uma nota introdutória e não um diálogo. A partir do conteúdo sobrevivente, pode-se observar que essa parte não se assemelha ao detalhamento do início do texto nas versões anteriores (que destaca a importância e destaque do julgamento de Isidoro). No entanto, procura sim descrever a formação da audiência, o que é sugerido pelas seguintes citações: “na própria cidade” (L.10) e “eles foram chamados” (L.11). Em seguida, menciona-se ainda: “pelos alexandrinos” e “a nação” (na reconstituição o editor sugeriu “nação judaica”). Nesse primeiro trecho, já poderia ser a intenção do autor mencionar o cenário de disputa entre os grupos. Há ainda, no fim dessa coluna, uma curiosa alusão à Poseidon, mas não é possível saber em que contexto. O estado fragmentário dessa primeira coluna não nos permite ir além dessas sugestões.

A col.ii já se inicia com uma resposta de Isidoro à fala de Agripa e do tal Balbilo. Não necessariamente eles teriam se pronunciado na col.i, pois o conteúdo restante não deixa sinais de diálogos. Entretanto, se percebe na maioria dos textos dos *Acta* que mesmo quando se trata de um diálogo com o Imperador, ou de uma disputa entre os grupos, o destaque maior é sempre dado à fala dos alexandrinos. Por isso, não era necessário e, nem importante, expor as falas dos outros envolvidos. A col. ii é interessante e ilumina pontos que nos são centrais, por isso vale a pena citá-la integralmente:

(col.ii, l.19-30)

“Isidoro: Meu Senhor Augusto, considerando seus interesses, [Balbilo] argumenta bem. Mas a ti Agripa, eu desejo replicar sobre o que introduzes [a respeito dos judeus]. Eu os acuso de [desejar atormentar] o mundo inteiro. É necessário [considerar] a comunidade de maneira geral. Ela não é do mesmo temperamento dos alexandrinos, mas vive mais ao modo dos egípcios. Eles não são iguais àqueles que pagam os impostos?”

Agripa: Os pagamentos foram estabelecidos aos egípcios pelos seus dirigentes. Mas ninguém (cobrou) deles.”

É nítido o desprezo pelos egípcios na fala dos alexandrinos, mas também nas palavras do judeu Agripa. Não fica claro, entretanto, o que seria “temperamento”, “estilo” e “nível” em que se igualariam judeus e egípcios em contraste com os alexandrinos. Provavelmente a referência diria respeito ao seu comportamento “menos civilizado”, que os deixaria num nível abaixo dos alexandrinos pela sua herança cultural.

Estrabão define, a partir da narrativa de Políbio, os nativos egípcios como um setor da população alexandrina de temperamento difícil e não inclinados para a vida cívica (Estrabão. *Geografia* 12-13). Tal visão era algo cristalizada nos escritos da época; os egípcios eram caracterizados como o estrato da população de menor *status*. Até no tempo de Caracala, em um trecho de uma Carta que teria enviado ao país, o Imperador afirma que as maneiras pouco civilizadas desses homens rapidamente revelam que são egípcios (Extratos de uma carta de Caracala. *Select Papyri* II, p. 91-93).

É interessante estabelecer aqui um rápido paralelo com a versão de Josefo a respeito da Carta de Cláudio. O historiador judeu manifesta os direitos de seu grupo e tenta aproximá-los ao *status* dos gregos da cidade, visão a que a recensão C dos *Acta Isidori* claramente se opõe. Josefo sublinha que o Imperador afirmou ter consciência que os judeus de Alexandria eram chamados de alexandrinos desde os tempos mais remotos, juntamente com os gregos da cidade e teriam também recebido de Augusto os mesmos direitos civis garantidos pelos reis, como mostram seus documentos e seus editos. Augusto confirmou aos judeus ainda, o direito de seguir seus próprios costumes segundo suas tradições mais antigas (Flávio Josefo. *Antiguidades Judaicas* 19. 278-285). Na explicação de Josefo, há uma tentativa de aproximar judeus e alexandrinos, mas com relação aos egípcios nada é dito, silêncio que pode indicar seu descaso pelo grupo ou apenas que eles não eram alvo de sua atenção.

Nos *Acta Isidori*, nada se comenta a respeito das práticas religiosas judaicas, a preocupação em marcar as disparidades entre os grupos se manifesta quando surge a questão referente ao pagamento de impostos. No entanto, o alexandrino deixa claro que a diferença entre as culturas teria raízes mais profundas, como vimos quando ele se refere ao seu temperamento e modo de viver distinto. Mas a narrativa é breve com relação a esse ponto, afirma-se apenas que o modo de os judeus viverem (semelhante aos egípcios) deveria resultar no pagamento de impostos, dos quais os alexandrinos seriam liberados. Ou seja, a comparação com os egípcios serviria para deixar os judeus na mesma situação daqueles no que concerne à taxação.

Isidoro expressa o seu descontentamento geral em relação aos judeus, como vimos no trecho acima (“de maneira geral”). Falar de um grupo social como um bloco comum, mesmo indicando a existência de exceções, já pressupõe problemas com o grupo como um todo. No início, Isidoro demonstra que a insatisfação com o judaísmo tinha raízes mais profundas, mas com a continuidade da argumentação, ele deixa explícito que o cerne de sua preocupação é realmente a cobrança de impostos. Agripa responde que os egípcios foram cobrados pelos seus dirigentes anteriores, provavelmente se referindo aos Ptolomeus. A fala indica então que, antes dos romanos, os judeus eram isentos ou pagavam menos, e nesse momento, em virtude dos protestos dos alexandrinos, deveriam começar a pagar, o que teria sido um grande motivo de insatisfação da comunidade judaica em relação aos seus vizinhos que tinham a cidadania alexandrina (os únicos completamente isentos).

Com relação à presença de Agripa nos *Acta Isidori*, algumas palavras devem ser ditas. Vimos a descrição de Filon a respeito de sua visita à Alexandria no tempo de Calígula e o desprezo com que a população alexandrina o tratou. Mas Isidoro não estaria sendo acusado por Cláudio por uma ocorrência tão anterior. Tratar-se-ia aqui, provavelmente, de outra situação com o rei judeu. Josefo descreve detalhadamente a vida do rei Agripa: ele conquista uma amizade com Calígula ainda antes de ser Imperador, e quando este ascende ao poder, Agripa dele recebe algumas tetrarquias para reinar (Flávio Josefo. *Antiguidades Judaicas* 19. 163- 274). O autor narra as boas relações que Agripa firmou com Cláudio, pois quando o Senado reagiu à sua ascensão ao Império, o rei Judeu teria mediado a situação de forma muito sábia (Josefo. *Guerra dos Judeus* 2. 203-221). Cláudio confirmou então, o reinado de Agripa e o expandiu com outros domínios, o tornando rei de toda a Judéia, que governou por três anos antes de morrer em 44 a.C. (Josefo. *Antiguidades Judaicas* 19. 274). Dessa forma, o rei Agripa I poderia estar presente no episódio apenas se este fosse situado nos primeiros anos do reinado de Cláudio. Alguns autores sugerem que um novo problema de Agripa com o mesmo alexandrino teria certamente sido relatado por Josefo. Como isso não ocorreu, o personagem teria sido incluído no relato apenas para realçar a importância do caso e conceder-lhe legitimidade²⁴¹. De qualquer maneira, a presença ou não do rei não compromete a intenção do relato de propagar uma imagem negativa a seu respeito e da comunidade judaica.

²⁴¹ Idem, p. 123.

Pelo fato de a caracterização de Isidoro ser proveniente de Fílon, que era declaradamente partidário dos judeus, é provável que esta seja um pouco exagerada, pois sua intenção era defender o judaísmo e realçar a culpa dos alexandrinos no conflito. De todo modo, é perceptível nos dois relatos a definição de Isidoro como um homem de destaque e polêmico na cidade e que rapidamente se posicionava contra autoridades ou problemas em Alexandria. Sua presença em vários documentos dos *Acta* também evidencia o seu papel central na condução das negociações e embaixadas ao Império. Consequentemente, talvez esses textos tenham sido escritos para servir de contraponto ao relato de Fílon e explicitar a versão dos alexandrinos a respeito de Isidoro, para promover a sua defesa e preservar a sua memória.

Nota-se aqui uma preocupação semelhante à do “Papiro da Boulé”, mas diferentemente deste, nos *Acta Isidori* não se pretende um silenciamento a respeito dos alvos de crítica. Como no anterior, observa-se o intuito de “isolar” o grupo de alexandrinos em relação aos outros grupos sociais da cidade, mas isolá-lo principalmente por questões políticas e de *status*, para que fossem os únicos a ter preponderância diante dos romanos. Como o “Papiro da Boulé”, tratar-se-ia de uma petição, o tom é mais ameno e provavelmente por isso, mais cuidadoso em não deixar claro o objeto de contestação. Nos *Acta Isidori*, como o alexandrino já estava condenado, o objetivo do relato seria explicitar os motivos de insatisfação de Isidoro. Observa-se, também, que no Papiro a petição foi realizada por cidadãos alexandrinos, mas não se sabe se membros do Ginásio ou não (a cidadania era pré-requisito para a entrada no Ginásio, mas a associação na instituição era apenas uma das formas de obtenção da cidadania e não a única). Em outras palavras, a seleção para o Ginásio era ainda mais restrita que a concessão da cidadania. Nesse sentido, nos *Acta Isidori* observa-se o início de uma maior delimitação do grupo de distinção que representaria a cidade, que começa a se restringir aos membros do Ginásio.

Se cruzarmos as informações presentes nas três recensões dos *Acta Isidori*, além dos elementos que dispomos sobre Isidoro em Fílon e na “Entrevista com Flaco”, observa-se que a maior preocupação era a exaltação e afirmação da importância de Alexandria e de seus cidadãos de mais distinção. O anti-judaísmo começa a se manifestar em virtude da explosão de problemas cívicos e os grupos cobram do soberano decisões nesse sentido, que resgatariam a proeminência da comunidade seleta de alexandrinos. Apesar da fala ao Príncipe ser respeitosa na recensão C, nota-se a

tentativa de o indispor com os judeus e cobrar dele uma atitude em relação a isso, ou seja, o papel de Cláudio como juiz dos alexandrinos fica mais marcado.

No *P. Oxy. Ind.: Acta Diogenis* a situação é bem confusa, percebe-se, contudo que a intenção principal do relato é discutir a condenação de Diógenes, cidadão alexandrino que não estava presente. Da primeira coluna muito pouco restou, mas nessa parte o Imperador Nero é citado duas vezes, então se supõe que ele seria o soberano criticado na época. O Ginásio é também mencionado em dois momentos, e em ambos com preposições que indicam movimento, o que sugere que a narrativa se refira a algo que lá estivesse ocorrendo, que teria gerado os problemas com Nero. Cita-se também, no final do texto um “líder que procura eles”. É provável que se tratasse do líder do Ginásio, no entanto, o estado lacunar da col. i não nos permite concluir isso. Na continuidade do texto pode-se inferir que era descrito algum problema entre Nero e o Ginásio, provavelmente os homens procurados pelo tal líder estavam em complicada situação com Nero. A col. ii segue com o pronunciamento de outro alexandrino, que parece estar se manifestando em defesa de Diógenes, mas também realça a “parcela de culpa” do alexandrino:

(col. ii, l. 15-25)

“Diogenes, nem censurando então e nem censurando agora. Pois talvez ele também devesse ter sido punido e arruinado. Mas acredita no seu presente silêncio. Doze anos atrás, ele não criticou César? O considerando um juiz bem disposto, mas que teve a ira provocada e se irritou contra os que eram de alguma forma ricos e de categoria nobre? César não foi criticado?”

O orador justifica que apesar de Diógenes ter feito críticas ao Imperador, ele o respeitava e aceitava como “juiz”. Subentende-se que o Príncipe não soube aceitar as críticas e se irritou com o que ouviu, e por isso, Diógenes estava sendo julgado. Nesse sentido, ele seria inocente, da mesma forma que o outro condenado era (infere-se isso pelo “também”). O trecho sugere a falta de clemência contínua da política imperial, naquele momento, com outro imperador, e no Principado do momento, sob Vespasiano. Outra possibilidade é que doze anos antes Diógenes teria feito alguma petição ou reclamação aos romanos, no entanto, tal petição teria sido interpretada na época como crítica ao antigo César. Indica também que a crítica não teria sido dirigida diretamente a ele, que por ser facilmente irritável contra aqueles de *status* nobre, as atribuiu para si

mesmo. Assim, acusou Diógenes, que considerou a sua reação despropositada, interpretando-a, ainda, como crítica a todo o seu grupo de origem nobre.

O segundo trecho é também confuso e parece ser a fala do mesmo alexandrino em defesa de Diógenes, que estaria exilado em algum lugar depois de ter sofrido muito, esperando apenas o momento de sua morte chegar. Parece que ele já tinha sido condenado, mas preferiu esperar o fim em algum lugar afastado, onde ninguém pudesse vê-lo, o que o falante considera ainda mais sofrível; vê-lo morrer na solidão e em terras distantes. Apesar da nebulosidade do trecho, sua dramaticidade é notável, talvez com o intuito de fazer o Imperador repensar a condenação de Diógenes e conquistar piedade para o lado alexandrino, além de mostrar novamente a falta de flexibilidade dos romanos. O seguinte trecho sugere que Vespasiano estava reticente quanto à condenação de Diógenes, mas o outro falante, contra Diógenes, parece ter a intenção de reforçar sua decisão, como vemos a seguir:

(col. iv, l. 40-49) “ *(meu Senhor) seu espírito heróico; dedique-se a essa resolução: é a sua vida que está sendo atacada; seu trono que está sendo acusado. O homem que, dessa maneira, mente a teu respeito não deve (continuar a) viver.* ”

O orador termina seu pronunciamento dizendo que até perdoa o Príncipe pelos seus “costumes antiquados”, mas ressalta que sua falta de atitude desonraria a sua reputação e o deixaria em contraste e desvantagem com relação àqueles imperadores de “outros tempos”. A comparação sugere que aqueles de outras épocas nunca agiriam assim, tendo esse tipo de dúvida ou dilema, ou seja, seriam mais decididos. O trecho pode indicar um novo momento da política imperial, pois com Vespasiano encerra-se a sucessão imperial da casa júlio-cláudia. Talvez a comparação seja nesse sentido: o de tentar diminuir a legitimidade de seu reinado em contraste com os antigos imperadores. Apesar de sutil nas críticas, nota-se nessa fonte, principalmente na última fala, um questionamento de certas práticas romanas, colocado nas palavras de alguém supostamente partidário do Império.

É interessante apresentar as considerações de Josefo e Dion Cássio a respeito da peculiaridade com que os alexandrinos trataram Vespasiano, pelo papel marcante que a cidade teve na sua ascensão ao poder. Josefo relata que quando Tito e Vespasiano se tornaram “os mestres do mundo habitável” depois da Guerra da Judéia (entre 66 e 73 d.C.), alexandrinos e antioquinos solicitaram a anulação do direito dos judeus à

cidadania, o que os romanos não concederam. Josefo diz que teria sido fácil que os imperadores mantivessem um ressentimento contra os judeus em virtude da Guerra, mas seus direitos anteriores lhes foram garantidos, o que pode ter indignado as poderosas comunidades dos gregos das respectivas cidades (Josefo. *Antiguidades Judaicas* 12. 121-124).

Depois do término da Guerra da Judéia, Vespasiano, o general que tinha tido mais destaque no desenrolar do conflito, conseqüentemente, ansiava pelo governo do Império, enviou uma carta a Tibério Júlio Alexandre (Prefeito de Alexandria) com a intenção de obter o apoio do Oriente na sucessão imperial. O Prefeito fez grandes preparativos para a chegada de Vespasiano na cidade e começou a espalhar o boato de que ele se tornaria o novo Imperador (Josefo. *Guerra dos Judeus* 4. 614-619). Quando chega à Alexandria, Vespasiano é recebido com as boas notícias de Roma, de que era o novo imperador do Oriente, além de embaixadas do mundo inteiro, mas “aquela cidade, apesar de segunda apenas para Roma em magnitude, se provou muito limitada para o trono”. (Josefo. *Guerra dos Judeus* 4. 656-658). Dessa forma, Vespasiano foi proclamado Imperador antes em Alexandria que em Roma. Dion Cássio relata que por tal motivo, os alexandrinos esperavam grandes recompensas do Imperador como mostra de gratidão, mas ao invés disso, ele renovou algumas taxações que já haviam caído em desuso, aumentou outras já em vigor e introduziu ainda novas cobranças. Tudo isso fez com que os alexandrinos manifestassem um profundo ódio à Vespasiano (Dion Cássio. *História Romana* 65.8-9).

Daremos agora um pequeno salto temporal até o *P.Oxy. 1242: Acta Hermaisici*, texto referente ao reinado de Trajano, outro momento do Império muito mencionado nos escritos dos *Acta*. O documento narra mais uma disputa entre alexandrinos e judeus e, na nota introdutória, afirma-se que os judeus formaram sua embaixada após terem conhecimento que os alexandrinos estavam enviando a sua. Como nos *Acta Isidori*, há aqui um grande detalhamento e são citados todos os membros das duas embaixadas. Chama a atenção nessa parte o seguinte trecho: (col. I, l. 16-18) “*Eles então, partiram da cidade, cada um levando consigo seus próprios deuses, os alexandrinos (um busto de Serápis, os judeus).*” Como na continuidade do texto se realça a importância da presença de Serápis, Musurillo completou a lacuna indicando que ela era a divindade que foi levada para representar os alexandrinos. Destaca-se que cada grupo teria levado uma representação, então é realmente provável que na lacuna se especificasse que representação de seu deus os judeus teriam levado. O trecho sugere uma complicada

questão: se o judaísmo era tão conhecido nesse meio por suas práticas distintas, como o autor do texto seria ignorante justamente a respeito de algo tão central para a fé judaica? Refere-se ao fato de os judeus não aceitarem o culto a imagens? Ou ele teria mencionado tal questão justamente para marcar o diferenciamento do judaísmo em relação às crenças pagãs e estabelecer a identidade entre romanos e alexandrinos? Faria isso, para tentar demarcar a diferença dos judeus e deixá-los em desvantagem diante dos romanos, enfatizando a estranheza de suas tradições. Ou ainda, como Roberts sugeriu, os judeus estariam carregando a Torá e o autor ou narrador do texto teria feito uma pequena “confusão” ao se referir ao livro sagrado dos judeus como uma divindade²⁴². As possibilidades acima devem ser consideradas. No entanto, muito peso foi dado a tal questão, com base no que estaria escrito presente numa lacuna e não pode ser confirmado. A menção aos grupos que levavam seus deuses consigo pode simplesmente significar que cada grupo estaria se encaminhando a Roma confiando na sua própria fé, que os protegeria diante dos romanos, e não necessariamente se referindo a representações físicas de seus deuses.

A narrativa continua realçando que Trajano receberia os alexandrinos em desvantagem, influenciado por Plotina. Relata-se que todos os presentes estariam inclinados a favor dos judeus antes mesmo de se iniciarem os embates. O Imperador recebe a embaixada alexandrina com a seguinte fala: (col. ii, l. 35-37) *“Vocês me cortejam como se merecessem um cumprimento no mesmo nível, (depois) do sofrimento tal a que vocês submeteram os judeus!”*.

O favorecimento declarado aos judeus é muito suspeito, ainda mais num contexto supostamente acalorado entre os grupos (antes da revolta de 115-117 d.C.). O autor do texto poderia, com tal afirmação, querer expressar a situação de desvantagem dos alexandrinos diante de um Imperador obviamente partidário dos judeus.

Depois das primeiras palavras de Trajano, há uma grande lacuna e na seqüência novamente uma fala do Imperador, que inicia remetendo a algo que o alexandrino teria dito antes. Pelo modo com que o Príncipe se dirige a ele, pressupõe-se a gravidade da primeira afirmação de Hermaisco (da parte lacunar). Trajano responde da seguinte forma:

(col. iii, l. 40-50)

²⁴² Idem, p. 175.

“[Trajano:] Você deve estar ansioso para morrer, e desprezas a morte de tal forma, respondendo com insolência.

Hermisco disse: Porque, nos perturba ver que o seu Conselho Privado foi invadido por judeus ímpios.

César disse: Esta é a segunda vez que lhe aviso, Hermisco: tu estás me respondendo de maneira insolente, tirando proveito do seu nascimento.

Hermisco disse: ‘O que você quer dizer, que eu te respondo de maneira insolente, maior dos imperadores? Explique-me isso.

César disse: Sugerindo que meu Conselho está repleto de judeus.

Hermisco: Então a palavra ‘judeu’ é difícil de suportar para você? Nesse caso é melhor você ajudar seu próprio povo e não exercer o papel de advogado de judeus ímpios.”

Nesta parte fica nítido o jogo retórico que Hermisco pretende, pois inverte a situação para demonstrar no próprio Trajano uma posição preconceituosa em relação ao judaísmo. Ou seja, basta uma pergunta de Hermisco para evidenciar no Príncipe toda a idéia que o alexandrino deseja enfatizar em sua argumentação, não sendo mais necessário recorrer a explicações complexas. O Imperador responde exatamente do jeito que Hermisco espera, ou seja, ele mesmo declara o seu preconceito sem perceber. Podemos interpretar a questão de dois modos: ou ele “compra” o artifício retórico de Hermisco ao demonstrar no próprio Imperador um sentimento anti-judaico. Ou ainda, a sua indignação se expressa pela sua pretensão de se manter imparcial e não favorecer nenhum grupo. Assim, quando Hermisco o acusa de favorecer o judaísmo, o soberano se mostra irritado. Nesse ponto, o alexandrino chega onde queria: de inverter a argumentação de Trajano, se utilizando de sua própria fala para expor justamente a reclamação dos alexandrinos. Nota-se, nessa parte, a indignação quanto aos judeus, mas as soluções para os problemas são cobradas do próprio Imperador e o tom com que Hermisco se refere a Trajano demonstra o intuito de desafiá-lo. Ou seja, observamos aqui um descontentamento misto em relação a romanos e judeus, mas a crítica a ambos tem raízes diferentes, e por isso, se expressam de forma desigual.

Pode-se notar também no trecho acima uma tentativa de identificação cultural entre alexandrinos e romanos ao se salientar a distinção do judaísmo em relação à identidade dos outros dois grupos. Os alexandrinos estariam se queixando do espaço que os judeus

estariam conquistando entre os romanos, o que novamente parece um ressentimento referente às novas definições de *status* adotadas, que acabaram abrindo o “leque” da cidadania alexandrina e das possibilidades de aproximação do Imperador. E nesse processo, os alexandrinos já não seriam tão favorecidos como antes (mesma motivação do “Papiro da *Boulé*” e da recensão C dos *Acta Isidori*). Observa-se, nesse texto, um protesto do grupo do Ginásio referente às estratégias do poder imperial, já que a preocupação central não é apenas relacionada à Alexandria, mas a questões políticas de maior alcance, relativas a Roma.

Após as últimas palavras de Hermaisco, o diálogo é interrompido por uma nota narrativa dizendo que nesse momento o busto de Serápis (que os alexandrinos teriam trazido) caiu repentinamente e se quebrou. O ocorrido deixou Trajano estarrecido, além da multidão, que assustada com o fato, começou a correr para longe do local. A impressão é que essa foi a forma que o autor do documento encontrou para favorecer os alexandrinos, já que o Imperador estava mesmo em situação de desvantagem na condução da discussão. Assim, a divindade, de alguma forma “encerrou o assunto”, confirmando ainda mais o rumo que a argumentação de Hermaisco estava tomando.

Como na “Entrevista com Flaco”, a divindade Serápis recebe nesse texto um papel central, concedendo legitimidade, proteção e razão ao lado alexandrino. Ou seja, seu culto pode ser considerado um elemento essencial na estruturação da identidade alexandrina e na memória que se procuraria perpetuar a respeito de seus cidadãos por excelência, que melhor representariam os anseios da cidade, os membros do Ginásio.

Vimos mais acima semelhante jogo retórico nos *Acta Isidori*, que aparece em maior escala nos *Acta Hermaisci*. O trato dos imperadores, respectivamente Cláudio e Trajano e a forma com que se dirigem aos alexandrinos é também muito aproximado, como também é o modo com que os acusados se dirigem a eles. A forma de se colocar para o Príncipe é cordial e respeitosa num primeiro momento, mas o tom de desafio fica nítido no decorrer dos textos, depois que os imperadores se mostram partidários dos judeus e deixam claro que os alexandrinos (Isidoro e Lampo, e depois Hermaisco) estavam em situação complicada e com a condenação praticamente certa. O cenário dos *Acta Hermaisci* é visivelmente de maior gravidade, pelo tamanho das embaixadas dos dois partidos que Trajano recebe. Mas como nos *Acta Isidori*, a partir do momento que o texto se inicia, não parece mais se tratar de uma embaixada, já que os judeus não têm voz e os imperadores se pronunciam de forma mais breve que os alexandrinos.

Observa-se que o objetivo nos dois textos é retratar os imperadores como partidário dos judeus e pouco dispostos a ouvir sobre os problemas de Alexandria, de que os judeus eram causadores. A indignação diante da comunidade judaica é evidente, mas se cobram do Imperador soluções para os problemas e é a ele que os diálogos se dirigem. Ou seja, realça-se o seu papel como juiz de todos os “mundos” que conviviam em Alexandria, contudo, destaca-se também a sua parcialidade como tal. A intenção é denunciar que a comunidade judaica trazia problemas para Alexandria, embora o poder para resolvê-los estivesse nas mãos do Imperador, que nada fez.

Os *Acta Pauli et Antonini* se inserem no contexto imediatamente posterior à revolta de 115-117 d.C., quando os problemas entre alexandrinos e judeus ainda estariam repercutindo em Alexandria e se exigem do soberano soluções para as difíceis polêmicas na cidade. Nesse documento é perceptível o cenário ainda mais tenso entre os grupos que nos *Acta Hermaisci*, pela dimensão que a revolta atingiu, mas não se sabe ao certo se o Imperador presente era ainda Trajano ou já Adriano.

Na col. i menciona-se um certo rei que teria sido ridicularizado pelos alexandrinos no palco dos mímicos. A primeira parte narra uma discussão a respeito do episódio, e o narrador parece ser alguém partidário dos alexandrinos, que estava presente ao ocorrido. As próximas dez linhas são substancialmente lacunares, mas ao que tudo indica, trata-se da continuidade da narrativa. São citados sessenta homens e pela seqüência do texto na col. ii, pressupõe-se que seriam os que foram presos. É difícil saber qual a relação entre a prisão dos sessenta homens e o tal rei ridicularizado, já que nada mais se fala a seu respeito no decorrer do texto. Talvez o episódio do rei tivesse desencadeado o desentendimento entre os grupos e resultado no conflito, sendo então o pretexto inicial para a confusão, que resultou finalmente no julgamento de Paulo e Antônio. Ou seja, os alexandrinos julgados por terem se envolvido em problemas com os judeus, seriam os mesmos responsáveis pelo deboche do rei, que deveria ser algum líder da comunidade judaica.

É interessante estabelecer aqui um paralelo com o discurso de Dion Crisóstomo (Dion Crisóstomo 3.32). O orador caracteriza a população alexandrina como um povo pouco comedido, que tinha dificuldades de se manter silencioso e facilmente protestava por algo. Tinham também tendência à frivolidade, ócio e boa vida. E principalmente na multidão, em espetáculos públicos e no teatro, eles revelavam o seu verdadeiro caráter. Dion profere o seu discurso em virtude de algo que teria ocorrido no teatro, e avisa que em decorrência das atitudes dos alexandrinos eles não estariam em boa situação diante

dos deuses. Suas ações resultariam apenas em ambições sem freio, extravagâncias e fracassos. Ele promove um relato elogioso a respeito de Alexandria, mas esclarece que as mesmas qualidades não se aplicam aos seus habitantes. Dion avisa aos alexandrinos para reconhecerem tudo de bom que o Imperador teria feito pela cidade recentemente. E garante que se eles se comportassem bem, teriam o reconhecimento do Príncipe, que além de não se arrepender de sua generosidade, concederia ainda novas benfeitorias à cidade. O discurso de Dion Crisóstomo (apesar de anterior aos *Acta Antonini et Pauli*) como também a ridicularização de Agripa, narrada por Fílon (citada acima) e a presente fonte, sugerem que deboches públicos a autoridades que os alexandrinos não respeitavam eram uma espécie de tradição na cidade.

A col. ii começa com a fala do Imperador (referido como César) aos judeus, mas logo há uma lacuna de cinco linhas, de que se lê muito pouco. Menciona-se que a “guerra foi iniciada” (L.6) e na seqüência, algo a respeito de “estrangeiros” (L. 7). Tratar-se-ia, provavelmente, da polêmica entre judeus e alexandrinos, e embora lacunar, o trecho sugere a gravidade da situação. Segue-se o diálogo entre os grupos esclarecendo o que teria ocorrido. Os judeus acusam os alexandrinos de terem cercado e machucado pessoas da sua comunidade na prisão (presos provavelmente por problemas com os mesmos). César ressalta já estar ciente de todos os fatos e enfatiza que apenas os alexandrinos realmente culpados seriam perseguidos e condenados. Há aqui mais uma grande lacuna de quinze linhas. Observa-se, entretanto, que o diálogo continua e se inicia com a fala dos judeus. Na seqüência a palavra parece voltar aos alexandrinos, pelas seguintes citações: “o Imperador revela a sua bondade” (L. 14), “os bons” (L. 20), “alexandrinos” (em duas ocasiões – L. 23 e 26), e novamente, “os que foram julgados eram [sessenta] alexandrinos” (L. 25 e 26). Nesse trecho, parece que os dois grupos estariam expondo ao Imperador as suas diferentes versões sobre a origem do conflito.

A col. iii é mais completa e se inicia com a fala dos alexandrinos se defendendo da acusação. Eles dizem que foram os próprios judeus que se machucaram com o objetivo de formar uma falsa acusação contra eles (alexandrinos), que realmente teriam levado a culpa e estariam sendo julgados pelo Imperador. As últimas quinze linhas da coluna são bastante lacunares, mas podemos ainda vislumbrar alguns pontos interessantes. César agora estaria dirigindo sua fala aos judeus (L. 16). Na L. 18 é dito que “quarenta alexandrinos rezam” e na L. 19, novamente são citados alexandrinos. Menciona-se ainda, um edito escrito (provavelmente pelo Imperador – L. 21), “os que erram/perdem são escravos” (L. 24), “os gregos e eu” (L. 26), “os escravos inúteis” (L.

27), “os que fizeram ser reduzidos” (L. 30) e “porque foram reduzidos” (L. 31). Ao que parece, ainda se trataria da fala de César, que consideraria escravos os que tinham causado os problemas na cidade. É curiosa a menção aos gregos, quem seriam? Talvez os mesmos alexandrinos, pois aos olhos do Império esses alexandrinos eram geralmente chamados de gregos.

Apesar do estado também lacunar das col. iv e v, é perceptível que o diálogo continua. Na col. iv, o Imperador se pronuncia novamente e também o alexandrino Theon, com a seguinte fala: “comandava a entregar as armas para outros e bater em retirada” (L.4), e ainda: “soldados” (L.8), “pretório” (L. 9), “permanecer rei” (L. 12) e “Cláudio” (L. 13). O trecho parece ainda a explicação sobre o complexo episódio envolvendo o rei. Na col. v, a primeira fala era dos alexandrinos: “Romanos! Os que serão colocados!” (L. 3). Na seqüência a fala volta ao Imperador: “eu permitirei” (L.5) e há, na col. v uma menção à “César Trajano” (L. 11). Pode tratar-se meramente de uma referência ao Imperador anterior (caso se refira ao reinado de Adriano), o mais provável, contudo, é que se refira a ele, que estaria presente. Muito pouco se pode inferir das cols. iv e v, mas a partir do conteúdo aqui citado pode-se notar a gravidade da situação, e o modo como repercutiu diante do Imperador. Percebe-se também, o grau de envolvimento de um grande número de pessoas naquele cenário.

A col. vi segue com o julgamento dos alexandrinos decretados culpados pelo ocorrido. Observa-se que é dada grande ênfase e dramaticidade aos seus depoimentos nos momentos finais de vida, como vemos no seguinte trecho:

(col. vi, l. 1-29)

“Paulo: Minha única preocupação é pelo tûmulo em Alexandria que eu espero ter. Sendo levado a isso conforme estou, eu não temo dizer a verdade. Escute-me então, César, como alguém que pode não viver mais um dia.

Antonino: Meu Senhor César, eu juro em nome de sua índole que ele diz a verdade como alguém que pode não viver um outro dia. Pois quando estávamos sendo pressionados e tantas cartas lhe foram enviadas dizendo que (o prefeito) tinha ordenado que os judeus ímpios deveriam transferir sua residência para um local em que eles poderiam facilmente atacar fazer guerra contra nossa bem nomeada cidade - se nenhuma carta sobre a questão alcançou suas mãos beneficentes, então a razão para sua palavra imponente está clara. É óbvio que isso foi cometido contra ti, para que você não tivesse evidências dos sofrimentos a que fomos submetidos.

César: Deixe Paulo; mas Antonino (leve preso)."

Como nos *Acta Hermaisci*, Antonino, na sua fala, refere-se aos judeus como ímpios, mas as queixas aqui são associadas aos problemas na cidade que teriam resultado no desentendimento. O curioso é que, se os protestos são de natureza cívica, por que o uso desse substantivo que se relacionaria à pureza e às corretas observâncias da fé judaica? Não se observa o desejo de discutir tais preceitos, ou criticar o judaísmo no nível religioso, associado à prática e manutenção da fé. Refere-se à comunidade judaica como um grupo social diferente dos alexandrinos, embora não se discutam suas crenças e vivência social. A indignação contra eles é declarada, mas se espera do Império alguma atitude sobre tal questão. Os alexandrinos são retratados no documento como vítimas do "ataque" dos judeus. "Bem nomeada cidade" é mais um aspecto que serviria para enaltecer Alexandria e afirmar a superioridade de seus cidadãos em relação aos judeus. Pois o nome da cidade, derivado de Alexandre, demonstraria a sua importância histórica. Ela seria a representante dos ideais helenísticos e herdeira de tudo que a figura do seu fundador teria representado nesse mundo, daí o objetivo de sublinhar sua denominação.

A primeira fala de Paulo também demonstra o intuito de elogiar a cidade e demarcar sua herança, pela importância do seu sepultamento ser lá realizado. Isso deveria ser feito para que a morte do alexandrino ficasse para a posteridade como um exemplo do qual os futuros cidadãos pudessem se orgulhar. Suas palavras salientam a certeza da condenação a que terá de se submeter. No entanto, não se observa a prontidão para morrer, típica dos relatos de martírio. O personagem aproveita a certeza da morte para enaltecê-la e realçar as idéias pelas quais se está morrendo.

Observa-se no depoimento dos dois alexandrinos um conteúdo dramático e enriquecido retoricamente com o objetivo de comover. Além dos elementos para comover, observa-se o tom extremamente cordial diante do Imperador. Enfatiza-se a idéia de que não há porque fugir da verdade, já que a morte está a caminho. Pode tratar-se de um jogo retórico de lançar a idéia da morte certa, mesmo que ela ainda não seja, para dramatizar a situação e, ao menos, legitimar a causa pela qual se está morrendo.

Em comparação com os textos anteriores, palavras de desafio aberto ao Imperador não estão presentes nesse documento. No entanto, o último trecho expressa uma falta de atitude do Imperador quando Antonino reclama da transferência dos judeus

para bairros mais próximos dos alexandrinos, fato de que os alexandrinos teriam reclamado insistentemente ao Príncipe, através de cartas. O alexandrino justifica que a inação do soberano é compreensível se ele não tivesse realmente sido informado do ocorrido. Ele sugere que talvez os fatos tivessem sido escondidos do César para que o sofrimento dos alexandrinos fosse confirmado. Ou seja, os alexandrinos alegam que como nenhuma atitude foi tomada diante da situação, a circunstância permitiu que os alexandrinos fossem vítimas do ataque dos judeus. O trecho pode indicar uma crítica ao Imperador, por não estar ciente de questões tão importantes como essas e por não ter se manifestado quando estava sendo insistentemente requisitado. Paulo é absolvido (suas palavras dramáticas talvez tivessem surtido efeito), mas Antonino condenado, indicando que as acusações a ele eram graves e que, mesmo que dirigidas sutilmente, a crítica que proferiu ao Imperador foi recebida como algo ofensivo.

As cols. vii e viii são mais lacunares, mas podemos observar a dramaticidade da descrição da morte de Antonino. Nesse texto, grande atenção é dada aos momentos finais de vida do alexandrino, o que aproxima esse relato de outros textos de martírio. Apesar do estado lacunar de toda a col. vii, tal fato é perceptível em vários trechos, que relatam que Antonino foi amarrado, pendurado e, depois de tudo, queimado. Mencionam-se ainda, nessa coluna, os judeus (L. 8 e 14), talvez para realçar novamente que eles eram os verdadeiros culpados pelo ocorrido e destacar que o alexandrino teria levado a culpa e morrido injustamente. O vocabulário da col. viii, que é ainda mais fragmentária, deixa em evidência a violência de toda a situação: “os que testemunharam (...)” (L. 2), “se ele matar (...)” (L. 5), “disposição de tropas” (L.10), “perigo (...)” (L. 12).

A dramaticidade que fecha o texto, antecedida pela exposição da complicada situação da cidade e de sua exaltação, procura demonstrar os problemas que os judeus estariam causando a Alexandria e ilustrar como os romanos não estariam sabendo lidar com as complicações.

Apesar da dificuldade de se compreender a situação como um todo, pelo estado lacunar da maior parte do texto, fica claro que já não se tratava de uma pequena disputa entre judeus e alexandrinos (como nos *Acta Isidori* e nos *Acta Hermaisco*). Embora o cenário final descreva o julgamento dos alexandrinos, pode-se vislumbrar no decorrer de todo o relato (inclusive de suas partes mais lacunares) que se tratava de uma situação mais violenta entre os grupos e que envolveu um grande número de pessoas. Ou seja, os problemas estavam alcançando maiores dimensões e repercutindo na cidade em escala

mais significativa. A novidade dessa fonte, em relação aos textos analisados acima é que o intuito parece ser o de denunciar a presença dos judeus como problemática para a cidade como um todo e não apenas para o restrito grupo de cidadãos alexandrinos e membros do Ginásio, que estariam perdendo seus privilégios. Aqui o objetivo de denúncia seria mais amplo. No entanto, o final do texto ainda realça o lugar de destaque de alguns alexandrinos e sua representatividade diante dos romanos, pela voz que lhes é concedida, mesmo antes de morrer. Nesse sentido, grandes problemas enfrentados pelos habitantes de Alexandria deveriam ser denunciados por poucos alexandrinos.

Outra diferença dos *Acta Pauli et Antonini* em relação aos textos anteriores se refere ao fato de os judeus se manifestarem na disputa. Ou seja, não apenas se ressalta a presença da comunidade no episódio (como nos *Acta Hermiasco* e *Acta Isidori*), como também eles se pronunciam. No entanto, como nos anteriores, refere-se a eles como “os judeus”. São, portanto, novamente designados como um grande grupo monolítico e os nomes de seus representantes omitidos.

A questão da cidade vista como a legítima herdeira de Alexandre (pontuada nesse texto como vimos acima), nos leva à análise do peso da cultura grega em Alexandria, sugerido no *P.Oxy. 2177: Acta Athenodori*. Apenas nesse documento nota-se mais explicitamente o objetivo de se aproximar a cultura grega da alexandrina, o que permite que nos perguntemos a respeito do seu papel na definição de uma identidade alexandrina e na formação cultural da elite do Ginásio. Na col. i lê-se:

(col. i, 1.4-18)

César: Vocês são embaixadores de uma cidade estrangeira.

Athamas: Não embaixadores de uma cidade estrangeira, mas nossa. Pois a cidade tem a mesma origem.

César: Peça para alguém convocar Athenodoro para mim!

Athenodoro: Aqui estou, meu senhor, para ouvir a respeito da minha própria alegação.

César: Atenienses e alexandrinos são possuidores das mesmas leis?

Athenodoro: São as mais poderosas de todas as leis, pois têm uma porção razoável de clemência.”

O intuito do Imperador é compreender se foram os próprios alexandrinos que enviaram a petição ou outros que estariam tomando partido da cidade, mas de outras

origens. E quando descobre que o(s) representante(s) da embaixada não é (são) alexandrino(s), o soberano usa isso como fator que destitui a legitimidade da embaixada. Nesse momento, o próprio Athamas realça a semelhança das duas cidades, fato que parece uma novidade ao Imperador, que procura esclarecer o fato com o alexandrino Athenodoro. Este salienta a proximidade das cidades com base na força de suas leis. Ao que parece, através da comparação das duas cidades busca-se reforçar o peso grego da cultura alexandrina.

Ao enfatizar a força da lei grega, o texto promove uma forte identificação cultural entre gregos e alexandrinos. Talvez o objetivo fosse, com isso, estabelecer uma escala hierárquica entre a lei grega e a romana, considerando que a grega estaria acima de todas as outras. Pretende-se, assim, destacar a semelhança de suas culturas aos olhos dos romanos. Mesmo que dentre eles (atenienses e alexandrinos) as diferenças fossem mais bem demarcadas e conhecidas, nesse momento o mais importante era marcar posição diante dos romanos e evidenciar a diferença em relação a eles. Com isso, se ressaltaria a importância de Alexandria e talvez até, pretender-se-ia forjar uma caracterização da cidade como uma nova Atenas, no sentido cultural. Sabe-se que as leis de Alexandria eram realmente derivadas da ateniense, como já vimos no primeiro capítulo, no entanto, isso parece claro aos alexandrinos e não se trataria de algo que deveria ser lembrado a todo momento, já que era algo constitutivo de sua cultura, que com o passar do tempo foi sendo incrementado por aspectos culturais próprios dos alexandrinos. Mas quando a dúvida quanto à questão é colocada nas palavras do Imperador, chega-se ao momento de deixar evidente, com a intenção principal de firmar posição diante dos romanos.

Nos *Acta Athenodori* não estão presentes ofensas explícitas ao Imperador. No entanto, importantes elementos de crítica são sugeridos. Vimos acima que César questiona Athenodoro a respeito da lei dos alexandrinos. Além da tentativa de se aproximar a cultura alexandrina da ateniense, deve-se notar a “ignorância” com que o Imperador está sendo retratado, pois ele busca esclarecimentos de uma questão aparentemente simples na boca dos seus subjugados. Pressupõe-se que os imperadores romanos tivessem um conhecimento mínimo da lei e cultura grega, daí ser estranho ouvi-lo, o líder, pedir esclarecimentos acerca de tal questão ao alexandrino. Supondo que não tivesse mesmo conhecimento, o Príncipe dificilmente manifestaria sua ignorância numa audiência, momento em que ele deveria demonstrar ainda mais sua autoridade e sabedoria. Outro ponto importante do documento é a menção à carga de

clêmência das duas leis (ateniense e alexandrina): o trecho parece um modo sutil de servir de contraponto à falta de clêmência da lei romana. Nesse pedaço há uma lacuna que nos impede de saber a resposta do Imperador a tal comentário.

A col.ii é consideravelmente lacunar, mas ainda podemos notar pontos interessantes. Se na primeira parte do texto a situação parece tranqüila, o conteúdo restante desse trecho indica uma circunstância tensa diante do Imperador, pelas seguintes referências: “jogar um contra o outro (...)” (L. 27), menciona-se também a “carta de Trajano” (L. 28) e ainda: “do mais versado em estórias (...)” (L. 37), “examinará o favor (...)” (L. 39), “os oradores escreveram” (L. 40), “ele tinha conhecido o meu sofrimento” (L.41), “vocês me deram um sinal” (L. 42), “para vós benevolência” (L. 43), “piedade. (...)” (L. 47). É visível a dramaticidade do vocabulário dessa segunda parte, provavelmente nas palavras do próprio Imperador. E se tentarmos relacionar essa parte com o conteúdo da col. i, que ressalta a clêmência da lei grega, talvez aqui o objetivo tenha sido atingido, e o Imperador tenha concedido favor, piedade e benevolência aos alexandrinos. O conteúdo da tal carta, a que “os oradores escreveram”, seria realmente uma petição, e a carta de Trajano a resposta positiva aos pedidos, depois de ouvir a argumentação de alexandrinos e atenienses. Seria Trajano o Imperador presente? Ou seria essa apenas alguma referência a uma carta recebida no seu Principado, mas agora respondida por outro Imperador? Provavelmente o Príncipe era realmente Trajano, pois se sabe da dedicação de Adriano ao conhecimento da cultura grega, conseqüentemente, ele não demonstraria ignorância em relação a aspectos tão centrais de tal cultura. Ou seria o contrário: a curiosidade e o interesse do Imperador em questão pelo universo grego indicam que se trataria de Adriano.

Na seqüência do texto, que pertence a outro fragmento, o Imperador ordenava que os homens de nascimento nobre e inocentes fossem trazidos de volta para ele, “mesmo que eles estejam indispostos”. Essa fala é partidária dos alexandrinos, mas uma ordem como essa não seria dada por eles mesmos, daí ser provavelmente o pronunciamento do Imperador. Ou seja, a exaltação ao grupo seria colocada na sua boca. Segue uma nota narrativa dizendo que César leu a carta que os alexandrinos haviam enviado e depois de reunir amigos e senadores e pedir para Athamas e os outros serem trazidos de volta (provavelmente para comunicar sua resposta final ou decisão referente a tal petição), ele pergunta: (Frag. II, col. ii, l. 66-68) “*Foi a cidade que enviou essa petição ou....?*”. O Imperador procura esclarecer se foram os próprios alexandrinos que teriam enviado a petição ou outros que estariam tomando o partido da cidade, mas

de outras origens (provavelmente se referindo aos atenienses da col. i), que os teriam representado. Mais uma vez fica expressa a falta de conhecimento do Imperador a respeito da situação e um dos objetivos do texto é demonstrar a sua ignorância em relação a aspectos básicos da política romana. No início tratar-se-ia do julgamento de Athenodoro, mas na seqüência, percebe-se que ele seria apenas o alexandrino representante de uma embaixada/petição ao Imperador.

Chegamos enfim, aos *Acta Appiani*, o último texto em escala cronológica e de contestação mais evidente a um Imperador, Cômodo. Já na sua primeira fala, Apião faz uma grave acusação ao soberano de forma direta e sem rodeios; ele expõe ao Imperador o problema da supervalorização que estaria ocorrendo com a exportação de trigo. César demonstra não entender do que Apião está falando e pergunta quem estaria recebendo esse dinheiro. O alexandrino não hesita e acusa o próprio Cômodo de estar recebendo, ou seja, acusa-o de estar tirando proveito dos lucros da importação romana de trigo do Egito. O Príncipe parece não aceitar a denúncia e faz a pergunta para se certificar de que uma grave acusação como essa estava sendo dirigida a ele. O alexandrino confessa não ter certeza, mas afirma que é o boato que estaria circulando, o que torna a denúncia ainda mais grave e desafiante, pois mesmo sem certeza, Apião lança a acusação, algo inconcebível em outros tempos do Império. Nesse momento, o diálogo é interrompido pelo pedido de Cômodo para levar o alexandrino à execução e o narrador entra em ação, acrescentando um conteúdo dramático ao episódio, dizendo que no instante em que Apião estava sendo levado à execução ele vê o corpo de um morto. Claro que a referência seria a alguém morto pelas autoridades romanas e poderia servir para realçar a crueldade e facilidade com que as execuções eram realizadas.

A continuidade do texto (no outro fragmento) começa com a fala de Apião perguntando a Heliodoro se ele nada faria ao vê-lo ser levado à execução. Este encoraja Apião a enfrentar a morte, com as seguintes palavras: (col. i, l. 9-14) “*Heliodoro disse: A quem poderemos falar, se não temos ninguém para escutar? Corra, meu filho, para a morte! A sua glória será morrer pela sua cidade nativa mais querida. Não fique angustiado!*”

Provavelmente a intenção do trecho é mostrar que a decisão do Imperador já estava tomada e que, diante disso, não havia mais nada a se fazer, já que ele não mudaria sua sentença. Esse pedaço do texto tem o intuito de glorificar a sua morte; morrer em nome de Alexandria e por um ideal. No entanto, Apião precisa ser encorajado para enfrentá-la, a prontidão para encarar o fim não está presente. Depois da

exaltação de sua própria nobreza, o Príncipe pergunta a Apião se ele sabe com quem está falando e este mais uma vez o desafia, com as seguintes palavras:

(col. ii, l. 4-13)

“Apião: Eu tenho conhecimento, Apião está diante de um tirano.

O imperador: [Não], mas um rei.

Apião: Não diga nada! Pois seu pai, o divino Antônio, era adequado para ser imperador. Escute: primeiramente ele era filósofo, em segundo lugar ele não era avarento, em terceiro, ele era bondoso. Mas você tem justamente as características opostas: você é tirano, desonesto e grosseiro! ”.

Nesse pequeno trecho, parece ser usado um artifício retórico, já que é o Imperador que dirige a pergunta a Apião e este se aproveita para dizer o que já estaria planejando. Cômico mais uma vez afirma sua autoridade e posição de poder, mas Apião insiste nas suas ofensas e retoma novamente tudo que já vinha dizendo do Príncipe da forma mais clara e direta. Este chama novamente o executor pelo contínuo tom abusivo de Apião, que ainda faz um último pedido. Pelos elogios ao antecessor de Cômico (seu pai Marco Aurélio), tem-se a impressão que a crítica de Apião não é generalizada contra o poder imperial, mas especificamente contra aquele reinado.

Depois de sucessivos embates com o Príncipe, Apião pede a ele que possa ao menos ser executado com suas roupas nobres (provavelmente a vestimenta dos membros do Ginásio), o que o Imperador concede. Nesse momento, o objetivo era realçar a nobreza da posição do alexandrino, para que ficasse para a posteridade. E com o intuito de ter seu pedido aceito, o alexandrino volta a se dirigir ao César num tom respeitoso.

Segue uma nota narrativa carregada de dramaticidade: (col. iii, l. 5-11) *“Apião pegou a sua faixa e a colocou na cabeça, e ao colocar os sapatos brancos em seus pés, ele se lamentou no meio de Roma: ‘Corram, romanos, e contemplem um espetáculo único, um alexandrino ginasiarca e embaixador sendo levado à execução!’”*. Aqui o autor aproveita para propagar várias idéias: a insensatez do Imperador e a falta de clemência do poder romano e também, a importante posição da cidade e dos membros do Ginásio. O tom do texto é de que isso é o “cúmulo do absurdo”: não apenas um alexandrino, mas membro do Ginásio sendo levado à execução. Tal objetivo fica mais nítido ao descrever a perplexidade dos romanos que estavam presentes no cenário; o

oficial imperial reclama da falta de atitude do Imperador diante do ato de Apião, que comoveu a todos. Solicita ainda ao Imperador que faça alguma coisa (subentende-se, não condenar Apião). Com isso, o trecho destaca a falta de legitimidade das atitudes do Imperador mesmo entre os romanos, já que a morte de um alexandrino os teria comovido também.

O Imperador manda Apião ser trazido de volta e este responde de forma visivelmente dramática: (col. iv, l. 3-8) *“Quem foi que me chamou agora quando eu estava novamente me direcionando para a morte e ao encontro daqueles que morreram antes de mim, Theon, Isidoro e Lampo? Foi o Senado ou você, seu chefe de brigada? ”*. O trecho tem um forte apelo dramático. Além disso, é o único texto dos aqui analisados, que faz referência a personagens alexandrinos de julgamentos anteriores. Theon, Isidoro e Lampo são lembrados como exemplos de coragem e honra, e também como provas da falta de clemência da lei romana. Esse pedaço poder ser a chave que liga esse escrito aos anteriores e os caracteriza, senão como um gênero, ao menos como documentos que se articulam de alguma forma e tinham um ideal e público comuns. Pretende-se ilustrar também a união do grupo alexandrino, por meio de todos os condenados pelo Império.

Na seqüência, o Imperador afirma que estava acostumado a castigar aqueles que tinham perdido a noção do respeito e o desafiavam, como era o caso de Apião. Provavelmente sua fala se refere também aos outros alexandrinos condenados pelos romanos, todos devidamente castigados pelos seus atos desrespeitosos e desafiadores. Cômico realça mais uma vez que Apião devia falar apenas segundo sua autorização e adverte que o alexandrino não estava respeitando sua autoridade. Prossegue a discussão entre os dois até que o Príncipe acusa o alexandrino de o estar desafiando insistentemente e de ter perdido todo o pudor, e avisa que ele deveria se pronunciar apenas quando lhe fosse permitido. Apião responde novamente mencionando o seu *status*:

(col. iv, l.13-15)

“Apião: Em nome da sua sorte, eu não estou enfurecido e nem perdi a noção, mas quero me pronunciar em nome da minha nobreza e de [meus privilégios].

O imperador: [E quais são?]

Apião: De categoria nobre e ginasiarca.

O imperador: Então [afirmas] que eu não tenho destaque?

[Apião: Isso] eu não sei; eu estou apenas reportando em nome da minha própria nobreza e privilégios.

[O imperador]: Você não sabe então que...?

Apião: Se você realmente não souber a [verdade], eu te informarei. [Primeiramente, César] salvou Cleópatra ... teve controle do império e, como alguns [dizem], tomou posse.... ”

O Imperador recebe as considerações de Apião como ofensa, já que enfatizando sua posição nobre ele estaria sugerindo a ausência de nobreza do Príncipe. Este assim compreende a fala do alexandrino, no entanto, não parece ser essa mensagem que o alexandrino está querendo transmitir nesse momento. Aqui o objetivo era, principalmente, realçar a importância dos membros do Ginásio. Pode tratar-se de mais um artifício retórico, já que o autor coloca na boca do Imperador coisas que Apião não disse, como se o Príncipe já percebesse a denúncia do alexandrino antes mesmo de acusá-lo diretamente.

É curiosa a menção a César e Cleópatra no final do texto. Talvez o alexandrino estivesse lembrando o Imperador da proeminência que a elite da cidade deveria ter diante dele, devido à aproximação entre César e Cleópatra. Pois a partir daí, Alexandria teria sempre importante posição dentre os imperadores. E quando Apião demonstra que o Príncipe não estava informado sobre a questão, provavelmente o está lembrando da relevância de pessoas como ele próprio. Outra possibilidade nesse trecho é o intuito de evidenciar novamente, mesmo que de maneira sutil, a ignorância do Imperador, daí a alusão ao episódio de César e Cleópatra. Ou seja, Apião informaria o Imperador sobre o “começo de tudo”, sobre o momento decisivo na história Alexandrina. Nesse sentido, é Apião, alexandrino e ginasiarca, a fonte de saber do Imperador. Em suma: pretende-se destacar a sua ignorância até sobre assuntos “chave” do Império e isso seria feito em oposição à sabedoria do alexandrino.

Conclusão

A partir da análise aqui proposta, algumas palavras finais devem ser ditas a respeito das motivações para o surgimento dos textos alexandrinos e algumas de suas principais idéias em evidência. O que os *Acta Alexandrinorum* nos dizem a respeito do cenário romano que se configurou na cidade? Enfim, como os fragmentos alexandrinos têm a colaborar com a historiografia que se produziu sobre a cidade?

Vimos que com a chegada dos romanos, já havia se consolidado em Alexandria um renomado centro de produção cultural. A “intelectualidade” que ali se formara não tinha a intenção de conservar naquele local apenas um cânone literário “tradicional”. Visavam não só a pesquisa e o refinamento de novos estilos literários, mas também o desenvolvimento de novos campos do saber. É certo que os problemas políticos de alguma forma repercutiam nesse ambiente. Consequentemente, o conturbado século final do reinado ptolomaico, bem como a consolidação do comando imperial em Alexandria, influenciou em inúmeros aspectos a vivência que ali se estruturava e fez decair algumas de suas práticas. Porém, apesar de algumas perdas, tinha se constituído na cidade uma cultura letrada de peso, e uma tradição de discussão e aprimoramento do saber, que não se perderia com facilidade.

À “força intelectual” que a cidade conquistou aliar-se a sua importância econômica naquele universo. Além da intensidade das transações comerciais que se realizavam em seu porto, sua importância como maior graneiro do Império era bem lembrada pelos romanos. E sua bem situada posição no litoral mediterrâneo e as várias saídas para o Nilo permitiam uma forte movimentação comercial externa e interna. Somado a tudo isso, a cidade era a segunda maior e mais populosa metrópole do Mediterrâneo, além de capital do Egito, último grande reino conquistado pelo Império. Politicamente, então, foi a cidade que mais ameaçou os projetos imperiais. Em suma: Alexandria intimidava as pretensões romanas e ao mesmo tempo era parte de uma região de fundamental valor para o Império.

Diante de tudo isso, os romanos tiveram que criar estratégias para conviver bem com a população alexandrina, para que não ocorressem grandes mudanças na articulação que se firmara entre os dois territórios. Pensaram então, num “sistema duplo” para se relacionar com seus habitantes: respeitavam o modo de se organizar de sua complexa composição populacional e suas respectivas tradições culturais,

permitindo o funcionamento de grande parte de suas instituições cívicas e religiosas. Mas ao mesmo tempo, criaram formas de impor limites aos seus projetos políticos de maior alcance e que poderiam representar ameaças de qualquer natureza à liderança imperial. A ausência de uma *Boulé* (desativada por Augusto, ou apenas não concedida por ele) na cidade estava diretamente relacionada a tal projeto, como também a presença do prefeito do Egito, nomeado diretamente pelo Imperador.

As maiores inovações eram então políticas, como era peculiar à romanização, já que a tolerância era maior com relação às práticas culturais, sociais e religiosas. Ou seja, a diversidade cultural era respeitada sob a unidade política. Nesse sentido, Alexandria não escaparia ao que era “de praxe” no comando imperial.

Como já vimos, para conquistar legitimidade, os romanos tentaram se aliar aos grupos mais proeminentes de Alexandria, que se sobressaíam pela distinção cultural, que lhes concedia também influência política. As novas definições de *status* que impuseram na Província, visavam beneficiar prioritariamente tais elites, já que provando a ascendência grega, seriam liberadas do pagamento dos impostos. Tal estratégia provavelmente tinha a finalidade de agradar os alexandrinos e “apaziguar” qualquer tentativa de reação. Mas tal propósito não parece ter se cumprido pois, nesse contexto, novas categorias sociais (principalmente judeus) começaram a se infiltrar nos grupos de poder antes restritos aos alexandrinos através das “brechas” que encontravam nas categorias impostas pelo Império.

Os alexandrinos demonstravam, portanto, uma percepção ambígua do poder romano. O dilema era: se aliariam a eles e manteriam sua posição privilegiada, mas, ao mesmo tempo, seriam condescendentes com suas formas de governar; ou encontrariam meios de se contrapor a eles, correndo o risco de ter seu *status* alterado, além de comprometer a posição proeminente do grupo. Essa “indecisão” talvez tenha sido a reação inicial dos alexandrinos ao novo poderio e diante da dúvida, o comando imperial estaria continuamente sendo cuidadosamente avaliado e observado por eles, para compreender o que dele se esperava e analisar até que ponto uma reação seria válida.

Acreditamos que essa teria sido a motivação inicial para a escrita dos *Acta Alexandrinorum*. Na documentação é notável um contexto de entendimento dúbio em relação aos novos líderes, manifestado por um coeso grupo de alexandrinos. Mas mesclavam-se a essas outras preocupações, que se revelariam aos poucos. A distinção dos alexandrinos do Ginásio, conquistada por sua educação, herança cultural e ascendência, permitiu-lhes assumir a liderança política da cidade em inúmeros

momentos. Chegaram, inclusive, a preencher o “vácuo político” representado pela ausência da *Boulé* e alcançaram com isso substantivo espaço na esfera pública de Alexandria. Se no período ptolomaico tal grupo já tinha preponderância na execução de certos projetos cívicos, nesse cenário começaram a se projetar ainda mais como seus representantes políticos diante dos romanos. Percebe-se nos escritos alexandrinos como tais cidadãos do Ginásio consideravam-se os “representantes naturais” da cidade, a sua liderança legítima, que não poderia ser contestada. Diante disso, resta pouca dúvida de que os tais alexandrinos foram os responsáveis pela produção e divulgação dos *Acta Alexandrinorum*.

Podemos observar em vários trechos citados no capítulo três a ênfase na categoria nobre dos membros do Ginásio, em geral através de discursos colocados na boca dos próprios ginasiarcas, mas às vezes atribuídos aos imperadores, que também teriam consciência da posição desses homens. É também recorrente o destaque na importância do cargo vinculado à valorização de Alexandria, como fica mais explícito nos *Acta Isidori* e *Appiani*. Ou seja, nota-se uma tentativa de exaltação da cidade com a finalidade de realçar sua importância, sua história e herança cultural, através da exaltação de seus herdeiros mais “legítimos”, os alexandrinos membros do Ginásio e nativos de Alexandria.

Vemos nas fontes analisadas a tentativa de se circunscrever uma identidade alexandrina a mais restrita possível, privilégio apenas de um seleto grupo de nativos da cidade, que dispunham da mesma nobre herança cultural. A partir de uma definição desse grupo, exaltam-se a força e importância da cidade, concedidas por Alexandre (*Acta Pauli et Antonini*), de quem seria a fiel herdeira, e por sua semelhança com Atenas (*Acta Athenodori*). Apesar da identificação cultural com o passado grego e macedônio, percebe-se nos textos que os habitantes da cidade sempre se referem a si mesmos como alexandrinos. Ou seja, mais do que reforçar a herança grega, pretende-se exaltar a cidade e seus cidadãos de destaque. Esta herança era intrínseca e constitutiva de sua cultura, que já tinha sua força e identidade próprias, daí também o importante papel concedido à Serápis, como a divindade legitimadora dessa cultura (“Entrevista à Flaco” e *Acta Hermasici*). Tal identidade seria reforçada para que os alexandrinos marcassem sua posição diante dos romanos e para denunciar os abusos dos judeus como cidadãos não-legítimos de Alexandria, que, portanto, só estariam sendo causadores de problemas e não poderiam ter os mesmos direitos dos alexandrinos.

Muito é documentado em outros escritos do período sobre os conflitos entre alexandrinos e judeus em Alexandria e os documentos aqui analisados também sugerem a existência desses problemas. Desse modo, a questão envolvendo o judaísmo está presente em alguns textos (*Acta Isidori*, *Acta Hermaisci* e *Acta Pauli et Antonini*), mas não é a preocupação central de muitos deles (“Papiro da *boulé*”, “Entrevista com Flaco”, *Acta Diogenis*, *Acta Athenodori* e *Acta Appiani*). Assim, acreditamos que defini-los essencialmente sob essa ótica é problemático. O anti-judaísmo está claro em inúmeros textos, a documentação indica, entretanto, que a oposição era mais resultante de questões políticas ou cívicas, tendo pouco de conteúdo religioso e étnico. Em alguns escritos, a postura anti-judaica é mais nítida que a insatisfação em relação ao Império. No entanto, também pode ser vista como evidência de indignação referente a mudanças sociais ocorridas na cidade sob os novos dirigentes. É importante ressaltar ainda, que as críticas dos alexandrinos a romanos e judeus tinham raízes e finalidades diferentes, daí serem observáveis também paralelamente. Claro que, sendo os romanos os que ditavam as regras e pela força que representavam, a repulsa em relação a eles era ativa e desafiante, mas também respeitosa, pois as possibilidades de conquistarem posições de prestígio no Império eram consideradas. Em relação aos judeus a repulsa era mais declarada, já que eles não eram os dirigentes, daí a oposição ser vista como menos perigosa do que a aversão aberta aos romanos.

No que se refere às falas atribuídas aos personagens, podemos perceber que apesar de os imperadores estarem sempre presentes nos diálogos e se cobrarem deles atitudes e resoluções para os problemas de Alexandria, em comparação ao espaço concedido à fala dos alexandrinos, os príncipes se mencionam pouco. Além disso, quando a voz é dada aos imperadores, suas palavras acabam geralmente levantando questões que são realmente centrais nos textos e que se pretende enfatizar. Em alguns momentos, suas falas parecem servir apenas para destacar algo que os alexandrinos queriam mesmo salientar, ou ainda, deixar a “brecha” para que eles mesmos possam elaborar alguns assuntos. Por vezes basta uma pergunta do Imperador para levantar justamente os pontos que os alexandrinos pretendiam rebater. Isso seria feito para atribuir aos próprios romanos considerações centrais, para não tornar a fala dos alexandrinos exaustiva, pois isso poderia deixar os textos declaradamente panfletários, e, conseqüentemente, teriam menos legitimidade. Nesse sentido, a presença dos líderes pode servir para dar peso e legitimidade aos textos, como se através dos imperadores os alexandrinos pudessem se fazer ouvir com mais facilidade, já que a presença do

soberano denotaria a importância e alcance das petições e reclamações dos alexandrinos.

O pronunciamento dos imperadores deveria mesmo ser mais objetivo e sem rodeios, já que sua autoridade e posição não permitiam que concedessem atenção em excesso a reclamações específicas dos provinciais. Mas mesmo nessas breves falas, aparentemente objetivas, notamos alguns detalhes de argumentação que parecem estar ali “incluídos” apenas para favorecer e tornar mais fácil as considerações do lado alexandrino. Tal objetivo fica expresso nos trechos enriquecidos retoricamente. Neles, observam-se elementos que visam perceptivelmente convencer o leitor, através da construção de diálogos e argumentações mais elaboradas. Outro aspecto também característico da forma de construção dos textos é a recorrência de detalhes que concedem dramatização aos episódios: são geralmente falas atribuídas aos alexandrinos e notas narrativas. Musurillo acredita que tais elementos dramáticos sugerem que os textos visavam à leitura para grupos²⁴³. Deve-se destacar ainda a coloração mais literária de alguns relatos para reforçar certas idéias, o que não pode servir para negar sua historicidade (“Entrevista com Flaco” e *Acta Hermaisci*).

Diálogos construídos em discurso direto têm comumente a intenção de deixar o leitor se posicionar. Mas nos textos aqui analisados, através da inclusão de notas narrativas e do predomínio das falas atribuídas aos alexandrinos, o objetivo de conduzir o leitor para o lado alexandrino é visível. De qualquer maneira, esse modo de construção dos diálogos se pretendia menos “partidário” e conduzia o leitor para o lado alexandrino mais disfarçadamente, pois pela fala dos próprios personagens o leitor poderia formar sua opinião. A situação ambígua e o trato geralmente cordial com o Imperador poderiam servir para disfarçar a insatisfação, já que os autores dos textos ainda tinham compromissos com os romanos e, caso fossem acusados, teriam formas de se defender e mostrar que não estavam escrevendo contra eles.

Percebe-se que, nos documentos, o Império está personificado na figura do imperador. Seu papel como juiz de todas as comunidades que conviviam em Alexandria é bem realçado. Ele é visto como o “centralizador” das necessidades dos provinciais, a quem eles deveriam dirigir suas queixas e cobranças. Ao menos para os alexandrinos a percepção da liderança imperial estava ainda muito centralizada na sua figura, e parece ser um dos objetivos dos escritos retratar tal questão. É dele que se esperam soluções

²⁴³ Idem, pp. 247-251.

para os problemas que os alexandrinos enfrentam e mesmo quando se pretende alguma crítica em maior escala às estratégias mais gerais do poder romano ou reclamações contra oficiais específicos, nada se compara ao tamanho de seu poder e a possibilidade que tinha de tudo controlar. Não se pretende desmerecer o papel essencial de todos os auxiliares, amigos e oficiais imperiais, que também estão presentes em muitos textos, mas a voz e as decisões finais sempre são colocadas na boca do Príncipe. E como ele era realmente a representação máxima do poder romano, criticá-lo e questionar suas atitudes, além de dirigir ofensas pessoais a ele, já representam o intuito de resistir ao Império e propagar alguma reação.

Em muitos casos as críticas são dirigidas a elementos isolados do Império ou a imperadores específicos (principalmente na “Entrevista com Flaco” e *Acta Appiani*). Na maioria dos textos, no entanto, estão ausentes os nomes dos príncipes (o que em muitos casos dificulta a contextualização mais precisa dos escritos) e de outras autoridades romanas criticadas, isso se contrasta com os nomes dos alexandrinos, que estão sempre presentes. Tal fato pode sugerir que a idéia era a propaganda mais geral, devido ao cuidado de não se explicitarem os alvos exatos das acusações. O mais importante era a contestação a determinados artificios do poderio imperial, daí não ser necessário explicitar os objetos de crítica. Ou seja, apesar de serem as suas ações criticadas, o objetivo dos textos era se aproveitar disso pra também realçar outras questões, que de uma forma ou outra acabariam voltando ao Príncipe.

A preocupação de exaltar Alexandria associada ao intuito de resistir aos romanos era um dos motivadores principais dos textos, já que a cidade não tinha mais o mesmo destaque de tempos anteriores. Pretendem discutir e realçar questões sociais de Alexandria, sugerindo a insatisfação em relação a algum problema, ou justificando alguma necessidade de seus cidadãos. A submissão da cidade à potência romana fez decair grande parte de seu prestígio. Isso foi sentido já num primeiro momento, com a transferência de poderes sob Augusto e se agravou no decorrer do Império em virtude de problemas com os judeus e outras questões rotineiras. Mas o ápice da insatisfação foi ocorrido no começo do séc. III: daí a escrita dos documentos ser atribuída a tal período. Todos os textos, exceto o “Papiro da *Boulé*”, foram escritos entre a segunda metade do séc. II e início do III, portanto, a distância cronológica entre o episódio narrado e o contexto de escrita não é casual. A nova situação da cidade e o contexto imperial ajudam a explicar a distância temporal que separa a publicação dos textos dos episódios

que eles narram. Observamos que analisar a época da composição dos textos, sua divulgação e popularização, é essencial para a compreensão da documentação de modo mais rico. Através disso, pode-se tentar entender um pouco mais os interesses que estavam por trás da popularização dos textos, os jogos de poder que se articulavam no período e as idéias que os textos pretendiam enfatizar. Enfim, questionar o motivo de criação de um gênero aparentemente tão obscuro.

Apenas nesse segundo momento tem lugar uma tentativa de resistência ao Império, através de textos escritos em épocas anteriores, mas que só agora tiveram condições de circular. Talvez a “gota d’água” para a divulgação dos relatos tenha sido o massacre dos alexandrinos por Caracala, algo que foi degradante para os habitantes da cidade de modo geral, além de ter representado uma atitude sem precedentes dentre seus antecessores. Os autores alexandrinos se aproveitaram do momento propício para relembrar e popularizar certos episódios, que teriam ocorrido até dois séculos antes e não haviam sido mencionados por todo o período imperial anterior. É provável que os documentos originais fossem anteriores, mas nesse momento começaram a ser copiados, atualizados e enriquecidos pelos partidos envolvidos para servirem aos seus propósitos de propaganda no momento necessário.

Como a romanização tinha várias formas de se impor, as formas de reagir a ela também se expressavam de formas diversas. Ou seja, apesar de os alexandrinos terem se beneficiado com a nova liderança, eles também tinham suas formas de se manifestar e resistir, mesmo sem grandes intenções de subverter a ordenação mais ampla do poderio romano. Assim, o fato de fazer esse tipo de idéia circular por escrito demonstra a intenção desses grupos de expandir seu descontentamento e a difusão de idéias era um meio comum de revelar insatisfações. Ainda mais em Alexandria, uma cidade que fez da cultura escrita sua “força”, esse tipo de manifestação seria uma das motivações para a produção e difusão dos textos.

Falar em propaganda anti-romana não significa falar em resistência violenta. Os textos visavam, aparentemente, propagar idéias e se expandir em círculos reduzidos. Observa-se, entretanto, uma forma de “resistência textual” ao poderio romano, que mesmo que não tenha tido grande repercussão ou ideal “subversivo”, não deve ser desconsiderada. Nesse sentido, mesmo que o conteúdo dos textos tenha caráter literário, apenas o seu ideal de expandir certo tipo de idéia nesse contexto já é algo muito expressivo. Em suma: o importante era destacar a situação contemporânea dos alexandrinos para, a partir daí, tentar criar uma conscientização social e política na

região. Assim, mesmo que a documentação visasse demonstrar a heroicidade de alguns alexandrinos como exemplos de amor pela cidade, o intuito principal era estimular a conscientização no presente e denunciar questões atuais e problemáticas. Isso seria feito através da circulação de idéias favoráveis a tal objetivo, ou seja, trata-se de uma resistência ao poderio romano através da palavra.

Não devemos, contudo, exagerar a dimensão da popularização e o alcance dos textos, já que nos faltam elementos para tal conclusão. Acredita-se que a divulgação foi moderada e acessível a um círculo restrito, pois se tivesse sido algo realmente grandioso, teríamos ao menos alguma menção direta dos textos em outras fontes do período ou posteriores, o que não ocorre. Ou seja, se tivesse sido uma propaganda em larga escala, teria tido alguma repercussão nos escritos da época, que resultasse ao menos em algum comentário ao “fenômeno propagandístico”.

Mas qual teria sido o ímpeto inicial para a escrita dos textos? Acreditamos que o primeiro passo para a origem dos escritos tenha surgido da mera intenção dos alexandrinos do Ginásio de reunir os registros oriundos de suas articulações com os representantes imperiais. Documentos que poderiam oportunamente, servir para questionar acontecimentos pontuais na relação da cidade com os romanos. Num segundo momento, as polêmicas com a comunidade judaica podem ter servido de estímulo para intensificar ainda mais o questionamento quanto às inovações impostas pela romanização.

É provável, então, que a documentação tenha sido resultante de uma onda de questionamento dos membros do Ginásio e fruto do ambiente de discussão que ali se formou. Ou seja, inicialmente, a escrita dos textos não teria sido algo deliberado e nem surgido de um ímpeto momentâneo. Foi derivada, portanto, do amadurecimento das reclamações e dos anseios dos alexandrinos. Embora sua divulgação tenha sido algo pensado, a aparição dos textos foi progressiva e inicialmente despreziosa.

Os cidadãos do Ginásio começaram a reunir os escritos para formar uma espécie de arquivo da cidade, e no clima de questionamento que foi ali criado, começaram a reunir tais registros e elaborar também cópias de documentos oficiais a que tinham acesso. A partir daí, começaram a utilizar tais textos, copiá-los e refiná-los para que pudessem servir para a posteridade, como uma espécie de “memorial do Ginásio alexandrino”. Fizeram isso, utilizando-se de sua vivência política e das “armas” que tinham ao seu dispor (erudição, treinamento em retórica, dramaticidade, experiência política e bom conhecimento a respeito de Alexandria). “Sofisticavam” os relatos com

base nos episódios vividos por alguns de seus membros diante de oficiais romanos, com o intuito de manifestar denúncias pontuais sobre determinadas ocorrências.

Sugere-se, entretanto, que mesmo que a escrita dos textos tenha progressivamente alcançado uma pretensão mais geral; num primeiro momento, o surgimento dos textos atenderia a fins específicos. Ou seja, o “elo” de união dos escritos seria o projeto dos alexandrinos que se configurou a longo prazo (no decorrer de dois séculos), por um mesmo grupo responsável pela liderança do Ginásio.

Acreditamos que a decisão para a divulgação da documentação de fato resultou do contexto de maior insatisfação dos alexandrinos com o Império, que se manifestou com força e ficou mais nítido entre o final do séc. II e o início do III. Nesse momento, então, seriam retomados episódios anteriores vividos por aquele grupo, para relatar seus anseios e reforçar a sua adesão, sua história e seu orgulho de pertencimento a Alexandria; sentimentos que poderiam estar fragilizados em decorrência de inúmeras imposições dos romanos e por problemas pontuais vivenciados por seus cidadãos.

A divulgação dos textos teria tido um fim geral de crítica aos romanos, embora o seu surgimento tenha sido pontual e específico. Nesse sentido, sugerimos que esse fim geral é o eixo de união dos escritos, que se configurou pouco a pouco, ou seja, é o fator que caracteriza os textos como um “grupo documental”. No entanto, não se deve esquecer das especificidades que geraram os documentos num primeiro momento e que conferem a cada um deles sua unicidade. A base que lhes deu origem foi específica, pois surgiram de episódios isolados e foram adaptados para atenderem a projetos comuns: o de servir de crítica e contestação ao poder imperial e reforçar a identidade e unidade do grupo do Ginásio através da exaltação ao grupo e à Alexandria. Pretendia-se, com isso, uma restrita circulação para criar uma conscientização nesse meio, embora o alcance espacial dos textos tenha sido considerável, como vimos pelos diferentes locais em que os fragmentos foram encontrados.

Todos os elementos ressaltados acima concedem a tais escritos alexandrinos um grande valor histórico, pois mesmo que alguns dos relatos tenham sido deliberadamente elaborados, ou, no limite, relatem episódios ilusórios e fictícios, os anseios e o “motor” para sua produção são de grande significação. Nesse sentido, os pequenos fragmentos de papiro iluminam diversos pontos a respeito de questões cívicas de Alexandria e permitem investigar as polêmicas vivenciadas pelos seus cidadãos e diferentes grupos sociais no contexto de sujeição ao Império.

Referências Bibliográficas

1. Fontes Primárias:

DION CÁSSIO. *História Romana*. 9 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1925-1995. Tradução de Earnest Cary e Herbert B. Foster.

DION CRISÓSTOMO. *O trigésimo segundo discurso: ao povo de Alexandria*. 5 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1940-1951. Tradução de J.W. Cohoon e H. Lamar Crosby.

DIODORO DE SICÍLIA. 12 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1963- 1983. Vários tradutores.

ESTRABÃO. *Geografia*. 8 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1927- 1954. Tradução de Horace Leonard Jones.

EUSÉBIO. *História Eclesiástica*. 2 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1926-1932. Tradução de Kirsopp Lake e J. E. L Oulton.

FÍLON. *In Flaccum*. Harvard: Loeb Classical Library, 1941- 1995. Tradução de F. H. Colson.

_____. *Legatione ad Gaium*. Harvard: Loeb Classical Library, 1962- 1991. Tradução de F. H. Colson.

FLÁVIO JOSEFO. *Guerra dos Judeus*. 3 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1926-1997. Tradução de H. ST. J. Thackeray.

_____. *Antiguidades Judaicas*. 8 vols. Harvard: Loeb Classical Library. 1930- 1965. Vários tradutores.

HERODIANO. *História*. 2 vols. Harvard: Loeb Classical Library, 1969-1995. Tradução de C. R. Whittaker.

MUSURILLO, Herbert. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954 (textos e comentários).

Select Papyri. Vol. II. Non-literary Papyri. Public Documents. Harvard: Loeb Classical Library, 1934-1956. Tradução de A.S. Hunt e C.C. Edgar.

2. Fontes Secundárias:

- ALSTON, Richard. "Philo's 'In Flaccum': Ethnicity and Social Space in Roman Alexandria" in: *Greece and Rome* 44, 1997. Pp. 165 -175.
- BAGNALL, Roger S. *Egypt in Late Antiquity*. Jersey: Princeton University Press, 1993.
 _____. *Reading Papyri, Writing Ancient History*. London / New York: Routledge, 1995.
- BARCLAY, John. *Jews in the Mediterranean Diaspora - From Alexander to Trajan (323 BCE – 117 CE)* Berkeley / Los Angeles/ London: University of California Press, 1996.
- BARNES, Timothy D. "Trajan and the Jews" in: *Journal of Jewish Studies* 40. Pp. 145-62.
- BARRACLOUGH, Ray. "Philos' politics, Roman rule and Hellenistic Judaism" in: TEMPORINI, Hildegard e HAASE, Wolfgang. *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.21.1, 1984. Pp. 417-553.
- BARTH, Fredrik. "Grupos étnicos e suas fronteiras" in: POUTIGNAT, Phillipe e STERIFF-FENART, Jocelyne (eds.). *Teorias da etnicidade*. São Paulo: UNESP, 1998.
- BELL, Harold. I. "The Problem of the Alexandrian Senate" in: *Aegyptus* 12, 1932. Pp. 173-184.
 _____. "The economic crisis in Egypt under Nero" in: *Journal of Roman Studies* 28, 1938. Pp. 1-8.
 _____. "Antisemitism in Alexandria" in: *Journal of Roman Studies* 31, 1941. Pp. 1-19.
 _____. "Alexandria ad Aegyptum" in: *The Journal of Roman Studies* 36, 1946. Pp. 130 - 132.
 _____. *Egypt from Alexander the Great to the Arab conquest*. Oxford: Clarendon Press, 1948.
 _____. "The Acts of the Alexandrines" in: *Journal of Juristic Papyrology* 4, 1950. Pp. 29-47.
- BOWIE, Ewen. "Literature and sophistic" in: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter e RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. Vol. XI. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Pp. 898-921.
- BOWMAN, Alan K. "Papyri and Roman Imperial history: 1960-75" in: *Journal of Roman Studies* 66, 1976. Pp. 153-73.
 _____. *Egypt after the Pharaohs 332 B.C. -A.D.642*. California: University of California Press, 1986.

_____. “Egypt” in: BOWMAN, Alan K.; CHAMPLIN, Edward, LINTOTT, Andrew. *The Cambridge Ancient History*. Second Edition. Vol. 10. Cambridge: Cambridge University Press. 1996. Pp. 676-702.

BOWMAN, Alan K. e RATHBONE, Dominic. “Cities and Administration in Roman Egypt” in: *The Journal of Roman Studies* 82, 1992. Pp. 107-127.

BOWMAN, Alan K. e WOOLF, Greg. *Cultura escrita e poder no mundo antigo*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BRADFORD WELLES, Charles. “A Yale Fragment of the Acts of Appian” in: *Transactions of the American Philological Association* 67, 1936. Pp. 7-23.

BRUNT, Peter A. “The administrators of Roman Egypt” in: *Journal of Roman Studies* 65, 1975. Pp. 124-47.

CANFORA, Luciano. *A biblioteca desaparecida. Histórias da biblioteca de Alexandria*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COLLINS, John J. *Between Athens and Jerusalem. Jewish Identity in the Hellenistic Diaspora*. Michigan: Eerdmans, 2000.

CRIBIORE, Raffaella. *Gymnastics of the mind – Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

DAVIS, Stuart. *Race-relations in Ancient Egypt: Greek, Egyptian, Hebrew, Roman*. London: Methuen & Co. Ltd., 1951.

DELIA, Diana. “The population of Roman Alexandria” in: *Transactions of the American Philological Association* 118, 1988. Pp. 273-92.

_____. *Alexandria Citizenship during the Roman Principate*. Atlanta: Scholars Press, 1991.

_____. “From Romance to Rhetoric: The Alexandrian Library in Classical and Islamic Traditions” in: *The American Historical Review* 97, 1992. Pp. 1449 - 1467.

EL-ABBADI, Mostafa. “The Alexandrian citizenship” in: *Journal of Egyptian Archaeology* 48, 1962. Pp. 106-23.

EMPEREUR, Jean-Yves. *Alexandria rediscovered*, London: Harcover, 1998.

ERSKINE, Andrew. “Culture and Power in Ptolemaic Egypt: The Museum and Library of Alexandria.” in: *Greece and Rome* 42, 1995. Pp. 38-48.

FLOWER, Derek A. *Biblioteca de Alexandria: As histórias da maior biblioteca da Antiguidade*. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

FRASER, Peter M. *Ptolomaic Alexandria I-III*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

FUCHS, Leo. "Anti-semitism in Alexandria" in: *Journal of Roman Studies* 31, 1941. Pp. 1-18.

FUKS, Alexander. "The Jewish Revolt in Egypt (A.D. 115-117) in the light of the Papyri" in: *Aegyptus* 33, 1953. Pp 131-58.

_____. "Aspects of the Jewish Revolt in A.D. 115-117" in: *Journal of Roman Studies* 51, 1961. Pp. 98-104.

GOODMAN, Martin. *The Roman World. 44BC – AD180*. London / New York: Routledge, 1997.

GREENBERG, Mark; HAMMA, Kenneth; GILMAN, Benedicte e MOORE, Nancy (eds.). *Alexandria and Alexandrinism: Papers Delivered at a Symposium Organized by the J. Paul Getty Museum and The Getty Center for the History of Art and Humanities and Held at the Museum April 22-25, 1993*. Malibu, California: The J. Paul Getty Museum, 1996.

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1993.

HAAS, Christopher. *Alexandria in Late Antiquity: Topography and Social Conflict (Ancient Society and History)*. Baltimore / London: The Johns Hopkins University Press, 1997.

HARRIS, William V. e RUFFINI, Giovanni (eds.). *Ancient Alexandria between Egypt and Greece*. Leiden/ Boston: Brill, 2004.

HUZAR, Eleanor G. "Alexandria ad Aegyptum in the Julio-Claudian Age" in: HAASE, Wolfgang e TEMPORINI, Hildegard. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. Pp. 619-668.

_____. "Augustus, Heir of the Ptolemies" in: HAASE, Wolfgang e TEMPORINI, Hildegard. (eds.) *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt* II.10.1. Berlin/ New York: Walter de Gruyter, 1988. Pp. 343-382.

JACOB, Christian e POLIGNAC, François de (eds.). *Alexandria, third century BC – The knowledge of the world in a single city*. Alexandria: Harpocrates Publishing, 2000.

JONES, Stuart H. "Claudius and the Jewish question at Alexandria" in: *Journal of Roman Studies* 16, 1926. Pp. 17-35.

JOUGET, Pierre. *La Vie municipale dans l'Égypte romaine*. Paris: De Boccard, 1911.

_____. "L'Égypte romaine" in: HANOTAUX, Gabriel. *Histoire de la nation égyptienne*, Paris, Plon-Nouritt et Cie, 1933.

_____. *La Domination Romaine en Égypte aux premiers siècles après J.C.* Alexandria: Societe Royale d'Archeologie, 1947.

LEWIS, Naphtali. "On Judicial Appeals in Roman Egypt" in: *The American Journal of Philology* 102, 1981. Pp. 340-343.

_____. *Life in Egypt under Roman rule*. Oxford/ New York: Oxford University Press, 1983.

_____. *Greeks in Ptolomaic Egypt. Case studies in the Social History of the Hellenistic World*. Oakville, Connecticut: American Society of Papyrologists, 2001.

MACMULLEN, Ramsay. *Enemies of the Roman order*. London / New York: Routledge, 1992.

MARLOWE, John. *The Golden Age of Alexandria*. London: Victor Gollancz, 1971.

MILLAR, Fergus. *The emperor in the roman world: 31 BC – AD 337*. London: Duckworth, 1977.

MILNE, Grafton. "Egyptian Nationalism under Greek and Roman Rule" in: *Journal of Egyptian Archaeology* 14, 1928. Pp. 702-742.

_____. *A History of Egypt under Roman Rule*. London: Methuen & Co., 1924.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da Helenização. A interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

MUSURILLO, Herbert. *Acts of the Pagan Martyrs*. New York: Oxford University Press, 1954.

_____. "A New Fragment of the *Acta Alexandrinorum*" in: *The Journal of Roman Studies* 47, 1957. Pp. 185 – 190.

PARSONS, Peter. "Facts from Fragments" in: *Greece & Rome* 29.2, 1982. Pp. 184-195.

PREMERSTEIN, Anton von. "Zu den sogenannten alexandrinischen Martyrerakten" in: *Philologus*. Supplementband 16, Heft II, Leipzig, 1923.

_____. "Alexandrinische Gesandte vor Kaiser Hadrian" in: *Hermes* 57, 1922. Pp. 266-316.

_____. *Alexandrinische Geronten vor Kaiser Gaius. Mitteil. Aus der Papyrussammlung der Gies. Universitätsbibliothek*. Giesen: K. Kalbfleisch, 1939.

REINMUTH, Oscar W. "The Edict of Tiberius Julius Alexander" in: *Transactions and Proceedings of the American Philological Association* 65, 1934. Pp. 248-259.

ROBERTS, C.H. "Titus and Alexandria: A New Document" in: *The Journal of Roman Studies* 39, 1949. Pp. 79- 80.

ROSTOVITZ, Michael I. *Historia Social y Económica del Império Romano*. 2 vols. Madrid: Espasa-Calpe, S.A., 1937.

- SARTRE, Maurice. *El Oriente Romano. Provincias y sociedades provinciales del Mediterráneo Oriental. De Augusto a los Severos (31a.C. – 235 d.C.)*. Madrid: Akal Ediciones, 1994.
- SCHUBART, Wilhelm. *Agypten von Alexander dem Großen bis auf Mohammed*. Berlin, 1922.
- STEEN, Gareth L. (ed.) *Alexandria: The Site and the History*. New York/ London: New York University Press, 1993.
- TAKACS, Sarolta. A. “Alexandria in Rome” in: *Harvard Studies in Classical Philology* 97, 1995. Pp. 263 – 276.
- TCHERIKOVER, Victor. “The decline of the Jewish Diaspora in Egypt in the Roman Period” in: *The Journal of Jewish Studies* 14, 1963. Pp. 1-32.
- VRETTOS, Theodore. *Alexandria: City of the Western Mind*. New York: The Free Press, 2001.
- WILCKEN, Ulrich. “Zum alexandrinischen Antisemitismus”, in: *Abhandlungen der Königlichen Sächsischen Gesellschaft der Wissenschaften* 27, 1909. Pp. 783- 839.
- _____. “Octavian after the Fall of Alexandria” in: *The Journal of Roman Studies* 27, 1937. Pp. 138-144.
- WOOLF, Greg. “Literacy” in: BOWMAN, Alan K.; GARNSEY, Peter e RATHBONE, Dominic. *The Cambridge Ancient History*. Vol. XI. Cambridge: Cambridge University Press, 2000. Pp. 875-897.
- YOUTIE, H.C. “Law vs. custom in Roman Egypt” in: BINGEN, J. et al. (ed.). *Le monde grec: Hommages à C. Préaux.*. Brussels, 1975. Pp. 723-40.

